SAINDO DO SENSO COMUM EM 60 MINUTOS:

EM TEMPOS DE PANDEMIA

SAINDO DO SENSO COMUM EM 60 MINUTOS: EM TEMPOS DE PANDEMIA

Organizadores

Cláudia Silva Estima

Éder Cabral

Prefácio

Lelei Teixeira

Posfácio

Geisa Cássia Romani de Abreu

Porto Alegre/RS

2021

Revisão

Geisa Cássia Romani de Abreu

Natasha Freitas

Diagramação e capa

Brenda Franco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S133

Saindo do senso comum em 60 minutos: em tempos de pandemia [livro eletrônico]. / Cláudia Silva Estima; Éderson Cabral, organizadores – Porto Alegre, RS: IFRS, 2021.

187 p. il. color
ISBN: 978-65-86734-91-1
Recurso Digital: Formato [e-book]

1. Ensaios. 2. Coronavírus (COVID-19). 3. Pandemias. I. Estima, Cláudia Silva. II. Cabral, Éderson. III. Título.

CDU: 82.09

Ficha Elaborada pelo Bibliotecário Filipe Xerxenesky da Silveira – CRB 10/1497

Sumário

06 Prefácio

08 Apresentação

10 Efeito pandemia – Rosana Coelho

15 O deboche midiático às vítimas da Covid-19 – Flademir Williges

36 Além dos antagonismos libertários e da obediência incondicionada: outros espaços no debate italiano sobre Covid-19 – Alessia Di Eugenio

43 Pandemia falsa, testes gerais de subjugação de populações, massacre de estado – Francesco Benozzo

46 Poetas que se fazem de profetas: o delírio antropoceno no tempo da falsa pandemia – Francesco Benozzo

53 Lições da literatura em tempos de pandemia – Denise Vallerius

65 Imaginar mundos: arte contextual, literatura, psicanálise e saúde em tempos de quarentena – Janniny G. Kierniew / Ernani Mügge

79 Uma inquietude sobre a exposição da classe trabalhadora brasileira na pandemia – Éder Cabral

86 Ciência ou ignorância, quem vencerá a pandemia do coronavírus – Mário A. Benedetti

100 Como gerenciar a felicidade organizacional em tempos de pandemia? – Rosana Sacchet

110 Povos indígenas no Brasil e o direito à saúde: os efeitos da pandemia no contexto indígena, um sobrevoo – Douglas Rosa / Íris Guedes

124 Como conhecer a cidade em tempos de pandemia? A experiência do projeto *caminhadas virtuais* – Luciana de Oliveira

129 Ensino-aprendizagem de línguas: mitos e verdades do ponto de vista cognitivo e social – Diane Bencke / Anderson Smidarle

143 Jogos para o aprendizado de línguas: novos desafios do PROPEL em tempos de pandemia – Cláudia Silva Estima / Kauana Karolina Dias Henrique da Silva

166 Vidas negras importam – Paulo Correa

173 Se você quer encontrar – Pablo Chang

176 Posfácio

181 Sobre os autores, organizadores e grupo de trabalho do e-book

Prefácio

Não estamos sozinhos

Lelei Teixeira

Para as gerações deste século complexo e contraditório, acredito que nunca a vida e a morte estiveram tão banalizadas e tão expostas como neste inquietante ano de 2020. Assim como nossas opiniões e falas em um tempo assoberbado pelas notícias falsas que tumultuam as redes sociais. Tudo mudou. Tudo pulsa incessantemente. E tudo dói. As relações diárias, tão espontâneas, não são mais as mesmas. Há um distanciamento atravessado por medo e sublinhado por máscaras. E nossas mãos clamam por álcool gel. Enquanto a ciência e a medicina buscam luzes, no sentido de amenizar um cotidiano feito de pontos de interrogação, há descaso e descrédito que vêm da autoridade máxima do país. As pesquisas são encaminhadas com urgência para entender e deter esta pandemia que fragiliza o mundo, mas no ar que respiramos a negação da ciência e da medicina é real.

Carente de empatia e de um comando firme e acolhedor, boa parte da população é estimulada a ir para as ruas de qualquer maneira, como se nada estivesse acontecendo, enquanto outra parte se refugia entre quatro paredes. Mas precisamos observar as diferenças porque não há critérios. Há os que vivem em condições adequadas para enfrentar o vírus, logo têm condições de optar por isso ou aquilo. E há os que vivem na vulnerabilidade total. O fato concreto que se impõe é que nosso país é absurdamente hierarquizado, desigual, sub-humano e nega a cidadania. E isso importa muito.

Os trabalhadores de um modo geral necessitam encarar a labuta diária porque a vida não pode parar. Não há outra opção. “E qualquer desatenção, faça não, pode ser a gota d´água”, como diz a canção de Chico Buarque. O que é trágico neste cenário de extremos é a ausência de uma voz que defina com clareza um plano de governo para o combate à pandemia, que faça a economia andar, aponte estratégias e acolha a educação e a saúde e proteja a população. É fundamental conter os oportunistas que só aparecem para ganhar com as tragédias. E impedir o “toma

lá, dá cá", tão comum na política praticada no Brasil, ainda mais em época de eleições.

Por outro lado, é reconfortante saber que técnicos de enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas, médicos e assistentes, entre tantos outros profissionais, estão jogados no campo de batalha, mesmo sujeitos à contaminação. São eles que acolhem a nossa impotência, a nossa soberba, o nosso medo, a nossa dor, a nossa descrença e a nossa vulnerabilidade diante da escassez de respostas. Assim como os artistas que aliviam a solidão, o mal-estar e a ansiedade das pessoas com sua arte.

Sabemos que diante do imponderável as questões são difíceis e as respostas não são imediatas, mas não podemos nos acomodar no senso comum. Neste livro somos convocados para pensar. O leitor vai encontrar aqui a palavra de psicanalistas, professores, comunicadores, educadores, filósofos e pesquisadores que propõem reflexões diversas e necessárias sobre o momento que vivemos. Os acontecimentos cotidianos podem nos colocar à deriva, mas não estamos sozinhos.

Apresentação

Cláudia Silva Estima e Éder Cabral

Ao pensar o tom que daríamos a este texto, em uma tempestade de ideias, chegou até nós as palavras gratidão, integração, diálogo, interação e comunhão, por mais brega, ou sequestrada, que a última palavra seja.

Assim, para sair do senso comum e levar essa ideia adiante, nós, acadêmicos e acadêmicas, entre tantas outras facetas sociais, sabemos que a academia não apenas tem suas teorias, seus métodos, mas também tem as suas fronteiras. A nossa linguagem não atinge a todos. Muitas vezes, estamos aparentemente isolados e isoladas, apesar de que os resultados de nossas pesquisas atinjam a sociedade diretamente, porém nem sempre explicitamente. O *Saindo do Senso Comum*, evento tão querido por nós, é mais ou menos isso: um agregado de vozes, ou melhor, um espaço pretensamente polifônico. Sempre o fizemos de modo presencial, no começo, lá em 2016, uma vez por semana, depois passou a ser um evento quinzenal e agora, para não deixarmos de realizar essa ação, fizemos em um novo formato, juntamos as vozes de nossos convidados diretamente em um livro.

Também é importante que deixemos claro que – como coordenadora e organizador de um projeto tão bem recepcionado pela comunidade interna e externa do IFRS Campus Porto Alegre – não falamos em nome de ninguém, não filtramos os discursos por meio de nossas interpretações, ou seja, neste livro trazemos pessoas para dialogar conosco, com o nosso corpo discente, com nossa vizinhança, com a nossa sociedade de um modo geral. Sair do senso comum não é algo simples como falar para ouvintes (ou que não é tão simples assim), mas dialogar com as pessoas (alegadamente fácil, mas cada vez mais difícil), ser um interlocutor ativo/uma interlocutora ativa – esta sempre foi a nossa proposta.

Por isso, neste livro, encontram-se acadêmicos renomados, acadêmicas renomadas, professores das redes pública e privada, das redes municipal, estadual e federal, jornalistas, administradores e administradoras, artistas, enfim, cidadãos. Dois estão do outro lado do Atlântico, tal

como Alessia Di Eugenio, pesquisadora de Literatura Brasileira vinculada à Universidade de Bolonha, que contribuiu conosco, enviando um texto que coloca diversos pensadores e pensamentos em discussão. Além dela, o Professor da Universidade de Bolonha, Francesco Benozzo, candidato permanente ao prêmio Nobel de literatura desde 2015, gentilmente permitiu que traduzíssemos dois breves textos sobre a pandemia – breves, mas poderosíssimos. Estamos muito felizes com tais colaborações.

O tema “Em tempos de pandemia” é o fio condutor e ponto de contato entre todos os textos, contudo a diversidade de conteúdo proporcionada pelos autores e autoras apresenta ora um calidoscópio com belíssimas imagens e ensinamentos, ora um olhar à lupa sobre esta praga que nos assola – praga ou peste, sim, porque vírus e pandemia são nomes muito pomposos para o estrago e as perdas que todos nós estamos tendo e enfrentando neste período.

Poderíamos escrever páginas sobre os colaboradores e as colaboradoras deste livro, mas – excepcionalmente – não visamos apresentar texto por texto, senão agradecer a todos e todas que se jogaram nesta aventura de escrever na e sobre a pandemia. Muitas são companheiros e companheiras de longa data que já escreveram no primeiro livro lançado pelo PROPEL em 2018, outros estão se juntando a nós neste momento delicado e somos muito gratos por isso.

Além dos autores e autoras, este livro não teria sua existência sem a colaboração de Lelei Teixeira, Geisa Abreu, Natasha Freitas e Brenda Franco, que, tanto com a leitura atenta, quanto com a belíssima diagramação. Não podemos esquecer do auxílio que recebemos de Luciana Petry e Graciele Girelli em relação à tradução e Barbara Paiva, Giulia Fani e Marcel da Silva pela revisão de alguns textos. Este livro conta com o trabalho artístico de Pablo Chang e de Paulo Correa.

No mais, desejamos que todas leitoras e todos leitores se encontrem bem e que tenham uma boa leitura, pois material e conteúdo aqui não faltam.

Efeito pandemia

Rosana Coelho

"Às vezes estamos em uma rota de colisão e nós não sabemos. Seja por acidente ou de forma intencional, não podemos fazer nada a respeito". As duas frases com as quais começo este ensaio foram ditas por Benjamin, protagonista do emocionante e delicado filme *"O curioso caso de Benjamin Button"* (2008). Elas iniciam uma reflexão do personagem sobre o atropelamento de sua amada, a bailarina Daisy. Após essas duas frases, Benjamin narra uma série de eventos que aconteciam enquanto Daisy ensaiava no teatro: a mulher que saía de casa para pegar um pacote em uma loja, mas resolveu atender o telefone e perdeu o táxi; outro motorista de táxi que interrompeu o seu trabalho para tomar um café; o rapaz que não atendeu ao chamado do despertador e começou sua jornada de trabalho com atraso e pressa, atravessando na frente do motorista do táxi depois que ele voltou ao trabalho; a moça da loja que não preparou o pacote antecipadamente porque brigou com seu namorado na noite anterior, e isso fez com que a mulher tivesse que esperar que o seu pacote ficasse pronto; a demora de Daisy para se arrumar depois de findo o ensaio, fazendo com que ela encontrasse com a amiga na escadaria do teatro; o cadarço do sapato dessa amiga que arrebenta e requer a ajuda de Daisy antes que ambas pudessem deixar o teatro; o caminhão que atravessa na frente do táxi que levava a mulher depois que ela pegou o pacote, fazendo o motorista frear e aguardar que o caminhão terminasse a sua manobra; e, finalmente, Daisy e sua colega saem pelos fundos do teatro enquanto o motorista do táxi acelera, distrai-se e atropela Daisy, que teve uma das pernas quebradas em cinco partes e nunca mais pôde voltar a dançar. "Se ao menos uma coisa tivesse saído diferente", diz Benjamin, "Daisy e sua amiga teriam atravessado a rua e o táxi não a teria atropelado".

O lamento do protagonista nos traz a mais vívida lembrança de experiências em que um acontecimento dispara, em série, outros acontecimentos. Engolfados por eles, sentimo-nos à deriva, perdemos o controle disso que temos a pretensão de controlar e que nomeamos *Destino*.

A ideia de que somos seres predestinados nos foi ofertada pelos gregos. Como reza a narrativa mítica, as *Moiras* são três irmãs lúgubres que têm por ofício fabricar, tecer e cortar o fio da vida. Está ao bel-prazer dessas senhoras poderosas decidirem o que nos acometerá em cada momento de nossa vida: se nela prevalecerá a boa fortuna ou os infortúnios mais desoladores. Ainda que não acreditemos em *Moiras*, Destinos e outros Deuses, diante de uma situação amargamente vivenciada, quem de nós não se percebeu, ao menos uma vez, reescrevendo em pensamento o curso dos acontecimentos que levaram a ela, de forma a poder modificá-los com o desejo candente de revivê-la com outro desfecho?

No conto de ficção científica *A Sound of Thunder* (Um som de trovão), escrito, em 1952, pelo genial Ray Bradbury, uma empresa promete a façanha de levar seus clientes de volta à pré-história para que eles realizem o desejo de caçar dinossauros. Exige-se que eles respeitem certas regras, sendo a principal delas a de não interferirem ou alterarem as cenas visitadas. Contudo, um cliente pisa numa borboleta e esse singelo acontecimento produz uma mudança descomunal no curso da história, chegando a influenciar, veja só, nos resultados de uma eleição presidencial...

Parece que, ao contrário do que disse Aristóteles, é a vida que imita a arte, pois atento ao pulsar do tempo e seus mistérios, Edward Lorenz, meteorologista estadunidense, descobriu acidentalmente nos anos de 1960 um fenômeno que revolucionou as leis matemáticas e a sua utilidade para compreender e prever o curso dos fenômenos naturais. Tal descoberta ganhou o nome de “efeito borboleta”. Dado o seu potencial explicativo, ela se tornou a base da Teoria do Caos, uma espécie de conjunto de leis cuja principal premissa pode, em linhas mais gerais, ser enunciada assim: uma pequenina mudança no início de um evento qualquer pode trazer consequências enormes e absolutamente imprevisíveis. No dialeto científico, o “caos determinístico” nos ensina que é possível duas noções aparentemente incompatíveis, como a ordem e a desordem, interagirem e influenciarem simultaneamente os efeitos e resultados de um evento. Com o passar do tempo, os cientistas tiveram de admitir que a imprevisibilidade dos resultados de um determinado processo é um fator presente não só nos fenômenos naturais, mas também nos acontecimentos cotidianos da vida social, como o sobe e desce da bolsa de valores, o resultado das urnas após uma campanha eleitoral, ou… as vicissitudes de uma pandemia.

Originada no outro lado do globo, a pandemia que chegou no Brasil em 2020 ordenou que as ruas do mundo ficassem nuas. Portas e janelas passaram a viver dias carrancudos. As ca-

sas cuidadosas, ergueram barricadas contra as visitas e estão áridas de abraços e beijos. Escassas e temerosas saídas para além do portão ganharam ares transgressores e nelas o encontro fortuito com o outro vem guardando uma distância paranoica. Como os nossos pets não entenderiam se explicássemos a eles que a privação das idas à rua deve-se ao poder mortífero de um vírus que é apenas uma molécula de proteína, em uma manhã ensolarada, paramento-me com máscara e álcool gel, e levo a minha cachorrinha *Dachshund* para um breve passeio.

Enquanto aguardo pacientemente que ela cheire tudo que encontra pela frente, meu olhar pousa e se demora na sacada do prédio ao lado. Nela uma mulher corta o cabelo de outra. São duas mulheres que já viveram algum tempo e o cabelo que recebe as tesouradas é de um branco completo. A que corta o cabelo apara, mede, apara. Olha, de um ângulo e de outro, avalia o trabalho realizado. Finda a tarefa, o espelho é colocado na frente da mais velha. Ela sorri, ambas sorriem. Troca de afetos. Perto. Será que moram juntas? Ou são vizinhas que romperam a proteção do isolamento domiciliar e a colocaram aquém de um encontro que aposta no triunfo da vida?

Para além dos muros da sacada, meu pensamento vagueia e me aterrissa no trabalho das cabeleireiras. Compulsoriamente enclausuradas em suas casas, elas deixaram de ganhar seu sustento cortando cabelos castanhos, pretos, completamente brancos. Penso no quanto a engrenagem capitalista é alimentada por uma lógica perversa. Ela nos força a uma dependência obscena uns dos outros, pois seu funcionamento em cadeia faz com que todos, e cada um, precise suscitar no outro o vício utilitarista. Camuflada com premissas que preconizam o trabalho em equipe e o bem comum, a lógica capitalista não cessa de fomentar relações onde a desigualdade social, que já ocupa um lugar de honra há muito tempo, torne-se ainda mais aguda em tempos propícios à anomia, como são os tempos de pandemia.

Nestes tempos, a percepção de que perderemos totalmente o controle sobre o curso de nossas vidas talvez seja o que faz proliferar, aqui e acolá, palavras que profetizam um novo tempo pós-pandemia, um tempo onde a solidariedade prevalecerá sobre a usura, a submissão indigesta, a competição iníqua, o ódio avassalador. Compreendo e respeito essas palavras, mas não consigo deixar de pensar que elas servem de escudo para nossa impotência em dominar o curso dos acontecimentos, modo humano de nos defendermos do medo infinito do desamparo.

A pandemia que assola o globo soprou com força e levantou o véu com que cobríamos a vulnerabilidade nossa de cada dia. Diante desse sopro, inevitavelmente nos sentimos reféns e

ameaçados por algo que, na falta de encontrarmos uma palavra que o nomeie, chamamos de *Mal*. Automaticamente, passamos a procurar os responsáveis por ele, e a identificarmos, em cada esquina, um inimigo à espreita. É comum, também, buscarmos conforto no *pensamento-refúgio* de que uma resposta bondosa e obediente ao *Sr. Mal* aplacará a sua fúria e o castigo será pequeno, quem sabe inexistente para os mais obedientes. Mas a História, mãe de todas as narrativas, não se cansa de nos emprestar sua sábia memória. Ela nos lembra que atravessamos duas guerras mundiais e nos rastros de morte e de dor que elas deixaram foi que inventamos e aprimoramos a técnica, tornando-nos, hoje, mestres em tecnologia. Ela também não nos deixa esquecer que trabalhamos com afinco para termos uma inteligência quase infinita, mas milhões de seres humanos ainda não têm atendidas suas necessidades básicas, morrem de fome, de sede, de frio. E ela, com o dedo em riste, não nos permite deixar de ver que os meios de comunicação se sofisticam a cada minuto, mas as nossas relações sociopolíticas abdicam da nossa capacidade de diálogo e desembocam em guerras entre pátrias ou mesmo entre grupos de uma mesma nação. Nelas, homens ferozes bombardeiam cidades e, numa inimaginável e triste ironia, põem em ruínas até hospitais. Depois das grandes guerras, parecia ter ficado claro que o poder na mão de poucos é fermento para a barbárie, mas, ainda hoje, outros homens, igualmente ferozes, lustram o seu Ego diuturnamente com a covardia subjetiva e ética de outros tantos homens, os quais lhes conferem o poder de vida e de morte. Nesses tempos mais estranhos do que gostaríamos, até a lâmina faminta da Religião, em sua tão desejada revanche contra a Ciência e a Arte, saltou definitivamente de sua bainha e anda a cortar as cabeças daqueles que não louvam seus totens, que não comungam de seus tabus, que não se entregam aos sacrifícios desumanos que a alimentam.

O fato de 2020 ter chegado virulento me faz lembrar que nele se comemora o centenário do texto freudiano “Além do princípio do prazer”, no qual Freud reformula a sua teoria das pulsões. Para Freud, a pulsão é uma espécie de *força constante* que impõe ao organismo a busca de satisfação. Invisível a olho nu, nem por isso a pulsão deixa de estar presente em todos os nossos atos cotidianos: se temos fome, nosso estômago “ronca” e “informa” ao nosso cérebro que ele precisa agir para buscar o alimento. Se temos o desejo de sermos elogiados, vamos fazer algo para satisfazer esse desejo, como preparar um jantar caprichado para quem amamos ou pintar um belo quadro e expô-lo em uma galeria. Neste texto, Freud põe lado a lado duas pulsões: a pulsão de vida e a pulsão de morte, *Eros e Tanatos*. Ele nos surpreende ao postular que tanto quanto a pulsão de vida,

a pulsão de morte também nos governa, que ela trama, à nossa revelia, contra nós e contra o outro, que ela abala as narcísicas certezas de quão belos e bons nós somos. Ou seja, ele não deixa de nos lembrar que, embora a *Dona Morte* tenha esse nome, ela pulsa, pulsa, pulsa. Silenciosa, insistente, implacável, pulsa. Logo, paradoxalmente, vive e produz rupturas, embaralha a ordem, engendra o caos.

Alguns dizem que Freud era um homem cético e pessimista. Eu acho que ele era realista. Ao teorizar sobre o que pode e o que deseja o ser humano, ele tratou de ter seus dois pés firmemente fincados no chão. Tratou de não esquecer que ele deveria ser o primeiro a dar o exemplo, no sentido de suportar os sentimentos indesejáveis que experimentamos, quando nos deparamos com nossos limites e deu um nome nada confortável para isso: *castração*.

Contra a crítica de que Freud era um pessimista assumido, tenho a argumentar que ele sempre insistiu na vitória da *Dona Vida*, causando, com essa aposta, o perene desgosto da pulsão de morte, sua arqui-inimiga. Se acreditarmos em Freud podemos acreditar que na casa ao lado sempre habitará um tirano (ou vários), que dogmas acéfalos sempre tentarão nos amordaçar, que os saberes sempre estarão em disputa, que o poder continuará a ser um elixir sedutor de muitos que não pouparão esforços para gozar dele sem freios. Talvez assim sejamos menos resistentes à ideia de que a ordem e a desordem, irmanadas, tecem os fios da vida, e não esperaremos chegar um tempo de pandemia para acreditar na solidariedade. Acreditaremos que o tempo de inventar a vida com o outro, não qualquer uma, mas a que vale a pena ser vivida, é todo dia. E, então, talvez acordemos ouvindo o pulsar do desejo na voz da *Dona Vida*, ainda que saibamos que sua arquirrival sempre estará por perto.

O deboche midiático às vítimas da Covid-19

Flademir Williges

O objetivo deste breve escrito é ensaiar uma crítica ao uso técnico da racionalidade moderna que, ao deslocar seu uso instrumental e expandi-lo ao mundo da vida, alçou-se à posição de coordenadora das ações sociais graças às novas técnicas comunicativas. Ele tenta responder a uma pergunta específica sobre a expansão deste uso: a recepção de conteúdos veiculados pelos meios audiovisuais de massa contribuiu à transformação da percepção humana? O automatismo da compulsão à emissão, em seu excesso, pode ser capaz de modificar o próprio sentido da existência humana, ou seja, a ontologia do seu ser? Como um detetive, buscaremos indícios no conteúdo oferecido pelo discurso e pelas imagens veiculados na cobertura da mídia, principalmente a televisiva, sobre as vítimas da Covid-19. A partir deles, deduzimos hipóteses que marcam tendências sobre as possíveis mudanças na simbolização da morte.

Circula pela internet uma tirinha na qual uma pessoa está tendo um ataque cardíaco e alguém grita: "– Algum doutor?". A ironia da história é dupla, pois há sim um doutor presente – só que em filosofia. Após se identificar e frente à continuidade da súplica que afirma: "– Ele vai morrer", o doutor responde: "– Todos nós vamos".

Fora da ficção, tal desfecho de cena revelaria uma brincadeira de mau gosto. Na realidade, porém, o problema não é apenas o deslocamento e a manifestação de um dito espirituoso numa hora inadequada, mas a seriedade com que somos surpreendidos em momentos em que não mais sabemos o que fazer.

Com a disseminação do novo coronavírus, a morte se tornou realmente uma *res publica*, ou seja, uma coisa pública, algo que diz respeito a todos. E não apenas no sentido idealizado da definição romana, em que "todos", na verdade, dizia respeito a bem poucos: cidadãos ou pessoas livres. Ao contrário dos "plebeus", que hoje formam a maioria, há uma pequena parcela significativa e não desprezível pelo seu poder de influência de antigos "patrícios", que pode ser computada em nossa pátria por uma apropriação da coloração verde-amarela de nossa bandeira. Com sua

“humanidade” em baixa, desafiam o novo coronavírus com delírios de imunidade. Por sua vez, como é visível no resto do mundo, o vírus nos põe na condição de absolutamente assujeitados.

Assim, nesse clima gerado pela pandemia, em que a própria racionalidade pode se encontrar na escuridão, a pergunta pelo que virá depois da morte pela Covid-19 ressuscitará paixões latentes no mundo inteiro. Por vários lados surgirão cobranças sobre porque determinadas medidas e não outras foram tomadas; ou, por outro lado, se o valor dos atos de sacrifício – como o confinamento forçado pelos Estados (autoritários ou democráticos) – valeu a pena como rito de passagem por esta forma de deixar de viver.

Portanto, há duas coisas a considerar: Por um lado, que isso diga respeito a todos não significa que seja vivenciado da mesma forma. Na realidade, pouquíssimos, talvez alguns superricos prevalecidos de informações no estágio incipiente da pandemia, e que foram de helicóptero habitar suas ilhas particulares, puderam dar-se ao luxo de se sentirem sublimes frente à avalanche. Por outro, no extremo oposto, temos pessoas que habitam em partes do mundo, como no Brasil, por exemplo, em que não há sequer a mínima infraestrutura material para viver, muito menos a infraestrutura de comunicação; portanto, nenhum dado estatístico. Estes podem até morrer, mas a morte não figurará nos gráficos animados das telas. Portanto, a chamada subnotificação tem um agravante: antes de ser de casos particulares, ela é de contingentes inteiros de pessoas. Em que parte fica a alteridade subnotificada? Em nossa latitude, uma vez mais emerge um Brasil profundo, feito de sub-gentes, de imundos, de seres que passam a existir enquanto mortos, não como pessoas, mas como possíveis transmissores ou como habitantes de um condomínio de porcos ou de frangos infectados. E nesse momento, a esperteza midiática, que sobrevive manipulando a imagem como efeito de captura de audiências, por mais que os mostre figurando em variados lugares, sequer consegue isolar consequentemente uma das causas determinantes, a saber: a psicopatia presidencial, pois seus radares estão mais focados na detecção de imagens e gráficos estatísticos.

Quanto ao devir, pergunta-se: o que mudará na percepção desses “todos”, uma vez que essa totalidade é mais uma ideia usada a serviço da regulação social da parte dos Estados e dos grupos dominantes do que uma realidade global?

O peso da manutenção do funcionamento do sistema capitalista produtivo sempre foi transferido aos trabalhadores. O advento da moderna maquinaria forçou os operários a adequa-

rem os movimentos de seus organismos à coordenação do movimento das máquinas. Em uma lógica perversa, os supracitados "patrícios" contabilizam os "atos de sacrifícios" dos "plebeus" como sendo seus ou em nome da Pátria. Ao lado das perdas de seus ganhos econômicos imediatos, celebram a morte como um devir inevitável, naturalizando-a como crise necessária para uma "nova" vida.

Assim, embora diga que todos nós vamos morrer, a ironia do douto filósofo nos convida a pensar em formas de representação que não se resignem ou capitulem frente à ideia de que todos morrem da mesma maneira. O poder dominante sempre nos sugere que o que nos acontece é merecido. Sua superioridade de sugestão nos compele à manutenção de sua ordem dominante tanto quanto apela e ameaça com a força física ou interesses materiais. O esforço para resistir à sua sugestão abre um espaço virtual de liberdade onde podemos decidir sobre que tipo de vida vale a pena. O espaço aberto é virtual, porque nem todo possível alcança a realidade. Para quem se prende fetichistamente aos números, uma única vida violentada e morta pela falta de um respirador artificial é menos interessante de ser avaliada do que um massacre coletivo. Dentro de um todo acrítico, o individual é despachado como resto não-assimilável ou é mutilado. O material do qual se compõe sua história é classificado sob o ponto de vista de um determinado problema de administração funerária. Por isso, faz sentido a inversão da pergunta: todos vamos morrer, é certo, mas isso que toleramos antes da morte é vida?

O novo coronavírus, um agente "impessoal" e atuante, recoloca em cena as desigualdades ocultas da nossa sociedade, ou seja, revela que o "todo" que atinge, a partir de determinadas condições materiais das populações, atinge uns e outros de forma bem diferente.

Se fosse ainda possível retirar a máscara das ideologias, depois dos vários anúncios de sua morte, apareceria à cara limpa que o suor e o sangue sacrificado pelos trabalhadores e aspergido nas telas da televisão em espetáculos grotescos de corpos amontoados e máquinas escavando a terra para sepultá-los em valas comuns, servem às lágrimas de uma parte – bem pequena – que encobre com as mesmas as distorções perceptivas que resultam no que chamam, sem problematizar, de "realidade": não a que estão vivenciando agora – posto que não se deva tirar a máscara –, mas a que vivenciavam bem antes.

Portanto, imaginar ou interpretar a nova vida que virá depois das mortes pode não passar de um substitutivo ou acréscimo sobre a ideia milenar de sacrifício, ou seja, que a resposta es-

pecífica à doença dependa, no caso dessa nova patologia, da idade e do estado geral da saúde do paciente. Todos querem encontrar sentido imediato para a dor, para o sacrifício. Por isso, pode ser que se encubra, inclusive, um dos sentidos seculares da morte: que o tempo da convalescença despeça a doença como algo morto, como se diz, por exemplo, depois da guerra vem o tratado de paz, etc. Antigamente, as vítimas humanas sacrificadas aos deuses eram cultuadas magicamente como transições necessárias. Por isso, o culto da vida nova que os rituais de passagem celebravam era também um culto da morte.

Apesar da aparente trivialidade desta colocação, já podemos antecipar uma cisão profunda na existência de quem sobreviver ao novo coronavírus. O estilo da morte pela Covid-19, a forma do ritual de despedida, subtrai da percepção a visão viva do cadáver e aproxima a passagem cada vez mais a uma tendência que se tornou dominante a partir do momento em que as imagens técnicas colonizam nossa percepção cotidiana, a saber, a tendência a associar o que morre à morte de uma imagem, expropriando os parentes do estranhamento de ver o corpo real do ente querido indo embora.

Essa tendência não é nova. Há muito tempo a morte é escondida da visão pública. Contudo, por motivos preventivos e necessários para evitar o risco de contaminação, o ritual de enterro ou cremação dos mortos pela Covid-19, seu desdobramento involuntário pode torná-la cada vez mais banal, ou seja, como se o que morresse fosse apenas da ordem da aparência, da imagem empírica. Dependendo do investimento afetivo colocado no cadáver, isso pode acabar, sorte ou azar, tendo efeito de alívio, porque reproduz uma "absurdização" em voga há muito tempo. A aceitação desse absurdo foi produzida e trabalhada pela racionalidade instrumental a um tal ponto em que a distinção entre o vivo e o midiático se tornou duvidosa. Não é incomum que algumas pessoas sintam mais a "morte" de um personagem de novela ou, caso de muitos admiradores do *reality show* global, a eliminação de um *brother*.

Contudo, de início, a estranheza causada pelos mortos não é sua, mas o fato de que eles, embora privados de vida, ainda assim estão aqui. Por um lado, uma nova estranheza virá pelo fato de que o tempo da despedida sofreu um achatamento. Por outro, para muitos, por nem saber onde foram enterrados. A despedida é uma não-despedida, uma dispensa rápida. Para aqueles que ficam, será uma lembrança contínua do trauma – ainda mais para aqueles que morreram pela falta de respiradores.

As emissões e as imagens recebidas pela televisão nas poltronas das salas de estar anunciam, amiúde, a ausência do Estado. Elas podem ser comoventes. Mas no Brasil profundo, no Brasil não mediado e não aquecido pelas "cobertas" das telas, o ar há muito tempo se tornou gélido e rarefeito. Não são tiros de espingarda de ar comprimido; são fuzis que perfuram a pele negra nas favelas. O ar que se respira em nome da manutenção futura deste sistema claustrofóbico está sendo contaminado pela *uberização* do emprego, que faz com que, como complemento de renda, idosos aposentados em bicicletas entreguem comida em portarias de condomínios e, ainda ofegantes – como jogadores no final de uma partida mata-mata – peçam uma "boa avaliação", pois estão iniciando um novo emprego e necessitam ser aceitos pelo aplicativo.

Para incompreensível pavor e estranhamento certamente se buscarão argumentos, os quais alimentarão – como forma de apreender o inapreensível – seriados, como forma estética de conjuração do que o vírus fez conosco. Filmes e obras de arte, produções do inconsciente serão ativadas para criar materiais fantasmáticos e demoníacos que encenarão o invisível novo coronavírus e a morte pela Covid-19. Todavia, assim como o incipiente proletariado morria de fome, se não conseguisse vender a sua mão-de-obra no mercado capitalista, o cinema serviu como sonho e lugar alternativo ao botequim ou à igreja para mitigar a sua condição de miséria terrena, o atual "precariado" se agita em resposta ao anúncio estatal e morre de doença por ser obrigado a optar entre a contaminação nas filas da Caixa Econômica ou a morte faminta. Muitos morrem sem saber. O ser-para-a-morte heideggeriano ainda respondia a um projeto, a uma escolha. Seria demais exortar esses indivíduos a não serem alienados, "abduzidos". Não há mais um centro orientador em relação ao qual eles teriam se desviado de uma vida autêntica. Para eles, a *reificação* se tornou uma norma vital. No Brasil, onde a integração ao sistema é deficitária, não existe uma cidadania plena. Somente são incluídos os que têm documentação. Muitos indivíduos são excluídos das políticas estatais, porque seu nome não consta em um documento. Quando a integração tem que passar pela letra, ela é a face manifesta da exclusão.

A menos que haja uma mudança radical no sentido da morte capturada pelo sistema não se acredita que essa inconformidade, e esse inominável, repouse. Por um lado, há pessoas que simplesmente estão morrendo por causa desse sistema. Por outro, há pessoas sensíveis de classe média que estão dando passos em direção a um "apaziguamento", ou seja, estão ensaiando maneiras de contornar, de dar forma e nome a esse pavor inominável e informe. Porém, por outro

lado, que é o que nos importa destacar aqui, a própria morte está sendo explorada como sensação midiática e propiciará razões contínuas aos poderosos para o aumento de medidas de restrição às liberdades individuais e sociais. Mesmo que existam mídias independentes, a alta tecnologia audiovisual continuará sendo dominada por grupos poderosos e sistêmicos, que animarão o espetáculo dos horrores. Mesmo que não o gere, ela explorará em todo o globo o medo como um conceito transcendental – no sentido de que o tornará visível em toda parte, até que uma vacina seja descoberta. A "presentificação" regular e repetitiva do número de mortos está sendo utilizada como recurso competitivo de audiências. Com isso, sua presença apavorante continuará, pois poderemos ser o próximo. Pensaremos sempre, ao mesmo tempo, nos que foram e na possibilidade de não ficarmos. Continuaremos cansados; não os deixaremos descansar nem descansaremos, porque se não há condições de possibilidade de enterrá-los definitivamente, então também não haverá como formar uma memória.

Mesmo o abrandamento do terror coletivo fará os mortos serem "menos". Todos trabalharão, uma vez mais, como sempre, na expiação do grande regulador social do ocidente cristão: a culpa. O cenário de uma arquitetura urbana, momentaneamente alterada pela genuflexão de funcionários em frente a lojas, pode ser compreendida, com toda ambiguidade que o gesto comporta, como súplica à abertura daquele que se tornou, ao mesmo tempo, instância de um destino cego e salvador, a saber, o mercado enquanto absoluto. Essas imagens, porém, antes somente vistas em templos sagrados, marcam a tendência atual de sacralização do profano: a aceitação surda de mais escravidão, mais aviltamentos, mais assédios morais e sexuais, estupros, violências e mortes. Sempre deve existir alguém para levar porrada. Os que cuidam da vida, a vanguarda no enfrentamento da Covid-19, é espancada na Praça dos Três Poderes. E, para não quebrar o clima de "normalidade", e continuar a semear falsas esperanças, os telejornais terminam com salvas de palmas ao corpo de enfermagem.

O dilema social segurança *versus* liberdade, caso a escolha penda para a segurança, aprofundará o partido da necropolítica, da biopolítica da morte. Se não conseguirmos "reparar" o dano que é a lembrança sempre revivida do sem-sentido do pavoroso, se passarmos a procura-proteção nele, não formaremos uma nova memória, porque, nesse sentido, ao contrário do uso comum da palavra, precisamos nos esforçar repetidamente para esquecer – não dos mortos, mas do fato de que eles ainda estão aqui. Tem alguma sensatez em cobrar o que quer que seja de al-

guém que percebe a morte provocada pelo sistema como natural?

Indagar o papel que as redes sociais estão cumprindo nesse contexto é um exercício que pode fracassar. No entanto, podemos constatar, sem juízos prévios, o que acontece na prática. Primeiro, a rede é um lugar que possibilita uma despersonalização e um anonimato da palavra. Nesse sentido, ela nega e desvitaliza o simbolismo da morte. Mesmo alguém morto de fato, pode continuar "vivo" no facebook. O que permite isso é a capacidade própria do símbolo; ele substitui por analogia formal a ausência de algo ou alguém. Neste sentido, as redes sociais são frágeis em oferecer possibilidades de se ter uma experiência com o estranho, com o desconhecido, com o ausente. Quando representam pensamentos, ideias ou qualidades, o modo de expressão dominante é a figuração alegórica, traduzindo seu modo de operação em termos filosóficos platônicos de essência e aparência, ou em termos psicanalíticos freudianos do latente e do manifesto, sobressai-se nelas uma base quase estrutural em que o conceito mais próximo seria a aparência ou o manifesto. Mas, para ambas as tradições de pensamento, os conceitos de "aparência" e "manifesto", guardadas as diferenças epistemológicas, são sempre aparências ou manifestações de algo outro que não aparece ou não se manifesta diretamente.

Quanto à morte, o que podemos falar dela? Ela é inalcançável pela imagem, pela palavra e pela música. Quanto à linguagem, não há língua adequada para dizê-la – muito menos num sentido unívoco. Por isso, ela pode ser interpretada como venturosa, assustadora ou pavorosa. A morte está sempre presente na vida, entretanto como algo irrefletido, como "captura", "rapto", "sequestro", tomada à distância. Todo o cuidado com ela não é pouco. O espaço que ela ocupa é um lapso de tempo, porque ela é aparência única de uma distância próxima.

Por isso, nos espaços abertos pelas redes sociais, predomina a postagem de imagens superficiais do que somos, pensamos, fazemos e sentimos. Essa crítica é corroborada pelas próprias pessoas que as postam. Uma vez que, geralmente, a imagem vem com uma legenda, o comentário descritivo a acompanha na tentativa de não evidenciar o que poderia ser uma falta própria à imagem ou à sua descrição. A capacidade de autonegação de uma imagem colocaria para os videntes uma tarefa que até hoje os próprios artistas se debatem. Por isso, paradoxalmente, mesmo a morte sendo de tudo e de todos mais sabida, a intensidade de sua exposição midiática, de forma nua e crua, é atormentadora. Ela não consegue reproduzir uma experiência sequer da vivência presencial de uma morte. Esse saber da vivência é um saber denegado, recalcado. O sen-

timento de privação, da perda de um pedaço de si no parente que vai embora, não tem como ser comunicado e nem expresso pelos meios de comunicação. Por isso, às vezes, como podemos vislumbrar na arte, a imagem recebida da morte pode dar a entender que na verdade ela quer dizer não a si mesma.

As redes sociais não são regidas por mecanismos de criação artística. O potencial criativo do artista pode ter como resultado a materialização de imagens, de sons ou de palavras que lhe deem glória. Mas isso, ele somente alcançará depois de anos e anos de luta pelo seu objeto,

Ao buscar uma ajuda psicanalítica – o que não quer dizer que Freud explique tudo – as redes sociais, ao franquear a utilização de todo e qualquer conteúdo simbólico – sejam imagens, palavras ou sons –, e possibilitar "compartilhamento", ela possibilita o deslocamento de traços definidores freudianos do conceito de superego. Não operam mais como uma instância moral de censura, com suas proibições, mas *instanciação estética* de uma moral instantânea que nos desacostuma de mostrar o que somos, pensamos, fazemos e sentimos. Se não fosse por isso, como vovozinhas dariam seu beneplácito? Em seu lugar temos a assunção positiva de uma imagem de sucesso e felicidade. A negatividade é eliminada. E, com ela, certos impulsos oriundos de camadas profundas de nossa história, que para uma correta apresentação necessitariam de tempo e coragem para serem trabalhados. Falar sobre eles, seja em nível individual ou social, é desestimulado.

Há uma prova confiável para o fato. A recomendação do uso de máscaras – mesmo que não seja de todo conclusivo que nos afaste da praga viral – já está sendo explorada por marcas comerciais. Vendidas a preços extorsivos, ainda assim sua busca "viraliza" na rede. Por outro lado, ao serem estilizadas como únicas – por exemplo, observamos um rosto que estampava uma foto de família – apontam para o fato global de que, se não "fizermos" uma boa imagem de nós mesmos para os outros, ou seja, se não formos percebidos midiaticamente e nos destacarmos, quer seja pela marca, pelo valor pago pelo produto ou pelo *design* diferenciador, por mais bem de saúde que estivermos, podemos ter a sensação de que estamos "mortos" para a sociedade. E quando nos subtraímos ao olhar externo, esse sentimento de "estar morto" pode atacar o nervo vital de nossa existência. Quando o novo coronavírus ameaça literalmente com o real da morte, sua simbolização é impossibilitada não apenas pelo excesso de exposição midiática das vítimas da Covid-19, mas pela adoção de um comportamento da forma mercadoria. Desnecessário dizer

que quem não usa máscara está num estágio anterior à imaginação: está alucinando imunidade. Como nosso ego traumatizado está mais ocupado em se proteger dos estímulos vindos de fora, do que em assimilá-los e elaborá-los, tentamos imaginariamente nos proteger. Então, o que resta é um simulacro da representação da morte. Ai de quem renuncie publicamente a usar a imagem como couraça customizada em sua defesa. Portanto, nada como fugir para a realidade social e fazer de conta que ficar em casa é uma ilusão ou um desejo conspiratório de quebrar a economia nacional.

> *"Se correndo com os pedestres você se cansa, como poderá competir com os cavalos?"* (Jeremias, 12, 5).

Falamos acima sobre a espetacularização da morte e sobre máscaras. Com isso, quis destacar, respectivamente, nesses dois momentos, dois movimentos no jogo de vida e morte da Covid-19: a) a apreensão fictícia da realidade encenada (filmada) e b) o caráter das construções narrativas da mídia social (mascarada). Há nestes dois momentos uma apropriação desapropriadora de conteúdos dos sentidos humanos, do próprio corpo, que achata a compreensão da unicidade do ente humano. Consequentemente, o sentimento também é afetado. Destacamos também que a morte visualizada pelas telas será mais facilmente aceita, uma vez que os aparelhos não sentem e algo de sua racionalidade técnica, de sua frieza, é externalizada em seus produtos e passa a compor a forma da percepção humana. Por outro lado, falamos também do deslocamento de uma moral repressiva para uma instância estética, cujo principal "avatar" é a impressão causada pela imagem.

Agora teceremos comentários sobre os pontos resumidos acima:

Sobre a imagem

Como mediadora do laço social, toda imagem é política. Neste sentido, houve um deslocamento substancial no uso das imagens desde a revolução microeletrônica dos anos 70 do sé-

culo passado. Não são apenas governos do mundo que fazem constantemente uso político da imagem. A própria sobrevivência política de grupos, da extrema direita à extrema esquerda, não tem como contornar o fato de que é preciso fazer uma imagem para alcançar audiências às suas causas ou projetos. A imagem da política passa a ser dependente das políticas em torno a ela, ou, num sentido mais amplo, das políticas das comunicações sociais. Quando o assunto é a estrita sobrevivência no espaço público, deixar de responder a um absurdo ou a um escândalo é mais absurdo ou escandaloso do que fazê-lo. Nesta direção, como os governos gastam boa parte de seu tempo útil em apagar incêndios por eles próprios cometidos, ao invés de se ocupar com outros assuntos relevantes para a população, podemos diagnosticar a imagem como um sintoma do nosso tempo. Isso é diferente de destacar o sintoma como imagem, tal como se pode ver na semiótica médica. Tomemos como exemplo o governo Bolsonaro. Enquanto amálgama sintomático, ele vive cada vez mais na imagem. Para alguns, já está ficando evidente a impotência de sua sustentação apenas nela – ainda mais quando ela é falsa aparência, como na proliferação desenfreada das *fake news*. Isso mostra que o caminho do virtual, enquanto realidade possível pode ser tomada como vetor de um possível verdadeiro, atualizado enquanto real. Todavia, quando a atualização somente se dá pela via da violação sintomática à verdade dos fatos, esse diagnóstico não encaminha a terapia para a cura da verdadeira impotência.

Sobre mudanças na simbolização da morte

Ao tratar das mudanças na simbolização da morte destacamos elementos trazidos pela Covid-19 que modificam o próprio ritual de passagem. Ao mesmo tempo falamos em uma realidade *tanática* que antecede em nosso país a morte pela Covid-19 – e que abate milhares de brasileiros antes mesmo que suas expectativas de realização social sejam cumpridas. Portanto, não falei apenas de idosos com comorbidades patogênicas, mas de idosos *uberizados* que precisam trabalhar precariamente para poder sobreviver, dos que contraem o vírus nas filas do auxílio emergencial e, de jovens, principalmente negros, que vivem em comunidades desassistidas pelo Estado, que somente mostra sua face sob cassetetes ou balas de fuzil. Logo, abre-se aqui uma lacuna a ser explicada: por que essas mortes não são objeto de igual mobilização como a que vivemos hoje sob o isolamento social? Para avançar um pouco mais sobre este tópico, propomos recolocar no-

vamente a questão da morte para ver se encontramos elementos para explicar sua tolerância midiática quando ela é patrocinada pela mão do Estado.

Somos acostumados a não querer mais o que queremos, por conta de nossa hesitação existencial quanto a quais seriam as melhores formas de satisfação. Somos desacostumados a pensar sobre o fato de que a melhor forma de satisfação possa residir na repetição de formas antigas. Por isso, vivemos em constante crise de realização, de atualização. Sentimo-nos sempre atrasados frente às demandas do mercado. Por causa desse discurso que nos vicia em infinitos há a necessidade de constante ruptura. Não acalmamos nosso ser e nossa finitude se apresenta como uma desgraça.

Em contraposição, encontramos na história do pensamento antigo a opinião do filósofo grego Epicuro, que dizia que a morte não pode nos fazer mal. Conforme o filósofo Mark Rowlands, o erro da argumentação de Epicuro é que "a morte nos faz mal pelo que nos priva" (Rowlands, 2010, p. 172). A isso os filósofos chamam de mal da privação. Rowlands contesta a resposta ataráxica de que a morte nos priva de uma coisa que já não possuímos e, por isso, não nos faria mal, e busca explorar porque ela pode nos fazer mal. Sua resposta é que nos faz mal porque negaria as nossas possibilidades, ponderando, porém, que "apenas algumas de nossas possibilidades são relevantes para a privação provocada pela morte: são aquelas que desejamos que se realizem. A cada uma dessas possibilidades corresponde um desejo: o desejo de que a possibilidade se realize" (ROWLANDS, 2010, p. 173).

Então, vamos apontar implicações materiais dessa narrativa filosófica. Há aspectos de uma privação anterior à Covid-19 a serem considerados nos quais a política da imagem, pela forma como apresenta a realidade da vida e da morte, rouba-nos conteúdos significativos, em outras palavras: o modo como a mediação virtual simula a realização de metas, desejos, projetos, objetivos e sonhos pode ser ruim para a pessoa que morre, porque ela a priva de ter um futuro.

A alienação da interação virtual não nos priva de um futuro pura e simplesmente. Ela burocratiza o hoje, o ontem e o amanhã. É por isso que a eterna notícia televisionada ou emitida sobre números de mortes, sobre sua geração e corrupção, correção ou incorreção, é tão fáustica quanto enfadonha. Se um genocida político nos priva de um futuro, desrespeitando-o em função de preservar sua imagem viva no presente, o sentido de privação envolvido é muito diferente daquele que existe quando é a idade que nos priva da energia da juventude ou de quando alguém

nos rouba algum bem.

Diferentemente de outros animais nós passamos um “tempão” de nossas vidas orientando nosso comportamento em direção a um futuro idealizado. Como o serviço dos ideais é ofício da moral, acostumamo-nos a avaliar os fatos futuros como promessas. Por causa dessa moral, “investimos” em futuros contingentes na esperança de não perdermos tanto na hora de nossa morte.

Numa perspectiva filosófica, a questão sobre as mudanças na significação da morte está entrelaçada à relação que estabelecemos com nosso fim. A forma da morte pela Covid-19 é uma entre as inescapáveis formas que existem de deixar de viver. Deixar de viver, de forma trágica ou venturosa, envolve todo o ser do ente vivo; por isso, ao considerá-lo em sua totalidade, estamos no terreno de um estudo ontológico. A ontologia inteira, desde sua criação como parte da filosofia grega antiga, pode ser lida como uma forma de resposta ao susto causado pela morte, ou seja, como necessidade de pensamentos que deem apoio e orientação à falta de permanência, de repouso ou quietude da natureza. Contudo, a busca de uma base fixa, a redução da totalidade da natureza à ficção de um princípio universal pensado não instaurou a devida quietude até hoje. Por outro lado, também não eliminou a necessidade de uma instância superior sobrenatural como lugar de fuga, de sentido e de orientação para nossa finitude.

Ao tentar compreender e avaliar a morte em sua totalidade a vemos incorporada numa certa concepção de tempo. Percebemos que a morte está subordinada ao tempo. E a gestão ou administração do tempo – aqui, tempo no sentido cronológico – é determinante tanto para o entendimento da relação da contagem que o político estabelece com ele quanto das inúmeras morte ocultadas que antecedem à Covid-19 e ela mesma. O tempo do político não é contado da mesma forma que o tempo do cidadão comum. Quando acaba o gás para fazer o almoço, este tem que dar um jeito de o conseguir. Já o político, instalado em seu gabinete executivo, conta o tempo segundo um calendário cuja mudança significativa se dá de 4 em 4 anos. Na área da saúde pública podemos perceber uma correlação direta entre tempo e morte, porque hospitais, UPAs, ambulâncias, aparelhos, contratação de pessoal, entre outras coisas, dependem de licitações que “levam” tempo. Contrastando a representação do tempo da forma burocrática estatal frente ao tempo representado pela forma de vida cotidiana do cidadão comum, percebemos que o tempo do político é vivido sob a modalidade de um “tempo morto”. A renovação dos votos a cada quatro

anos renova a promessa de um futuro, mas a intermediação e continuidade da vontade política inovadora está subordinada à sua sobrevivência. No rumo da trajetória descrita pelas possibilidades de realização disparada pela flecha burocrática, diríamos que, na falta de uma imagem mais sensível, ela se volta sobre si mesma e contra as gentes, ou seja, a promessa dirigida à transformação da vida futura dos cidadãos comuns retorna a seu ponto de origem, a saber, à perpetuação do partido no poder. Enquanto houver representação, esse teatro perdurará.

Para concluir esse ponto: a epidemia é um problema de fato. Às vezes, ocorre-nos ao sair de casa à rua, com as lentes dos óculos embasadas pelo ar comprimido na máscara, uma dúvida sobre o que realmente estamos vivenciando. Demoramos um tempo para reparar a ilusão da realidade. Da mesma forma que ao escrever, a realidade exterior nos cobra não fazer eufemismos. Por isso, apontamos aqui a necessidade de separar e não confundir a gramática que se expressa em um conjunto de termos técnicos pela mídia e uma gramática cujas expressões são adequadas ao assunto, tal como ele é vivido pelo cidadão comum. Como forma de apresentação da realidade do novo coronavírus, efetivamente, no mundo inteiro, nenhum linguajar rebuscado que busque interpretação eufemística sobre intenções boas ou más dos agentes de saúde substituirá testes, remédios ou aparelhos para contornar o mal causado por este vírus. Portanto, a constatação de que nenhum governo de país algum estava preparado para esta pandemia não deve ser aceita como explicação ou resposta ao que está acontecendo. Isso que está acontecendo, como foi possível deixar isso acontecer, é o que deve ser explicado. Meios para se evitar tal hecatombe existiam. O que deve ser explicado é porque não foram colocados objetivamente nos lugares adequados.

Sobre a falta de equipamentos e de profissionais de saúde: a privação

A falta de algo que pode resultar na maior privação da vida, a saber, a morte, deve ser tomada como causa verdadeira sob diferentes aspectos. A verdade da falta de um equipamento técnico não deve ser tomada como causa final ou conclusiva de uma morte. O meio pode ter sido mal utilizado. Por isso, num sentido lógico e teórico, sua presença ou ausência deve ser tomada como uma premissa, não como uma conclusão. Neste sentido, a falta pode operar como um falso objeto na explicação conclusiva sobre as causas da morte, pois sua nomeação não está apenas na dependência de quem tem o poder de dizer ou de determinar o que deveria estar presente ou au-

sente na realidade. Um objeto pode estar faltando na realidade mesmo que ele não seja simbolicamente determinado como devendo estar presente. Antes de ser simbolizada, a morte é real. Uma coisa são os discursos; outra a realidade.

E é aqui que se apresenta um limite teórico da interpretação psicanalítica e da hermenêutica filosófica, e se abre o espaço para a alucinação religiosa. Não é verdade que na realidade de nosso sistema de saúde falta tudo e nada funciona. A realidade de nosso sistema de saúde é a que é? Não! A realidade do nosso sistema de saúde é a que foi produzida enquanto ausência ou "desapropriação" do devido ao próprio sistema de saúde. Não se trata somente de "desvios", mas de não-envio ou de "sublocação". Raras são as exceções de municípios brasileiros que investem em saúde o previsto em lei. Assim – mais para lamentar do que para festejar – topamos com uma região do cuidado do ser humano em que parece que se previu a ausência real e não apenas simbólica de certos objetos humanos e não humanos. Por isso, não adianta frente à dor de uma perda dizer que a morte é simbólica e que é o simbólico que determina a realidade. Além de ser um consolo falso, é politicamente conformista, uma vez que a existência de um projeto designando que determinados entes humanos ou objetos ocupariam um determinado lugar não é garantia de efetividade. Mesmo que seus lugares estejam descritos, eles faltam. Dizer que todos vamos morrer é negar isso. Dizer que algo falta na realidade não é nenhuma negação da realidade ou tentativa de encobrimento traumático da morte. Aqui a experiência bruta, empírica, vem antes do entendimento subjetivo. O primado, como diz o filósofo Adorno, é do objeto. Do ponto de vista ético, o imaginário dos agentes, sua necessidade de sobreviver numa imagem positivada do político como empreendedor de mercado, faz com que a atenção e o investimento sejam deslocado, ou seja, legal e moralmente eles são responsáveis. A ilusão religiosa vem obscurecer este fato, pois ela opera com a ideia de que a ocupação do lugar por um representante político seria a de um indivíduo "maior" ou a de um "pai" forte que iria proteger os filhos "menores" de toda a nação. Isso obscurece a realidade de que ele, amiúde, ocupa o lugar de uma "mamãezinha", ou seja, ele não se desviará de seu clã, ele nunca sairá dos entornos da sua casa para conhecer verdadeiramente o estranho, mas sim para encontrar espelhos coletivos que reflitam seu narcisismo individual. Se o seu desejo próprio é não passar pela mediação do outro – o que não é o caso próprio ao desejo – não haverá a "privação" necessária à continuidade da civilização. Haverá a privatização, ou seja, o cuidado como um negócio.

Por outro lado, em outro sentido, a "falta" como privação também pode ser entendi-

da como aquilo que a filtragem medial da comunicação corta diante do homem. O estresse do distanciamento social e o esgotamento físico e mental causado pelo excesso de trabalho digital são amostras do caráter secundário ou substitutivo de meios técnicos de comunicação. Por isso, em condições de isolamento social e na ausência das pessoas de nosso convívio cotidiano, de familiares ou colegas de trabalho, a utilização destes meios como forma de neutralização destes mesmos fatos ou de seus sintomas é oferecida como uma saída de emergência. A exacerbação da oferta de lives é sintomática. Expressão não é a mesma coisa que comunicação. A comunicação medial, para ser bem sucedida, deveria expressar algo da privação que está na sua própria origem. Por isso, quando não conseguimos isso pelos canais disponíveis, colocamos a culpa na conexão ou na inadequação tecnológica. Na verdade, não é o isolamento espacial ou social o responsável, uma vez que circunscrever a comunicação com outros seres vivos apenas por meios técnicos já configura uma tortura por isolamento. Nenhum discente das séries iniciais pode ser acostumado de forma suportável aos rigores da educação cívica a não ser pela proximidade física contínua aos educadores.

A virtualização como expropriação

Ao lado desta privação material de equipamentos e de pessoas e da privação que a interação virtual tenta esconder, podemos constatar também um sentido latente na virtualização: a expropriação. Em simples dialética, ele é latente, porque não se deixa perceber empiricamente ou em casos particulares. A expropriação não é uma exploração pura e simples. Trata de uma especiação da exploração humana, ou seja, uma nova forma de submeter e explorar os outros. Ela se desloca da apropriação de bens exteriores visíveis rumo à apoderação dos sentidos interiores. Ao invadi-los, ela não os cultiva, mas os arrasa por meio de uma inundação. Mas somente consegue ser exitosa ao encobrir seu engodo, que pode ser resumido em uma fórmula simples: “Eu vejo o noticiário para saber o que está acontecendo no resto do mundo”. Em outros termos: “eu me esclareço com a mitologia da comunicação”. Deveria estar claro que noticiários não são a melhor forma de saber. Muito menos, quando o jornalismo passa a ocupar o lugar da filosofia e da ciência.

Esse engodo não tem apenas uma dimensão político-moral, mas também uma dimensão sensorial-estética, inclusive fisiológica. Apenas porque não temos mais que lidar com máqui-

nas ruidosas do começo da revolução industrial, não quer dizer que nossos nervos e músculos não sejam sensivelmente afetados na era da microeletrônica. Discursos não motivam tanto as pessoas a reagir automaticamente quanto *emotions*. Aparentemente, a questão flerta com ares hedonistas: o que causa mais prazer? Porque a composição interna das percepções do cidadão comum, das massas, e do seu próprio pensamento não corresponde aos clichês produzidos pela indústria cultural, podemos concluir que as massas não somente se deixam enganar, como também se enganam a si mesmas. Enquanto fenômenos não podemos atribuir a um Trump ou a um Bolsonaro uma completa lavagem cerebral em seus eleitores. A atenção despertada por eles, mediante apelo à violência midiática, já é uma manifestação contra o desgaste da sensibilidade política discursiva tradicional. Para excitar seus eleitores, eles criaram uma atmosfera de caos. Com isso, conectaram os eleitores a um sentimento primitivo e elementar sem o qual a atenção hoje nem mais poderia ser mobilizada, a saber, o susto, o medo, o terror, a desordem, o caos.

A dimensão sensorial-estética, pela sua pregnância imediata, substituiu a dimensão político-moral. Toda a aposta feita no último quarto do século XX por filósofos e cientistas políticos de que o discurso seria o lugar de reconciliação dos litígios do contrato social deu errada.

A excitação dos sentidos pela mídia, principalmente quando seu sistema de entretenimento é buscado como lenitivo à miséria cotidiana, dificilmente será percebido como expropriação sensorial-estética. No fundo, como o engodo não é apenas dos produtores, mas também dos consumidores, o que se intenciona com essas racionalizações é mascarar. Todavia, como já é sabido que é máscara, então o que se busca é mascarar a máscara, ou seja, evitar ou disfarçar a horrível verdade de que essas imagens as quais consumimos, porque não temos a coragem de encarar nossas reais imagens que nos motivam profundamente, pois levantá-las causaria dor. Por causa dessa dificuldade, refugiamo-nos em imagens superficiais ou em pseudodebates oferecidos pela mídia, pois são de fácil digestão. O que é de fácil digestão é facilmente vendável e facilmente consumível. Mas, tratando dos sentidos humanos, os quais não podem ser substituídos como mercadorias, isso se chama “liquidação”. Há tempos, porém, o que paira no ar é a ideia de que quem renuncia a um prazer possível e imediato é um otário ou um idiota. Essa nova ordem cultural, além de seu anti-intelectualismo, é sintoma de falta de cultura pura e simples. Ela é opressiva, porque há muito tempo agita e excita os sentidos mais elementares, mas na hora de sua realização, inter-dita-os.

Se reforçar os próprios defeitos, lutar contra eles não pode ser uma luta resolutiva. À transmissão cultural, não existe a possibilidade de educar sem indulgência, *mimesis* e acolhimento. Justamente por isso, a educação não pode se esquecer de seus momentos de antipatia e de irritação frente os costumes formatados por uma visão e escuta rotinizada pela produção das mercadorias da indústria da cultura – cujo único objetivo é animar para a venda e lucrar. O que está em pauta permanente é, portanto, em lugar do consumo irrefletido, sempre que possível, utilizar os meios desse sistema opressor e voltá-los contra ele mesmo. A questão colocada frente ao combate ao fascismo atual não nos oferece um caminho fácil: ir à rua e correr o risco de morte, ou ficar em casa assistindo pela televisão ou pelas redes sociais o risco de morte dos companheiros? Não há uma resposta única, porque ao sair às ruas e combater o fascismo podemos nos deparar com indivíduos cujo sentido da vida não comporta pensar nenhum futuro, ou seja, seu horizonte é indiferente à morte. Enfrentando-os poderemos nos deixar fazer de idiotas pelo seu poder, e, ao mesmo tempo, se não percebermos a quem servem, pela nossa própria impotência.

A música de Belchior, *Como nossos pais*, primeiro grita: "(...) eles venceram, e o sinal está fechado pra nós, que somos jovens (...)". Na mesma toada, vem a inversão: "(...) mas é você que ama o passado e que não vê que o novo sempre vem (...)". Coincidentemente, os "vitoriosos" do momento em nosso país se apropriaram dos sinais verde-amarelos. Ficamos com o sinal fechado. Todavia, como cada vida é única, irrepetível, lançamos nossa flecha vermelha incandescente em direção ao futuro para penetrar em suas trevas e, na obscuridade do momento, iluminá-lo para nós. A vida importa em sua totalidade única. Números não dão conta disso. Mesmo o número um, não o conseguimos vivenciar senão a partir do zero. Ocorre, porém, que a apreensão midiática esvaziou nossa concretude e a cimentou com abstração: não conseguimos vivenciar nem o um, porque não conseguimos senão vivenciar um depois do outro. Desgraça matemática: perda da eternidade do momento único de uma vida. As existências mais se assemelham a seriados de televisão. Angústia e espera pela próxima temporada.

Virtualização como uma nova ontologia do ser social

A experiência do isolamento social também exibe a situação da economia libidinal na fisiologia. O sistema nervoso de quem vivia plenamente ocupado sofre para se adaptar ao novo

comportamento do tempo livre. Todavia, antes mesmo do advento dos tempos da pandemia, baixar dados, enviá-los e recebê-los já significava, ao menos para os tecnologicamente incluídos, a atividade humana por excelência.

De acordo com o filósofo e teórico crítico alemão Christoph Türcke: "A compulsão à ocupação é especificada como uma compulsão à emissão" (TÜRCKE, 2010, p. 44). A ocupação, em nossa sociedade pautada pelos valores do progresso contínuo e pela competitividade individual, desloca-se na era das comunicações à ocupação em emitir. Não emitir abre o *horror vacui* (horror ao vazio) da desocupação, da ociosidade, do desemprego. E o diferencial em relação a tempos anteriores é que o sentimento existencial é não apenas que *há um* vazio, mas que *somos* vazios se não emitirmos.

Türcke denominou esta compulsão chamando-a de "a lei básica de uma nova ontologia", a saber: "quem não transmite não está 'aí'" (TÜRCKE, 2010, p. 45). Deslocando a interpretação do "ser-aí" de Heidegger, Türcke fala justamente dessa ruptura que se inaugura a partir do momento em que "ser é ser percebido" e "ser é perceber". Para quem não conhece a história da filosofia, desde Platão até Heidegger existiria uma espécie de "aí" inalienável ao ser humano presente aqui e agora. Mesmo que ele não irradiasse nada perceptível, ele estava "aí". Agora, quando a tecnologia vai tão fundo no indivíduo que ele não pode senão se metamorfosear em um transmissor de si próprio, então sua radiação pessoal é obscurecida por uma etérea, que abala o próprio fenômeno do "estar-aí". E é nesse desenvolvimento do pensamento de Türcke que podemos encontrar uma formulação singular filosófica do sentimento comumente compartilhado de que algo falta na interação virtual. Do que trata?

Não é algo evidente tal como uma dor de dente. Mas é algo que se separa no corpo físico, que fica como que "sobrando", como um resíduo. "Em suma, a essência ontológica de um emissor consiste na separação de seu "aí" em relação ao seu aqui e agora, e na transfiguração em um "aí" etéreo, receptível em todos os lugares de um determinado campo de transmissão, mas em lugar algum palpável" (TÜRCKE, 2010, p. 45). Essa separação, muitos a erotizam como portadora de novas possibilidades de desenvolvimento do eu, de relações e de descobertas inusitadas, é chamada por Türcke de uma "absurdização" generalizada.

Apelar à conceitualização filosófica para dar conta do fenômeno da virtualização tecnológica – cuja expressão que a introduziu foi o oxímoro chamado "realidade virtual" –, não significa

dizer que a esgota. A virtualidade não é meramente "virtual", como muitos pensam. Enquanto irradiação midiática, ela existe de fato – e não apenas "no registro do possível". A frequência de sintomas de abstinência vitais – quando, por exemplo, o *whatsapp* para de funcionar por algumas horas de um dia – revela o quanto é real aquilo que pretensamente seria apenas uma "realidade virtual" e o quanto é esvaziado de substância o aqui e agora fora da rede, "[...] ela [a realidade virtual] adquire a aparência de uma força vital coletiva, cuja ausência não mais pode ser suportada" (TÜRCKE, 2010, p. 46). E aqui chegamos ao ponto decisivo sobre a mudança paradigmática ou cisão histórica-epocal:

> [...] e até onde vai essa força fica evidente pelo que começa até mesmo a redefinir o que seriam a vida e a morte. Quem não emite, não é, ou seja, ele pode estar tão vivo quanto possível, ter os melhores parâmetros sanguíneos e o melhor caráter; midiaticamente está morto. E a ilusão midiática, que o faz parecer morto, é irradiada, por sua vez, como se representasse a vida plena, embora seja feita de pixels mortos (Türcke, 2010, p. 46).

A vida se torna pálida quando o Deus coletivo que a ela dá forças estiver fora do ar. E essa dependência da luz elétrica ou da bateria carregada, o terror e tremor que as pessoas sentem quando ela falta – que faz com que milhares liguem ao mesmo tempo para as operadores de energia – mostra o quanto não são mais representações ou pensamentos abstratos que nos aproximam da realidade da vida, mas excitações sensoriais vindas de fora, dos aparelhos. E, ao ocupar o lugar de um absoluto, por mais estranho que possa parecer para sensibilidades religiosas, há uma re-ligação com um Deus metamorfoseado em aparatos eletrônicos. Primeiro: eles estão em todos os lugares. Segundo, a salvação ou a perdição depende deles. Quem não tem estabilidade no emprego, se não responder a *e-mails* vindos da empresa, mesmo que seja fora do horário de trabalho, num dia de domingo, vê pairar no horizonte sua possível demissão. Isso não é apenas um índice do quanto a percepção da condição social do empregado está ligada à sujeição da demanda dos aparelhos, mas também o quanto a sensação em geral está ligada à sujeição, ou seja, à violência de uma força mais elevada. E aqui e agora, neste exato momento, vivemos a percepção do que se transformou e o quanto se reduziu a sensação em nossa realidade: "[...] e, ter algo repentina e instantaneamente, irresistivelmente, impresso em si por meio de uma força mais elevada, que não

se chama Deus, é verdade, mas aparatos eletrônicos, isso é o que há de característico da produção moderna de sensações" (TÜRCKE, 2010, p. 107).

Portanto, há aqui um paradoxo a ser resolvido. Justamente na entrada da modernidade, quando a sensação é elevada ao primado do conhecimento, ela deixa de ser o que é. Então também temos que diferenciar o discurso do senso comum e o discurso filosófico. E um esclarecimento fundamental que a filosofia da sensação de Türcke pode acrescentar ao senso comum de sensação é que esta não caiu do céu.

Quando, em sua forma tradicional escolástica, um docente emite durante uma ou duas horas seu saber e o despeja sobre os ouvidos discentes pode-lhe ocorrer, após a aula, uma sensação de vazio. Afinal, como discurso de mestre, ele não emancipou ninguém, mas escravizou-os ao seu saber. Essa percepção por parte do docente é também uma confissão de que seu método de apresentação do saber é insuficiente, porque, sua presença parece negar a existência dos outros. Porém, quando essa presença – que por si mesma já pode ensinar – está ausente, ou seja, numa interação virtual em que o aqui e agora da transmissão é aquilo que sobra quando não mais se está "aí", temos uma situação totalmente diferente. Obviamente, o que falta numa interação virtual é a presença. Isso é dado. O que não é dado é o como este resíduo físico "sobra". Aqui, observamos a ambiguidade do termo: a falta comparece como uma sobra e Türcke trata esse resíduo físico no duplo sentido que o termo alemão *Rükstand* permite: tanto "resíduo" quanto "atraso". "Um resíduo, por sinal, em um duplo sentido, pois sua presença-aqui-e-agora encontra-se em irremediável atraso em relação à sua presença etérea. E se esta desaparece, adquire a aparência de resíduo no sentido de "resíduo alimentar": uma sobra, detrito, cadáver ou lixo" (TÜRCKE, 2010, p. 45). Com estas características, mais facilmente se pode descartá-la ou deletá-la.

Um último ponto a considerar na interpretação de Türcke diz respeito à falta na dialética entre a irradiação midiática do "aí" pessoal e sua ofuscação,

> [...] E isso parece acontecer tão poderosamente sob as condições da microeletrônica, que a irradiação etérea se converte não apenas em fantasma da pessoa, mas também em seu vampiro. Suga-a e coloca-se em seu lugar. A potencialização mensurável da irradiação pessoal traz consigo uma imensa despotencialização (TÜRCKE, 2010, p. 47).

Aqui, é como se algo se apoderasse da identidade pessoal. Türcke parte da ideia de que se trata de um medo análogo ao medo da castração. Porém, o que ameaça não é facilmente identificável, "[...] a castração é sem dúvida uma sangrenta forma elementar de remoção do 'aí'. Mas nem a todo ser sem 'aí' corresponde um ser castrado, nem todo medo existencial é um medo de castração" (TÜRCKE, 2010, p. 47–48). Historicamente, as condições sociais, os padrões culturais e técnicos, modificam o medo existencial. Assim como não temos medo de ser atropelados por camelôs no Brasil, temos medo sim de estar remotamente mortos mediaticamente. E aqui, a filosofia de Türcke atinge uma leitura da empiria incontestável: "[...] sob condições microeletrônicas, esse medo começa a atingir o nervo vital. Ainda faltam em grande medida as palavras para isso. Fala-se muito da falta de dinheiro, mas da falta de "aí", quase nada (TÜRCKE, 2010, p. 48). Ora, essa falta de "aí", essa castração está sendo vivenciada por milhões de brasileiros, hoje, na carne, na fila em busca do auxílio emergencial, pois quem não tem sua existência formalmente cadastrada em um banco de dados, não existe.

Por fim, é verdade que essa realidade virtual, por um lado, poupa-nos tempo em muitas tarefas. No entanto, por outro, pode nos "roubar" o tempo necessário para compreender o presente de nossas próprias circunstâncias, ou seja, o que está na base delas – o fato de que nossas necessidades são primeiramente necessidades de nossa biologia, de nosso corpo. A virtualização substitui paulatinamente a luta por comida saudável, por água, aquecimento, por imagens em um menu de infinitas escolhas, mas que não nos oferecem nem mais o básico. Ao ressaltar os aspectos da apreensão mental, abstrata, em detrimento do corpo vivo, esse processo calculado e programado de descorporificação atinge o próprio significado do que significa viver e morrer.

Referências

ROWLANDS, Mark. **O filósofo e o lobo**: lições da natureza sobre amor, morte e felicidade. Trad. De Paulo Afonso. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Tradução de Antonio Zuin et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

Além dos antagonismos libertários e da obediência incondicionada: outros espaços no debate italiano sobre Covid 19

Alessia Di Eugenio

Entre 21 de fevereiro e 15 de maio, 31.610 pessoas morreram pela (ou com a) Covid-19 na Itália. Aproximadamente a metade delas (15.411) foi atingida pelo vírus e morreu numa das mais ricas e produtivas regiões da Itália, a Lombardia, que ostentava o melhor sistema de saúde regional da península. Todavia, recentemente, o presidente da região, Attilio Fontana, afirmou que o vírus foi contido com discreto sucesso e que a Lombardia foi uma das melhores regiões na gestão da emergência. Isso mostra até que ponto a percepção e a análise da realidade, bem antes da individuação das responsabilidades da gestão desta (inesperada?) situação, constituem o grande campo de reflexão e debate.

De fato, desde a difusão da notícia do fechamento das fronteiras, dos primeiros casos de contágio e do confinamento social nos primeiros territórios em que apareceram, a proliferação de artigos de análise da situação foi imensa. Muitos filósofos, escritores, sociólogos e cientistas políticos produziram imediatamente uma leitura mais ou menos articulada da situação, embora seja realmente arriscada a pretensão de entender globalmente fenômenos tão complexos no começo da sua emergência. O desenvolvimento deste animado debate é particularmente interessante para entender a lucidez e o limite da crítica social, a capacidade de acompanhar transformações complexas sem aplicar leituras e padrões preestabelecidos, a relação ainda tristemente reafirmada e polarizada entre médicos e cientistas ("especialistas e técnicos") de um lado e humanistas e críticos de vários âmbitos disciplinares de outro. Tentarei analisar algumas posições deste amplo debate para dar conta dessas questões.

No dia 26 de fevereiro, Giorgio Agamben publicou um artigo[1] muito breve no jornal //

[1] AGAMBEN, Giorgio. Lo stato d'eccezione provocato da un'emergenza immotivata. **Il manifesto**. Roma, 26 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://ilmanifesto.it/lo-stato-deccezione-provocato-da-unemergenza-immotivata/>. Último acesso em: 19 jul. 2020. (Nota dos organizadores).

Manifesto intitulado, com previsibilidade, *Lo stato d'eccezione provocato da un'emergenza immotivata*. Nesse artigo, o filósofo, sem mostrar nenhuma capacidade de argumentação elaborada e de necessária contextualização, volta a propor e aplicar à situação que estava se desenvolvendo o conhecido paradigma do estado de exceção. A tese de Agamben é afirmada, considerando que a doença é "pouco mais que uma normal *influenza*" e que as medidas tomadas pelo governo são excessivas, repressivas das liberdades e estabelecidas como simples "pretextos" para legitimar o controle político da população. Neste estado de emergência, a exceção jurídica se tornaria "regra", permitindo a repressão e a invasão do poder numa forma que tem o objetivo de se tornar permanente. No dia seguinte, 27 de fevereiro, o filósofo Jean-Luc Nancy e o ativista e escritor Davide Grasso responderam ao artigo de Agamben (foram elaboradas muitas outras respostas polêmicas nos dias seguintes). O primeiro, num artigo intitulado *Eccezione virale*[2], critica a comparação entre vírus e "normal *influenza*" e afirma que a ideia de "exceção" se torna regra num mundo em que as interconexões técnicas (deslocamentos, transferências, exposições…) alcançam uma intensidade desconhecida. Existe, afirma Nancy, uma espécie de exceção viral (biológica, informática e cultural) que nos pandemiza e os governos são apenas tristes executores dessa realidade. Individuar neles a *causa* dessa exceção significa propor "mais uma manobra de diversão do que uma reflexão política". De forma ainda mais articulada, Davide Grasso[3] elabora uma outra brilhante resposta que desconstrói o ponto de vista agambeniano e, discutindo a definição peremptória de "normal *influenza*", põe uma pergunta simples, direta e fundamental: "como sabê-lo?". Lembramos que essas discussões se desenvolveram poucos dias depois das primeiras mortes na Itália: as características deste vírus ainda eram pouco conhecidas e não existiam, como hoje, vacinas e tratamentos. As pessoas, afirma Grasso, esperam não ficar doentes e, com razão, querem se proteger. Não existe nenhuma "invenção" (a difusão de um micróbio não é comparável com um ambíguo perigo terrorista), mas uma realidade que não cabe dentro dos padrões conceituais pré-estabelecidos. As medidas de prevenção e proteção da população são, sem dúvida, necessárias (de fato, discute-se que governos, como o brasileiro, que negam a emergência e minimizam a situação, podem estar cometendo crimes contra a humanidade), mas isso não significa que todas essas medi-

[2] NANCY, Jean-Luc. Eccezione virale. **Antinomie**, 2020. Disponível em: <https://antinomie.it/index.php/2020/02/27/eccezione-virale/>. Último acesso: 19 de jul. 2020. (Nota dos organizadores)

[3] GRASSO, Davide. Agamben, il coronavirus e lo stato di eccezionE. **Minima & moralia**, 2020. Disponível em: <http://www.minimaetmoralia.it/wp/agamben-coronavirus-lo-eccezione/>. Último acesso: 19 de jul. 2020. (Nota dos organizadores)

das são corretas e coerentes. Ocorreria comentá-las e criticá-las, acrescenta Grasso. E termina propondo uma corajosa reflexão: quando queremos substituir um estado de coisas, precisamos imaginar o que faríamos se tivéssemos responsabilidades públicas naquela situação. Então, perceberíamos que algumas das medidas repressivas seriam as mesmas que exigiriam uma força revolucionária em condições semelhantes, como por exemplo em Rojava (esse exemplo é introduzido pelo autor porque militou com as forças revolucionárias do Rojava por vários meses).

Essas duas respostas ao artigo de Agamben são particularmente interessantes porque mostram que podem existir pontos de vistas críticos e complexos que não se encaixam necessariamente numa das duas posições que continuam a polarizar o debate: por um lado, quem considera necessárias todas as medidas de confinamento e distanciamento social estabelecidas pelo governo atual e utiliza slogans otimistas ("tudo irá bem") que negam qualquer forma de problematização e visão crítica da gestão da situação, e por outro lado, quem, cavalgando um certo negacionismo epistemológico, alerta contra conspirações, perigosos *Leviatanos* e estados de exceção imotivados e pré-organizados, incitando a quebrar as proibições e desobedecer (como fizeram os integralistas religiosos ou os apoiadores armados de Donald Trump) em momentos sensíveis em que o sistema de saúde está colapsando e as probabilidades de contágio são elevadíssimas.

Felizmente, foram muitas as críticas produtivas e lúcidas que superaram essa polarização e inauguraram um debate bem mais interessante e útil para este momento. Em particular, os movimentos feministas, desde sempre mais sensíveis e próximos aos temas que concernem a vulnerabilidade, a deficiência física, o cuidado, etc., mostraram grande capacidade de afirmar com convicção a importância da responsabilidade coletiva e da transformação dos nossos comportamentos e estilos de vidas (ficar em casa, proteger-se e proteger outros, mais fracos e mais idosos), sem renunciar a denunciar as consequências trágicas do desinvestimento na saúde pública, a falta de medidas de proteção de detidos nas prisões, de migrantes em condições precárias e irregulares e de trabalhadores e trabalhadoras que continuavam trabalhando sem poder parar (muitas empresas que não pertenciam ao circuito de produção de bens necessários, contornando burocraticamente as disposições do governo ou com a sua validação, nunca pararam de funcionar, colocando o lucro antes da saúde de seus funcionários). Vale lembrar que a capital da Lombardia, Milão, no dia 27 de fevereiro, lançou um vídeo intitulado "Milano non si ferma" (Milão não para), transmitindo uma mensagem de onipotência e soberba econômica que custou caro nos meses

sucessivos, enquanto alguns se enfureceram com o tema da falta de sentido de algumas medidas de confinamento (por exemplo, não poder correr no parque) e contra a excessiva repressão das liberdades individuais, uma grande parte da população ainda trabalhava sem ter a possibilidade de se proteger num sistema de quarentena nos momentos mais intensos do contágio no território italiano. Sem querer propor uma hierarquia moralista de indignações legítimas e ilegítimas, sem negar os inúmeros abusos dos policiais nas operações de controle do respeito das restrições (multas e sanções arbitrárias) e a arrogante operação de culpabilização dos comportamentos sociais dos indivíduos que a classe dirigente perseguiu, é necessário refletir sobre a deriva neoliberal que pode tomar essa defesa absoluta e antagonista da liberdade individual, confundindo-se com a indiferença dos empresários em relação às vidas dos trabalhadores e com a liberdade de produzir e consumir que expressa os interesses do mercado, trocando o lucro com as mortes.

De fato, um dos grandes temas filosóficos atrás dessas reflexões é o tema da morte. Um artigo do sociólogo Matteo Bortolini, intitulado *Premessa a una critica della violenza della "cura" (che cura non è)*[4], chamou a minha atenção. Bortolini afirma que a cura é sempre uma "cura de", encarnada, relativa a uma pessoa e não abstrata. Segundo ele, não é possível falar de uma cura num sentido abstrato e coletivo e seriam inúteis todos os discursos que opõem a cura coletiva ao interesse individual. Ao continuar a análise, chega a afirmar que o governo, decidindo o que é sacrificável, quer fazer prevalecer um certo tipo de fragilidade – aquela dos doentes de Covid 19 – sobre outras fragilidades – a pobreza material, a doença mental, as violências domésticas, as possibilidades de interromper uma gravidez etc. – e que "a morte é um argumento como um outro". Com essas reflexões, o sociólogo está tentando afirmar a importância de se defender da ingerência do Estado e a injustiça das medidas de confinamento que procuram outros problemas para tantas vidas igualmente frágeis. Sem negar a efetiva existência das importantes problemáticas mencionadas e ligadas ao confinamento (violências domésticas, pobreza, interrupção de serviços sanitários fundamentais, etc.), acredito que todas as fragilidades merecem ser consideradas, mas não numa visão hierárquica e excludente. Os movimentos feministas ativaram serviços especiais por meio dos centros antiviolência, denunciaram a situação de muitos hospitais; da mesma forma, movimentos sociais nunca pararam de escrever e protestar, como possível, para obter uma

[4] BORTOLINI, Matteo. premessa a una critica della violenza della "cura (che cura non è). **Le parole e le cose**, 2020. Disponível em: <http://www.leparoleelecose.it/?p=38207>. Último acesso: 19 de jul. 2020. (Nota dos organizadores)

renda universal (que reivindicavam bem antes desta emergência) para enfrentar a pobreza e a desigualdade, mas todas essas reivindicações, lutas e serviços nunca foram opostos à defesa do confinamento e da proteção dos mais fracos e idosos (mostrando que a decisão de ficar em casa, considerando a situação do nosso sistema de saúde, foi uma escolha de consciência e responsabilidade coletiva, não uma obediência ao Estado-pai). Certamente, durante esse *lockdown* muitas pessoas experimentaram frustrações, dificuldades materiais e enfrentaram obstáculos, muitas vezes, diferentes, opostos e ligados às específicas condições de vida. Todavia, esse discurso corre o risco de propor um individualismo egoísta em que cada um defende os próprios direitos (e a própria forma de cura), subestimando, negando ou não reconhecendo os dos outros, até o direito à vida. Nesse momento em particular, é fundamental recuperar e politizar o discurso da cura, que durante demasiado tempo permaneceu relegado à esfera privada e feminina. Por exemplo, outro importante tema como o da salvaguarda do ambiente e do planeta não poderá jamais se concretizar, se não conseguimos trazer de volta à concretude das nossas vidas e das nossas escolhas políticas um discurso aparentemente coletivo e "abstrato". O nosso poder de manifestar, protestar, construir formas de vidas deve considerar, sempre mais, a importância da cura coletiva e de defesa de todas as fragilidades. Nessa direção, uma rede de pesquisadoras e ativistas feministas publicou um apelo para uma proposta de "democracia do cuidado", recuperando os estudos de Joan Tronto, autora do livro *Caring Democracy* (2013). As autoras querem criticar os sistemas capitalistas e neoliberais que exaltam o mercado e consideram os cuidados como uma tarefa feminina e propor uma nova centralidade da cura na vida política das comunidades. A contagiosidade do vírus mostra a interdependência entre as pessoas, a fragilidade que nos liga, além de qualquer barreira de cor, "raça", religião, condição social e a necessidade de lutar por políticas públicas que cuidem do bem-estar e das vulnerabilidades de todos e todas.

Todavia, uma corrente de pensadores recusa essa reflexão, provavelmente como Matteo Bortolini, e afirma que o argumento do "contágio" não é realmente relevante para considerar essa doença *diferente* de outras formas de doença. Tristana Dini, num artigo interessante[5], pergunta-se a motivação da falta de responsabilidade do Estado perante o crescimento do número de tumores e doenças oncológicas em territórios transformados pela devastação industrial. Por que naqueles

[5] DINI, Tristana. "Ma se non ha niente indosso!" – disse una bambina. **Effimera**. Disponível em: <http://effimera.org/ma-se-non-ha-niente-indosso-disse-una-bambina-di-tristana-dini/>. Último acesso: 19 de jul. 2020. (Nota dos organizadores)

casos os desejos de saúde e as decisões do Estado não se encontraram? Por que o país não parou, diante da possibilidade de parar? Por que ignorou essas outras vulnerabilidades?

Embora concordemos plenamente com os desafios e as críticas que essas perguntas implicam, acreditamos que a dimensão do "contágio" (a facilidade e rapidez de propagação e exposição à morte) traz consigo uma condição de interconexão paralisante pela sociedade: o contágio põe em questão a segurança dos sistemas de saúde, expõe médicos e hospitais à vulnerabilidade e torna ainda mais complexas as terapias e visitas para quem, mais frágil, já sofre de uma doença. Esse vírus também atinge de forma mais perigosa sobretudo às pessoas mais fracas e idosas que representam uma particular porção da população que merece ser protegida. Há várias especificidades (e gravidades) dessa situação que não devem ser negadas mas, ao mesmo tempo, não podem se tornar uma desculpa perante as outras vulnerabilidades e as responsabilidades históricas e econômicas, nacionais e globais e uma legitimação para impor políticas de exceção, as quais não têm o objetivo exclusivo de tutelar a população, reparar os erros, investir sempre mais na cura, na vida das pessoas e na saúde pública para todos e todas (sobretudo para aquelas vulnerabilidades esquecidas pelo Estado). Contudo, há o propósito de lucrar sobre a catástrofe e reforçar o modelo econômico que produziu as condições dessa imensa tragédia.

O perigo de uma tecnocracia, em que "especialistas" organizam e controlam a vida das pessoas, representa uma sombria possibilidade que muitos autores, com razão, vislumbraram e denunciaram. Todavia, esse medo leva consigo o desenvolvimento de um certo ceticismo em relação à importância do trabalho e da credibilidade de *todos* os cientistas e médicos e uma oposição entre cientistas-tecnocratas-conspiradores e humanistas livres que, ao contrário, podem reivindicar uma maior perspectiva política, social e cultural sobre os eventos. Essa posição, desenvolvida para se defender dos usos e abusos da ciência e da sua perigosa pretensão de neutralidade, pode se tornar igualmente ideológica e desqualificar o valor e o trabalho de muitos médicos, cientistas e ativistas, portadores de um saber necessariamente sempre mais específico mas claramente parcial, em evolução e em discussão, que lutam para uma saúde pública de qualidade e para defender o direito universal à saúde.

Nesta campanha que tenta justamente politizar a situação de emergência, mas injustamente minimizar e negar a gravidez da pandemia e do tipo de doença, vemos um outro tipo de ideologia, muitas vezes conspiratória, igualmente perigosa para a população, que radicaliza e/ou

distorce algumas importantes análises e visões, sem ter a capacidade de contextualizar e lutar contra as injustiças do sistema neoliberal, atuando nas contradições e nas infinitas complexidades do nosso presente.

Pandemia falsa, testes gerais de subjugação de populações, massacre de estado[1]

Francesco Benozzo

Durante dias, como muitas pessoas, tenho me perguntado sobre o verdadeiro significado da palhaçada implementada em escala planetária nestas semanas[2]. Como professor de filologia, ou seja, como estudioso de sistemas de comunicação, desenvolvi cada vez mais a ideia de que somos muito simplesmente confrontados com testes gerais de subjugação de populações.

Como se isso não bastasse, como "cientista", não posso deixar de notar que esses são testes orquestrados pela nova religião (monoteísta, antidialógica, totalitária) do mundo contemporâneo: aquela representada, precisamente, pela chamada "ciência".

Sabemos há muito tempo que a ciência é narração, que houve avanço nas várias disciplinas graças ao diálogo, refutações e debates. Portanto, não estou falando da ciência que, enquanto isso, continua a exercer sua profissão – que consiste essencialmente na arte da dúvida sobre a verdade e sobre toda verdade –, mas sobre sua tendência grotesca que acredita (ou melhor, finge) ser portadora da única verdade.

Vamos olhar para a (patética) situação italiana, sem ir além: uma doença sazonal particularmente agressiva deixou nosso sistema de saúde de joelhos, já que diante de 60 milhões e meio de habitantes há cerca de 5000 leitos de terapia intensiva na península. A modalidade de comunicação para lidar com esse defeito estrutural não foi declarar que o país foi quebrado devido à sua própria ineficiência. Em vez disso, foi declarar, precisamente por meio da chegada ao campo de cientistas que têm a única verdade, que esta é uma epidemia terrível.

Não foi pedido aos cidadãos que ajudassem nas graves deficiências do país ao admitir uma culpa crônica e em constante deterioração, mas foram forçados – sem ter sequer um falso debate parlamentar – a prisão domiciliar, com base em uma estratégia de terror que está dando

[1] Tradução de Éder Cabral. Revisão de Bárbara Paiva (IFRS – Campus Restinga).
[2] Este texto foi escrito entre fevereiro e março de 2020.

origem a situações cujas consequências nem são imaginadas.

Vamos ser sinceros: em 2020, em um estado de 60 milhões e meio de habitantes os postos para terapia intensiva deveriam ser de pelo menos 60.000. O resto são mentiras, que naturalmente passam pelas imagens dramáticas das enfermarias superlotadas, das enfermeiras exauridas quando não morrem, dos caixões sem flores descansando fora dos hospitais e levados pelos veículos do exército. E isso passa pelos boletins diários pornográficos de pessoas infectadas, hospitalizadas, curadas e mortas. Enquanto a polícia roda pelas ruas, enquanto a proteção civil instiga com megafones a se barricarem em suas casas, enquanto as varandas estão cheias de cidadãos lobotomizados que louvam a pátria, e enquanto os gurus virológicos – que recentemente começaram a falar também sobre Deus em contraste com sua santidade, o Papa – eles alertam, em nome da ciência, sobre os novos mortos que teremos que contar.

Se temos presente que todos os dias, mesmo nestes dias de emergência, enquanto o primeiro-ministro[3] se apresenta nos canais do *facebook* preocupado e pálido, pedindo que todos estejam preparados para o combate[4], o governo italiano gasta 70 milhões de euro em despesas militares (dois bilhões por mês) e, com as despesas militares de um único dia, ou seja, com os 70 milhões gastos a cada vinte e quatro horas, seis novos hospitais poderiam ser construídos e equipados e comprar, com o que resta, 17.500 respiradores. Podemos falar da emergência em andamento, sem muitas palavras, como um massacre de Estado.

Esta epidemia é uma epidemia falsa. Ninguém pode dizer, naturalmente, se é falsa por ser criada quem sabe onde e com quais interesses. Disso, pelo menos, um filólogo não é capaz de falar.

Mas é falsa, porque esconde o verdadeiro problema.

É falsa, porque se alimenta do terror criado ao seu redor.

É falsa, porque todos os dias na Itália, do início de dezembro até o final de março, 350 pessoas morrem de gripe (influenza) normal todos os dias sem terminar em um boletim diário que nos mantém todos alertas.

É falsa, porque cerca de 500 pessoas morrem todos os dias na Itália em função de um

[3] O primeiro ministro atual da Itália é Giuseppe Conte.

[4] No original, o autor usa a expressão “stringersi a coorte”, como indica o hino nacional italiano, *stringiamoci a coorte*, que significa ficar em posição de combate. (Nota dos tradutores)

câncer, 30% desses são de pulmão, sem que os cidadãos sejam sequestrados em um estado policial para evitar respirar o ar que os adoece.

É falsa, porque entre os chamados poderes fortes não há vozes fora do coro e todos os componentes parecem alinhados para apoiar uma única narrativa, de acordo com todas as estratégias listadas, por exemplo, por Noam Chomsky, para obter a manipulação das massas: i) estratégia de distração, ii) criar problemas e depois oferecer soluções (todo mundo já está esperando a vacina mágica e fantástica), iii) estratégia de gradação crescente e exponencial (as limitações cada vez mais rigorosas), iv) estratégia do diferido (apresentando uma solução como "dolorosa e inevitável"), v) usar o aspecto emocional e não o argumento (imagens apocalípticas, boletins de guerra), vi) manter os interlocutores na ignorância e na mediocridade (o virologista não pode ser questionado, não somos capazes), vii) estimular os cidadãos a serem complacentes com a mediocridade (*flash mobs* e outras manifestações de massa / rebanho), viii) reforçar a revolta pela autoculpabilidade (todos somos potenciais contaminadores e espalhadores da peste[5]), ix) conhecer os indivíduos melhor do que eles mesmos.

Essa falsa epidemia é um teste geral de subjugação das populações, uma pantomima fundada na cientocracia que infelizmente se deixa descrever, em seus resultados dramáticos, como um massacre de Estado.

[5] No texto original, há a palavra *untori* (*untore*), figura histórica da idade média (Itália, 1630), que remete ao sujeito que espelhava a peste (*plague spreader*) (Nota do tradutor).

Poetas que se fazem de profetas: o delírio antropoceno no tempo da falsa pandemia[1]

Francesco Benozzo

1

Enquanto escrevo este artigo me encontro, como outros 60 milhões e meio de pessoas que residem ou passam pela Itália, em prisão domiciliar[2]: uma condenação – ainda que implementada sem julgamento e sem sequer um falso debate no Parlamento – motivada pelo fato de que cerca de mil cidadãos estão hospitalizados em terapia intensiva por uma nova forma de gripe e nossas unidades de saúde nacionais estão quebradas devido a esse número de pessoas que precisam de tratamento. Acredito que essa situação ridícula (seria ridícula e desproporcional, é claro, mesmo se houvesse 100.000 pacientes na UTI), que é a clara consequência de um regime cientocrático[3], basicamente tem a ver com os delírios associados à percepção do mundo que gira em torno do chamado Antropoceno[4] e com o pensamento único ditado por uma ciência que se concebe como uma nova religião absolutista, portadora de verdades inefáveis, diante das quais, inacreditavelmente, além dos capachos habituais da política, da economia, do poder espiritual e da cultura pop, poetas, escritores e pensadores anarquistas também se curvam e rastejam.

2

Desde o Paleolítico, funções múltiplas e copresentes distinguiram os profissionais da palavra, que eram ao mesmo tempo o que hoje chamaríamos de juristas, curandeiros, legisladores, guardiões da memória da comunidade, intermediários do sagrado, poetas. Essa multifuncionalidade se desgastou ao longo dos milênios, dando origem a funções únicas agora irreconhecí-

[1] Tradução de Éder Cabral (Universidade Feevale), Luciana Carina Petry (Prefeitura Municipal de Três Coroas) e Graciele Girelli Ribeiro (IFRS – Campus Restinga). Revisão de Giulia Fani (Universidade de Bolonha) e Marcel Fernando da Silva (IFRS – Campus Restinga).

[2] Este texto foi escrito no início de março de 2020 e publicado na revista italiana *Zona Letteraria*, número 4, maio de 2020.

[3] MANICARDI, Enrico. Potere sanitario e scientocrazia. In:_____; ZERZAN, John. **Nostra nemica civiltà**. Frammenti di resistenza anarchica alla civilizzazione. Milano, Mimesis, 2018, p. 325-278.

[4] O Antropoceno é entendido como uma nova época geológica, na qual a atividade humana tem causado profundas e aceleradas transformações na dinâmica ambiental do planeta.

veis entre si, pois elas têm uma vida independente e uma história autônoma[5].

3

São numerosos e documentados os casos em que a função de poeta chega a coincidir com a função profética, muitas vezes por casualidade com eventos históricos de grande importância, nos quais a palavra poética volta a ser um aviso, assombro, direção sensitiva[6].

4

Sem exceção, quando o poeta se transformou em profeta, talvez inconscientemente, desencadeou a consequência de se tornar uma voz herética isolada, não reconhecida e finalmente marginalizada: historicamente exilada[7].

5

Há cerca de cinco anos se observa um fenômeno completamente novo: uma função profética assumida por poetas e escritores com o consentimento e a aprovação de um pensamento dominante e, de fato, precisamente montando um pensamento dominante do qual eles são porta-voz e transmissores.

6

Dos Estados Unidos à Austrália, da Espanha à França, da Inglaterra ao Brasil, do Canadá à Itália (como sempre a última a chegar), nos últimos cinco anos, vários intelectuais assumiram posições, deram vida às plataformas, criaram manifestos da ecopoesia (*ecopoetry*), geraram experimentos de escrita coletiva (cada um dos quais afirma naturalmente ser diferente, inovador e concreto em relação a tantos outros experimentos semelhantes já realizados) e em um sentido técnico profetizaram o que poderá acontecer (ou sentenciaram o que já está acontecendo por algum tempo e que já é tarde demais) ao planeta Terra[8].

[5] BENOZZO, Francesco. **Le origini sciamaniche della cultura europea**. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2015.
[6] ARLOW, Jacob A. The Poet as Prophet. In: **The Psychoanalytic Quarterly**, 55, 1986, p. 53-68.
[7] NADDAFF, Ramona A. *Exiling the Poets*. Chicago-London: The University of Chicago Press, 2019.
[8] Entre os milhares de escritos e projetos, todos praticamente idênticos, Veja: PERRY, Indigo. Speaking the Anthropocene: slow writing in collaborative performance art. **New Writing**, 16, 2019, p. 251-262.

7

O mal do pensamento antropoceno contagiou as instituições, os programas políticos e filosóficos dos pós-modernos, os discursos do papa, as diretrizes ministeriais no campo da cultura, a oferta de formação universitária das pós-humanidades, os programas dos livros escolares desde as séries iniciais no ensino fundamental. Com poucas variações, o *slogan* máximo (de origem judaico-cristã como demonstrado por alguns antropólogos contemporâneos) é baseado em um sentimento de culpa que se depende do fato de que a geração dos atuais cidadãos de quarenta a setenta anos – sem excluir ninguém, sem distinção social, geográfica, étnica – essa mesma geração seria a responsável por um crime contra o planeta e pelos confrontos das novas gerações[9].

8

De intelectuais à página aos trabalhadores com filhos, de professores de engenharia nuclear aos gerentes de bares, de reuniões apáticas dos círculos anarquistas a desfiles de praças burguesas lotadas e abundantes, o sentimento de culpa e a reação perceptiva aos vários e diversificados fenômenos desses anos, incluindo a influenza que mantém a nação em quarentena, são basicamente os mesmos: não conseguimos viver em harmonia com a "natureza", prestamos atenção à acumulação e ao desperdício e cortamos todas as perspectivas e as expectativas de vida das novas gerações, fomos "maus" em relação a uma natureza "boa". Ou seja, somos os culpados (está claramente escrito em Gênesis I, 26-28, desde o momento que, fomos criados à imagem e semelhança de Deus, recebemos um mandamento claro: "vá e domine o planeta"). E agora a Terra nos apresenta a conta, como o anjo do apocalipse no fim dos tempos, com a variante que seremos todos condenados[10].

9

Dada a origem judaico-cristã da macroideia ecológica (à qual aderem sem muita imaginação personagens muito diferentes entre si, entre os quais o Papa Bergoglio, Noam Chomsky, Neil Young, Leonardo Di Caprio, Stella McCartney, uns de alguns anos para cá, outros estupefatos

[9] BENOZZO, Francesco. Anthropocene Obsession. Intellectuals' Schizophrenia. **An Era of Climate Change**, London, Influx Press, 2020.
[10] CHAKRABARTY, Dipesh. Whose Anthropocene? **RCC Perspectives**, 4, 2018, p. 101-114.

pelo emotivo apelo planetário obtido recentemente por Greta Tintin Eleonora Ernman Thunberg), não é de surpreender que, nesse mecanismo de autoflagelação / expiação / redenção, venham indicados os maus ainda mais maus: eles são, é claro, aqueles – sem excluir ninguém, sem distinguir se é um político fanfarrão, uma agricultora idosa, um colonizador, um colonizado, um adolescente que tenta raciocinar fora da massa, um pai que tem um filho com uma doença degenerativa e que tem muito mais a pensar - que não tomam uma posição clara, compartilhada, responsável e – em resumo – obrigatória e "visível" em relação ao grande, único e improcrastinável problema das mudanças climáticas[11].

10

Os escritores antropocenos que hoje profetizam sobre os destinos do mundo e convidam para uma literatura capaz de narrá-lo adequadamente são parte sombria desse fluxo. São escritores burgueses que definem depreciativamente "burgueses" os seus colegas não convertidos. Desde que a inundação do mundo à deriva chegou às casas do Ocidente imune e civilizado, e também finalmente lambeu o tapete de sua sala de estar, eles descobriram (com um tempo semelhante ao dos políticos que começam a conversar com ímpeto de décadas após a crise já ter colhido suas vítimas) que existe um problema e arregaçaram as mangas para anunciar nas ruas. As praças, no entanto, já estavam lotadas há algum tempo e, portanto – tendo percebido e entendido que sua profecia é autorreferencial e detonada pelo fato de ser compartilhada e globalizada e, portanto, não é uma profecia –, sem abandonar as roupas e os tons das clarividentes sequestraram o "você verá o que acontecerá" em um "explicamos como fazê-lo e quando". Então, aqui eles estão falando com seus próprios meios e estratégias que todo mundo já repete há algum tempo, em diferentes idiomas, mas com os mesmos *slogans* e apelando para os mesmos dois ou três silogismos sobre o homem mau que arruinou o mundo[12].

11

Em outras palavras, os poetas falharam no que ainda os salvava: o instinto de não se

[11] REES, Jonas H.; KLUG, Sabine; BAMBERG, Sebastian. Guilty Conscience: Motivating Pro-Environmental Behavior by Inducing Negative Moral Emotions. **Climatic Change**, 130, 2015, p. 439-452.
[12] KLUGLER, Jeffrey. The Sixth Great Extinction is Underway, and We're to Blame. **Time Science**, 67, 2019, p. 133-178.

disciplinar. Pelo contrário, o rebanho se tornou sua nova força vital. Tudo é útil para a causa, tudo se transforma graças ao adjetivo mágico capaz de rejuvenescer as ideias, de obter um pouco de consenso, de reciclar alguns dos próprios escritos antigos que ninguém jamais havia considerado e de se perceber em um projeto de época: um projeto "antropoceno". Grandes autores como Isaac Asimov, Edmond Hamilton ou mesmo Júlio Verne se direcionaram ao papel de profetas *ante litteram*[13]. São descritas séries de TV como *Westworld*, *Kingdom* ou *The Walking Dead* – encenando um piscar de olhos repulsivo[14] com as novas gerações - como Homero(s) ou Melville contemporâneos. Felizmente, as novas gerações não precisam de profetas-poetas de quarenta a setenta anos e suas crises de meia-idade ou simplesmente senis que indiquem o caminho deles. De frente para o desastre, do qual sabem e conhecem muito mais do que os profetas-poetas, as novas gerações têm a necessidade do verdadeiro Homero e do verdadeiro Melville, e ainda de Asimov ou Verne lidos por aquilo que foram e não disfarçados no novo ilusório carnaval milenar[15].

12

Outro conceito-chave indicado entre as urgências que quase todos os novos convertidos dizem claramente que precisam enfrentar é o da *extinção da imaginação* (*extinção da imaginação, extinção da imagem, extinção do imaginário*). Não é preciso ser – e nem mesmo ter lido – Harold Bloom, Northrop Frye, Julia Kristeva ou Gao Xingjian para entender que a imaginação se extingue precisamente quando não há alternativas para um único horizonte perceptivo da realidade, quando essa é a força a arte subversiva se alinha – ou pior ainda decide se alinhar – com um pensamento dominante obsessivo, talvez com a convicção perversa de oferecer uma visão diferente do que você engole voluntariamente[16].

[13] *Ante litteram*, antes da letra, literalmente, mas, antigamente, significava também "antes da legenda" e assim indicaria a impressão de teste que foi feita antes de gravar a legenda na matriz de cobre. Usa-se, geralmente, para definir obras, personagens, correntes de pensamento e movimentos culturais que precedem e de alguma forma atuam como precursores de lendas, fenômenos ou eventos mais difundidos e com personagens semelhantes.
[14] Como alguém que pisca um dos olhos para indicar que está brincando ou fazendo algum outro tipo de insinuação. (Nota dos tradutores)
[15] JAQUES, Elliot. **Writers and the Mid-Life Crisis**. New York: Routledge, 2015.
[16] COLEBROOK, Claire. The Future in the Anthropocene: The Extinction of the Imagination. In: JOHNS-PUTRA, A. (ed.), **Climate and Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 263-280.

13

Acima de tudo, porém, os poetas não foram capazes de escapar das armadilhas, nem tão irreconhecíveis, da engrenagem midiática. Na sua deriva – isso, sim, claramente desprovido de qualquer resíduo de imaginação – acaba emprestando fé aos novos sacerdotes-cientistas, esquecendo que a ciência, pelo menos para eles, não deveria ser religião e nem mesmo *uma* religião, mas uma narrativa, por mais bela ou menos bela que seja, tanto quando se presta a contar pandemias falsas, quanto quando se presta a narrar a história iminente do fim do mundo[17]. Atualmente, as redes sociais da vanguarda antropotécnica estão repletas de conselhos de leitura e ações "concretas" para enfrentar os testes gerais de extinção humana ditados pela influência da pandemia falsa, em vez de tentar desmontar o mecanismo e se dar conta de algo muito mais sério e menos fantasioso que o fim iminente do mundo: a ditadura político-científica capaz de comandar, silenciar, encarcerar, privar toda a liberdade (e enganar os escritores).

14

Há três anos, pediram-me para escrever um ensaio poético sobre a dissolução dos polos. Como poeta épico que costuma escrever sobre paisagens, esperava-se de mim evidentemente uma lamentação sobre o fim do mundo. Como poeta épico que muitas vezes escreveu sobre paisagens, escrevi consistentemente uma peça sobre o fato de que, depois que o gelo e os polos derreterem, os poetas ainda poderão compor grandes poemas orais sobre os restos de rochas e poeira que habitam onde o gelo estava. A obra não foi apreciada e foi julgada provocativa e antiecológica, tanto que foi publicada, sem o meu consentimento e, para minha surpresa, expurgada de suas partes fundamentais: aquelas em que eu apelava às novas gerações de escritores que se afastassem das seduções antipoéticas do cataclismo e não aceitassem, por qualquer motivo, que alguém colocasse um rótulo em sua poesia[18].

15

Que os polos derretam, queimem os grandes ecossistemas. Que o mundo se extinguirá,

[17] BICKMORE, Barry R.; GRANDY, David A. Science as Storytelling. **Brigham Young University Studies Quarterly**, 53, 2014, p. 37-60.
[18] SIMMONS, Richard A. A Few Considerations about the Nobel Prize 2016 (Bob Dylan, Yoshimasu Gozu, Allen Ginsberg, Francesco Benozzo, and Other Poets). **World Literature Forum**, 34, 2017, p. 235-237.

afinal das contas. Mas que o poeta esteja lá, falando sobre bactérias, organismos salvos, tonturas. Da persistência de estrias e feitiços. Em seu desgosto pela multidão e pelo mundo, ele nunca será capaz de compartilhar um desejo. Somente o pior dos poetas experimentará ter saudade das geleiras. Somente o pior dos poetas se envolverá com a missão de dar imagens ao mundo em mau estado. O poeta épico dos elementos dirá apenas que as geleiras eram poderosas. Ele teria dito isso oitocentos anos atrás. E nada mudou em relação ao horizonte temporal em que a poesia vive e deve habitar.

16

Nas trincheiras, com a clara consciência de que ele morreria depois de alguns minutos, Renato Serra[19] se lembrou dos versos de Dante e de Hesíodo, juntamente com algumas páginas de Tolstói, e escreveu sobre isso em seu diário. Era o jeito dele de enfrentar seu terrível fim e de olhá-lo nos olhos. Ele não se lembrava de nenhum poeta que falasse de guerra e morte nas trincheiras. Nenhum dos escritores que tinham visto na guerra uma urgência por sua própria arte poderia ter lhe oferecido um imaginário adequado para aquele momento. A poesia não pode ser transformada em manual ou se alinhar com um pensamento de bando. Não precisa disso. Perderia seu vínculo mais sagrado.

17

Deixem-me dizer aos jovens poetas: a poesia não precisa de molduras. A poesia não precisa de militância. A poesia não precisa de resistência.

[19] Crítico literário e escritor italiano (1884-1915).

Lições da literatura em tempos de pandemia

Denise Mallmann Vallerius

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Tratava-se de uma nova cepa de coronavírus, até então não identificada em seres humanos, responsável por causar a doença que seria posteriormente denominada como Covid-19. O rápido aumento no número de casos e sua disseminação global fizeram com que a OMS declarasse, em 11 de março de 2020, estarmos diante de uma pandemia. Essa passou, então, a ser o grande assunto de nossas vidas, não apenas devido às mortes que vêm levando até mesmo o sistema de saúde de países desenvolvidos ao colapso, mas também devido ao grande impacto econômico trazido a reboque. Sem medicação ou vacina capaz de combater o vírus, o isolamento social tornou-se a única alternativa para que se tentasse prestar atendimento hospitalar ao maior número possível de suas vítimas. A paralisação de serviços não essenciais, gerando a impossibilidade de a maioria das pessoas trabalharem e, consequentemente, terem renda, suscitou, por parte de muitos governantes, a necessidade de adotar medidas que assegurassem renda mínima à sua população. Entre as voltas que a terra plana dá, políticos reconhecidamente neoliberais – quem diria! – passaram a defender a necessidade de serviços garantidores do bem-estar social estarem sob controle do Estado.

Aqui do Brasil, assistíamos, comovidos, às notícias que vinham da Itália, com seu número alarmante de mortes diárias: setecentas, oitocentas, novecentas! Ao mesmo tempo, nos encantávamos ao ver os italianos, em suas varandas bucólicas, cantando, dançando, declamando, aplaudindo os profissionais de saúde... Decretos de calamidade pública pelo país acabaram também nos colocando em isolamento, sob o *slogan* "Fique em casa!". Rapidamente as cenas da Itália tornaram-se familiares por aqui: nas varandas dos apartamentos de classe média e alta, artistas (ou não!) revelavam-se à vizinhança a fim de tornar o período de isolamento menos solitário e enfadonho. Mensagens de otimismo e solidariedade ecoavam entre as paredes frias dos edifícios.

Diante desse cenário global, Slavoj Zizek (2020), conhecido filósofo contemporâneo, de-

clarou que a pandemia seria um golpe mortal para o capitalismo ao evidenciar que a solidariedade e a colaboração global não são um idealismo, mas um ato racional – o único apto a salvar-nos. O vírus seria capaz de derrubar o populismo nacionalista que pretende fechar fronteiras e fomentaria, assim, a cooperação mundial. Antropólogos arriscam que até mesmo a "classe" dos(as) influenciadores(as) digitais sofrerá uma grande transformação, pois a pandemia, ao colocar-nos em uma espécie de "modo sobrevivência", alteraria nossas prioridades, fazendo-nos rever não só a forma como gastamos nosso dinheiro, mas, também, como gastamos nosso tempo. Nesse sentido, os "conteúdos" precisarão ser "úteis" de alguma forma, ou tornar-se-ão irrelevantes. A pandemia não acabaria com a cultura de celebridades em torno das blogueiras *life style*, mas seria capaz de acelerar a discussão acerca da utilidade e responsabilidade quanto a conteúdos e privilégios de classe (DECLERCQ, 2020).

O coronavírus poderia, então, paradoxalmente, apresentar-nos algo de bom: despertar-nos do nosso individualismo egoísta, fazer-nos compreender o quanto somos interdependentes e o que realmente importa. É o que parecem indicar afirmações que se tornaram corriqueiras, tais como "o vírus é democrático, pois atinge a todos, sem distinção", "estamos todos no mesmo barco", "essa epidemia transformará o mundo e o ser humano para melhor".

Será?

Pestes foram constantes na história da humanidade e muitas ganharam um contorno mais nítido, para além das estatísticas, por meio de narrativas literárias. A resposta à pergunta acima, em relação à pandemia que vivemos hoje, talvez possa ser vislumbrada quando retomamos alguns desses textos.

A peste negra, uma das grandes tragédias vividas pela humanidade, que assolou a Europa a partir de 1348[1], encontra na ficção uma de suas melhores descrições. O livro Decameron[2], de Giovanni Boccaccio (1313-1375), escrito entre 1348 e 1353, situa-nos, já no início de sua narrativa,

[1] A Peste Negra era assim chamada porque provocava hemorragias subcutâneas, que assumiam uma coloração escura no momento terminal da doença. De 75 a 100% de suas vítimas vinham a falecer entre três e sete dias após contraírem a doença. Registros históricos convenceram a maioria dos cientistas de que a Peste Negra foi um surto de peste bubônica, causada pela bactéria yersinia pestis e disseminada por pulgas com a ajuda de animais como o rato-preto. A penetração do bacilo na pele humana causava uma adenite aguda, que recebia o nome de "bubão", principal sintoma da doença. Daí também o nome de peste bubônica. Acredita-se que, em quatro anos, a doença tenha ceifado cerca de 25 milhões de vidas humanas, quase um quarto da população do mundo ocidental, sendo a Itália um dos países mais atingidos.

[2] Palavra de origem grega que significa "dez dias".

em um cenário quase apocalíptico que se abate sobre a cidade de Florença e no qual praticamente não há espaço para atitudes virtuosas, compaixão ou respeito às leis. Diante da incerteza em relação ao futuro, urge salvar-se a si mesmo, havendo pouca margem para a solidariedade e a empatia. Nem mesmo os laços familiares eram o suficiente para garantir que a morte não fosse solitária, pois pais, filhos e irmãos abandonavam-se uns aos outros, negando-se a prestar ajuda ou socorro em prol de salvar cada um a sua vida. No entanto, segundo o narrador, a peste era especialmente cruel com as pessoas de menos recursos:

> [...] Em sua maioria, tal gente era retida nas próprias casas, ou por esperança ou por pobreza. Ficando, deste modo, nas proximidades dos doentes e dos mortos, os que sobreviviam ficavam doentes aos milhares por dia; como não eram medicados, nem recebiam ajuda de espécie alguma, morriam todos quase sem redenção. Muitos eram os que findavam seus dias na rua, de dia ou de noite. Inúmeros outros, mesmo morrendo em suas residências, levavam os seus vizinhos a não se manifestarem, mais por causa do mau cheiro dos corpos em decomposição do que por outro motivo. [...] Tão grande era o número de mortos que, escasseando os caixões, os cadáveres eram postos em cima de simples tábuas. Não foi só um caixão a receber dois ou três corpos simultaneamente.
>
> [...] os operários, míseros e pobres, faleciam. Tombavam sem vida, pelas vilas isoladas e pelos campos, com suas famílias, sem nenhuma ajuda de médico, nem auxílio de servidor; faleciam não como homens, mas sim como animais, nas ruas, nas plantações, nas casas, dia e noite, ao deus-dará (BOCCACCIO, 1971, p. 17-18).

Embora houvesse aqueles que buscassem viver com moderação esses tempos difíceis, muitos foram os que se dispuseram a tirar o máximo de proveito do que a vida ainda poderia lhes oferecer, ignorando normas e leis, entregando-se a vícios e excessos e invadindo casas alheias, pois, “entre tanta aflição e tanta miséria [...], a reverenda autoridade das leis, quer divinas, quer humanas, desmoronara e dissolvera-se” (BOCCACCIO, 1971, p. 15).

Nesse cenário desolador, porém, um grupo de dez jovens (sete moças e três rapazes) da elite florentina decide abandonar a cidade e refugiar-se em uma casa de campo durante dez dias, a fim de preservarem-se da peste que assolava a cidade. Levando consigo seus criados, propõem-se a entreter-se com histórias, desfrutando "a alegria e a festa" que esse tempo pudesse lhes proporcionar. Vê-se aqui que, embora também temessem a morte pela peste, o fato de disporem de melhores condições materiais lhes possibilitava isolar-se com segurança.

Cerca de trezentos anos depois, quando então Londres é atingida por um surto de peste bubônica (1665), o qual, estima-se, matou quase 19% de seus habitantes urbanos, Daniel Defoe (1660-1731) escreve *Um Diário do Ano da Peste* – obra considerada "fonte de consulta obrigatória para se entender o comportamento ou inconsciente coletivo diante de uma calamidade pública, que cria um pandemônio social na comunidade e ameaça a vida de cada um de seus integrantes" (SAN MARTIN, 2014, p.8). Assim como em Boccaccio, aqui também encontramos o perigo do "hábito", quando então naturalizamos aquilo que há pouco não nos era familiar. A morte já não choca mais:

> [...] Viam-se lágrimas e lamúrias em praticamente todas as casas, principalmente no início da epidemia, pois, quando se aproximou do fim, os corações dos homens estavam tão endurecidos e a morte era tão constante diante de seus olhos que já não se preocupavam tanto pela perda de seus amigos, esperando que também eles fossem chamados na hora seguinte (DEFOE, 2014, p. 33-34)

> [...] a segurança pessoal de cada um era sempre tão presente que não havia espaço para se sentir piedade pelo sofrimento dos outros. Todo mundo tinha a morte a sua porta [...]. Isso acabou com toda compaixão (DEFOE, 2014, p. 137).

Na Londres do século XVII, a solidariedade também se perde ante o medo da finitude trazido pelo inimigo invisível. As autoridades decretam o cercamento das casas em que algum do-

ente era identificado, tornando todos que ali habitavam prisioneiros em suas próprias residências e condenando famílias inteiras à morte, uma vez que a contaminação de um certamente se reverteria na contaminação dos demais que compartilhassem o mesmo teto. Assim, muitos burlavam a fiscalização e abandonavam familiares acometidos pela peste, vagando

> pelo interior, seguindo qualquer caminho. Guiados pelo desespero, sem saber de onde vinham ou para onde iam, até que, enfraquecidos e exaustos, sem receber qualquer ajuda, com as casas e vilarejos se recusando a recebê-los ou hospedá-los, estivessem ou não contaminados, pereciam pelas beiras de estradas ou invadiam estábulos e morriam, sem que ninguém ousasse chegar perto ou oferecer qualquer consolo, embora talvez nem estivessem contaminados, o que ninguém acreditaria (DEFOE, 2014, p. 72).

Da mesma forma, a doença, embora não escolha suas vítimas, aqui também evidencia impacto muito mais avassalador entre as pessoas socialmente mais vulneráveis. Enquanto as famílias abastadas podiam deixar a cidade ou valer-se de seus empregados para manterem seus negócios e lares abastecidos, aos mais pobres não restava outra alternativa a não ser exporem-se às ruas, ao trabalho, sem disporem sequer de condições de higiene adequadas:

> [...] Muitas famílias, prevendo a proximidade da epidemia, armazenaram mantimentos suficientes para todos e fecharam-se em suas próprias casas, isolando-se tão completamente que ninguém nunca as viu ou ouviu falar delas até a doença desaparecer completamente, quando, então, saíram para a rua, bem saudáveis (DEFOE, 2014, p. 73-74).

> [...] Os pobres, entretanto, não tinham como armazenar alimentos e precisavam ir ao mercado fazer compras, enquanto outros enviavam seus criados ou suas crianças. Por ser uma necessidade diária, isto fazia muita gente doente vir até o mercado e muitos

> que chegaram lá com saúde, trouxeram consigo a morte para dentro de suas casas. [...] Os compradores [...] traziam frascos de cheiro e perfumes e serviam-se de todos os recursos disponíveis [para higienização]. Os pobres, porém, não podiam sequer fazer estas coisas e iam às compras correndo todos os riscos (DEFOE, 2014, p. 97-98).

Além disso, os pobres

> [...] não tinham alimentos nem remédios, nem médicos ou boticários para tratá-los, muito menos enfermeiras para cuidá-los. Muitos morreram nas janelas, gritando por socorro e mesmo por comida da maneira mais infeliz e deplorável.
> [...] embora a peste atingisse mais os pobres, também foram os pobres que mais destemidamente se expuseram a ela, dirigindo-se a seus empregos com um tipo de coragem brutal (p. 109).
> [...] Não fosse tão grande o número de pobres à procura de trabalho e pão, levados pela necessidade a aceitar qualquer tarefa, arriscando-se a tudo, nunca teriam encontrado gente para empregar (DEFOE, 2014, p. 105-122).

Percebe-se também que, quando levada a situações-limite, a humanidade rapidamente afrouxa suas normas sociais. Nossa pretensa "civilidade" mantém-se apenas enquanto nossa existência não se encontra ameaçada. As narrativas de Boccaccio e Defoe citam, além da deterioração de laços familiares e solidários, a gama de "oportunistas", daqueles que se aproveitavam da morte para roubar ou adonar-se de patrimônios que não são seus. Aqui no Brasil, Pedro Nava e Nelson Rodrigues relatam o mesmo fenômeno por ocasião da chegada da gripe espanhola ao Rio de Janeiro em 1918.

Segundo Pedro Nava, havia

> [...] ataques às padarias, armazéns e bodegas por aglomerados de esfaimados e convalescentes esquálidos, roubando e tossindo. Dizia-se de famílias inteiras desamparadas – uns com febre outros com fome; da criança varada, sugando o seio da mãe morta e podre; dos jacás de galinha reservados aos privilegiados, para a gente da alta do Governo, passando sob a guarda de praças embaladas aos olhos de uma população que aguava (NAVA, 1976, p. 202).

Nelson Rodrigues transparece espanto com a indiferença das pessoas em relação à morte, a ponto de nem mais chorarem seus mortos:

> Morrer na cama era um privilégio abusivo e aristocrático. O sujeito morria nos lugares mais impróprios, insuspeitados: – na varanda, na janela, na calçada, na esquina, no botequim... Muitos caíam, rente ao meio-fio, com a cara enfiada no ralo. E ficavam, lá, estendidos, não como mortos, mas como bêbados. Ninguém os chorava, ninguém. Nem um vira-latas vinha lambê-los. Era como se o cadáver não tivesse nem mãe, nem pai, nem amigo, nem vizinho e, nem ao menos, inimigo (RODRIGUES, 1967, p. 72).

A falta de compaixão, para o autor, revela-se na banalização da morte, traduzida tanto pelo assassinato daqueles corpos recolhidos ainda com vida quanto aos daqueles que já haviam falecido:

> E o homem da carroça não tinha melindres, nem pudores. Levava doentes ainda estrebuchando. No cemitério, tudo era possível. Os coveiros acabavam de matar a pau, a picareta, os agonizantes. [...] Era muito defunto para os poucos coveiros do trivial – assim mesmo desfalcados pela doença. Foram contratados amadores a preços vantajosos. Depois vieram os detentos. Espalharam-se então

> horrores. Descreviam-se os criminosos cortando dedos aos cadáveres, rasgando-lhes as orelhas para roubar os brincos, os anéis, as medalhas e os cordões que tinham sido esquecidos. Às moças mortas, arrancavam as capelas e levantavam as mortalhas para ver as partes. Que curravam as mais frescas antes de enterrá-las. Melhores as que estavam ficando moles: eram tiradas dos caixões e comidas de beira-de-cova [...] (RODRIGUES, 1967, p. 73-77).

O estado de anomia social completa-se, no relato de Nelson Rodrigues, por uma reação hedonista que passa a tomar conta da cidade do Rio de Janeiro após o arrefecimento da epidemia, assim como a encontramos no relato de Bocaccio. A proximidade da morte parece lançar as pessoas a uma atitude mais individualista perante a vida, buscando satisfazer seus apetites e prazeres antes de preocuparem-se com preceitos morais ou até legais.

> começou o Carnaval e, de repente, da noite para o dia, usos, costumes e pudores tornaram-se antigos, obsoletos, espectrais. [...] Sim, toda a nossa íntima estrutura fora tocada, alterada e, eu diria mesmo, substituída... Éramos outros seres que nem bem conheciam as próprias potencialidades. Cabe então a pergunta: e por quê? Eu diria que era a morte, sim a morte que desfigurava a cidade e a tornava irreconhecível. A Espanhola trouxera no ventre costumes jamais sonhados. E, então, o sujeito passou a fazer coisas, a pensar coisas, a sentir coisas inéditas e, mesmo, demoníacas... Estou aqui reunindo as minhas lembranças. Aquele Carnaval foi, também, e sobretudo, uma vingança dos mortos mal vestidos, mal chorados e, por fim, mal enterrados. Ora, um defunto que não teve o seu bom terno, a sua boa camisa, a sua boa gravata é mais cruel e mais ressentido do que um Nero ultrajado. E o Zé de S. Januário está me dizendo que enterrou sujeitos em ceroulas, e outros nus como santos. A morte vingou-se, repito, no Carnaval... E tudo explodiu no sábado de Carnaval. Vejam bem: até sexta-feira, isto aqui era o Rio de Machado de Assis; e, na manhã seguinte, virou o Rio de Benjamin Costallat ou, ainda, do Theo Filho [...] Desde as primeiras horas de sábado, houve uma obscenida-

> de súbita, nunca vista, e que contaminou toda a cidade. Eram os mortos da Espanhola e tão humilhados e tão ofendidos que cavalgavam os telhados, os muros, as famílias... Nada mais arcaico do que o pudor da véspera. Mocinhas, rapazes, senhoras, velhos cantavam uma modinha tremenda. Eis alguns versos: “Na minha casa não racha lenha. Na minha racha, na minha racha/ Na minha casa não há falta de água/ Na minha abunda”, etc. etc. As pessoas se esganiçavam nos quatro dias [...] (RODRIGUES, 1967, p. 76).

Se considerarmos o que essas narrativas, escritas em diferentes momentos históricos, contam-nos acerca da postura humana diante de epidemias ou pandemias que ameaçam fortemente a vida, nossa resposta à pergunta com a qual iniciamos essa reflexão tende a ser deveras pessimista.

A literatura mostra-nos como as pestes afetaram de forma desigual os desiguais. Atualmente, a covid-19 vem comprovando exatamente o mesmo, seja em países desenvolvidos, seja em países em desenvolvimento. Nos EUA, por exemplo, comunidades latinas, negras e de baixa renda concentram número muito maior de mortes pela doença (BERCITO, 2020). No Brasil, há um número muito maior de mortos em bairros periféricos do que em bairros centrais. A desigualdade em termos de distribuição de renda facilita a contaminação, dada a dificuldade que as pessoas economicamente mais vulneráveis têm para cumprir o isolamento social: falta de água encanada para garantir adequada higienização, alimentação deficiente, muitos moradores por domicílio e subemprego que as obrigam a sair de casa para obter alguma renda. O sistema público – única alternativa de atendimento médico dessa população – já se encontra saturado em muitas capitais, com números de leitos de UTI – estima-se – quase cinco vezes inferior ao da rede privada.

A romantização do isolamento social que ocorre nas varandas dos bairros ricos e de classe média contrasta com a dureza do dia a dia daqueles que não têm escolha. A foto nas redes sociais com a *hashtag* “fique em casa” esconde o fato de que muitos não abriram mão de seus empregados domésticos, tal como os jovens abastados de Florença, no *Decameron*, ou como os senhores ricos de Londres, apresentados por Daniel Defoe, que fazem sua “quarentena” levando seus criados consigo. A solidariedade, portanto, parece ser seletiva para boa parte dessas pesso-

as. Talvez uma parcela considerável delas confunda solidariedade com caridade – e, nesse caso, manter a desigualdade social ou torná-la ainda mais profunda possibilita que os mais privilegiados exerçam essa caridade travestida de solidariedade, a qual, na maioria das vezes, nada mais é do que um exercício de vaidade a alimentar o seu narciso. A afirmação pode parecer dura, mas encontra respaldo quando olhamos em volta e vemos carreatas reivindicando o fim do isolamento social em tempos de pandemia, contrariando todas as recomendações das autoridades sanitárias mundiais. Não são as pessoas periféricas e empobrecidas que ali se encontram; ao contrário: pelo nível dos carros que desfilam, vemos tratar-se de parte da elite do país. Pessoas que se dizem "preocupadas com os mais pobres que não terão o que comer", porque impedidos de trabalhar devido à paralisação das atividades não essenciais, mas que, ao mesmo tempo, podem ficar na segurança de seus lares, tendo seus negócios mantidos por aqueles que dependem do salário pago por eles. Pouco importa se em alguns estados já não há mais leitos ou lugar onde acomodar corpos; pouco importa se em algumas capitais do país pessoas estejam morrendo em casa por falta de atendimento e que já tenhamos ultrapassado a China em número de mortos... "Vão morrer alguns, sim, e daí?" – diz o nosso presidente, sob aplausos de "cidadãos de bem". Nossos mortos aqui também se tornaram apenas números em uma estatística tétrica; a banalização da dor e da morte bem como a falta de compaixão materializam-se sob nossos olhos em protestos barulhentos pelo fim do isolamento social à frente de hospitais e no ataque a profissionais da saúde que pacificamente reivindicam equipamentos de segurança para exercerem seu trabalho. Como na Florença do século XIV e na Londres do XVII, a elite preocupa-se com seus ganhos à custa da vida dos que precisam vender sua mão de obra para alimentarem suas famílias – uma vez que o auxílio governamental prometido, além de pouco, tarda a chegar aos que mais necessitam.

O país que sempre se comoveu com a morte de artistas, esportistas ou outras celebridades, hoje parece achar natural que idosos e pessoas com doenças crônicas sejam praticamente condenadas à morte em nome da economia. Quando e como perdemos nossa humanidade? A peste física trazida pelo vírus parece ter desmascarado, definitivamente, a peste emocional[2] que

[2] Conceito proposto por W. Reich ao definir uma biopatia de caráter que se manifesta no meio social (REICH, 1995). A peste emocional seria uma soma de todas as funções vitais irracionais existentes no ser humano, oriunda da forte repressão familiar, social e religiosa. Como consequência de milênios de distorção social e educacional, as massas tornaram-se biologicamente rígidas e incapazes de liberdade, inaptas para estabelecer a coexistência pacífica (REICH, 1982, p. 302).

assola nossa nação, em uma constante ode à necropolítica do Estado. Se, na percepção de Nelson Rodrigues, a gripe espanhola havia feito com que toda a nossa íntima estrutura fosse tocada, alterada, fazendo-nos vislumbrar a obscenidade dos costumes, agora a peste desnuda obscenidades ainda maiores: a ignorância, o ódio, a falta de empatia voltada àqueles que tentam preservar as suas vidas e as dos outros. Encontramo-nos, assim, em uma encruzilhada histórica na qual a peste emocional, que, segundo Reich, costuma ser endêmica, tornou-se claramente epidêmica.

É também a essa peste que se refere Albert Camus, prêmio Nobel de literatura, alertando-nos para o fato de que ela sempre está à espreita. O romance A peste, escrito entre 1942 e 1947, situa-se em Oran, uma cidade do norte da Argélia, na década de 1940, assolada pela peste bubônica. Enquanto alegoria para a ocupação de Paris pelo exército alemão durante a II Guerra Mundial, apresenta-nos personagens envoltos no dilema entre fugir, esperar ou engajar-se na luta do combate à peste, em uma clara alusão aos que lutaram contra o nazismo e àqueles que dele tentaram tirar proveito. A "peste" do totalitarismo oprime, ameaça e mata a população, suprimindo seus direitos e sua liberdade. O negacionismo surge como reação das autoridades; a imprensa trata o fato sob uma ótica meramente estatística. Ao fim da peste, o narrador comenta:

> [...] Na verdade, ao ouvir os gritos de alegria que vinham da cidade, Rieux lembrava-se de que essa alegria era sempre ameaçada. Porque sabia o que essa multidão eufórica ignorava e se pode ler nos livros: o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, no porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E sabia, também, que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus r atos e os mandaria morrer numa cidade feliz (CAMUS, 2014, p. 291).

O que a literatura ensina-nos, enfim, ao situar suas narrativas em contextos históricos que, de fato, foram afetados por crises epidêmicas, é que, infelizmente, como afirmou Freud em *O mal-estar da civilização*, esta tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para os

instintos agressivos do homem; no entanto, momentos críticos permitem-nos ver o quão frágeis demonstram ser tais limites. Além disso, ao usar a peste enquanto alegoria, como o fez Camus, a literatura alertar-nos para o perigo de vivermos sob o signo da peste sem que nos demos conta, imersos em uma obra triste e sem alegorias.

No que se refere especificamente ao Brasil, a atual pandemia deixa ainda mais evidente o quanto os "ratos" da "peste" camuniana andam à solta por aqui. Como já apontado por Marilena Chauí, graças ao mito da não violência, deixamos na sombra o fato brutal de que vivemos em uma sociedade oligárquica, verticalizada, hierarquizada, autoritária e, por isso mesmo, violenta, que bloqueia a concretização de um sujeito ético e de um sujeito político, isto é, de uma subjetividade e de uma intersubjetividade verdadeiramente éticas e da cidadania verdadeiramente democrática. O vírus parece vir dar fim, definitivamente, a essa ilusão. A literatura mostra-nos como a história repete-se, pois, infelizmente, nenhuma peste, por pior que tenha sido, foi o suficiente para mudar a natureza humana.

Referências

BERCITO, Diego. Coronavírus mata negros e pobres de forma desproporcional nos EUA. **Folha de São Paulo [online]**, 15 abr. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/coronavirus-mata-negros-e-pobres-de-forma-desproporcional-nos-eua.shtml. Acesso em: 30 abr. 2020.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decamerão**. São Paulo: Abril, 1971.

CAMUS, Albert. **A peste**. 4 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

CHAUI, Marilena. O mito da não violência brasileira. In: ITOKAZU, E.M; BERLILSCK, L. C (Orgs.). **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

DECLERCQ, Marie. **A Pandemia vai destruir a cultura de celebridades e influenciadores?** Disponível em: www.tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/29/a-pandemia-esta-destruindo-a-cultura-de-celebridades-e-influenciadores.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

DEFOE, Daniel. **Um diário do ano da peste**. 3 ed. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2014.

FREUD, Sigmund. O mal-estar da civilização. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.81-171. v. 21.

NAVA, Pedro. **Chão de Ferro**: memórias, 3. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

REICH, W. **Análise do caráter**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

REICH, W. **A Função do Orgasmo**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RODRIGUES, Nelson. **Memórias**. Rio de Janeiro: Ed. Correio da manhã, 1967.

SAN MARTIN, Eduardo. A ficção atual de Daniel Defoe. In: DEFOE, Daniel. **Um diário do ano da peste**. 3 ed. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2014.

ZIZEK, Slavoj. **Pandemia Covid-19 e a reinvenção do comunismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Imaginar mundos: arte contextual, literatura, psicanálise e saúde em tempos de quarentena

Janniny G. Kierniew
Ernani Mugge

Imagem da primeira exibição APTART, Moscou, outono de 1982.
Fonte: Morris (2017).

Esse texto inicia com uma imagem: recorte de um espaço que parece guardar uma mistura entre sala, cozinha e ateliê. Há, no centro do ambiente, uma estante com três pés, sobre a qual se vê uma pequena televisão, modelo antigo. O aparelho está ligado, mas em um canal sem sinal de recepção. Na tela, aparecem nuvens brancas, em comunhão com alguns minúsculos pássaros e algumas poucas estrelas vermelhas. Uma delas parece estar na ponta de uma torre de igreja. Há, também, um balão de pensamento, em formato parecido com o de uma nuvem. Seu contorno é de cor vermelha e ele salta dos alto- falantes, sugerindo, talvez, um pensamento sonoro. Isso reforça a ideia de que o sinal não entra na casa, ou seja, ela está isolada do mundo. As letras no ba-

lão são incompreensíveis para quem não domina esse estranho alfabeto, o mesmo se dá com a representação na tela do televisor. É possível inferir, todavia, que a imagem dialogue com algum evento representativo à época no país. Mas há algo nessa cena que nos parece bastante familiar: os distintos objetos da casa, que se constituem em resquícios do cotidiano. É um microcosmo particular, que poderia pertencer a qualquer um: um canto da casa, uma estante, uma geladeira.

Nestes tempos de quarentena, em função da pandemia do Covid-19, os móveis e utensílios domésticos se tornaram, para muitos, uma companhia constante. São tempos estranhos, em que é preciso exercitar certa pausa, atravessar incertezas e suportar a angústia de não conseguir saber sobre o futuro. Na realidade, nunca foi possível saber, de fato, o que nos aguarda no porvir, mas, antes da pandemia, pelo menos era possível navegar com pouco mais de segurança, projetar os dias e acomodar os sentidos. Era possível acordar pela manhã, planejar datas, organizar as atividades do mês, elaborar novas perspectivas para o ano, projetar uma viagem, um cronograma, um curso, um evento. Mas tudo mudou, e mudou rápido. Velocidade expressa por um vírus tão potencialmente transmissível quanto fatal.

No Brasil, milhões de pessoas encontram-se desassistidas, sem terem a mínima proteção e os cuidados básicos para a sobrevivência. A desigualdade social nunca foi tão escancaradamente visível e o abuso dos recursos naturais está cada vez pior. O quadro indica que há urgência de ir na contramão de tudo o que não diz respeito à vida, é preciso dar passagem para a valorização de ações coletivas e de cuidado para com o próximo.

Como ainda não sabemos o que está por vir, resta a possibilidade de nutrir práticas de cuidado, desacelerar os ritmos, mudar os hábitos e dar atenção a cada detalhe que antes não era percebido. Nunca foi tão importante, por exemplo, prestar atenção no ato de respirar. Impõe-se, hoje, ter plena consciência da própria respiração, do funcionamento do corpo como um todo, sustentar igualmente as presenças, mesmo que estas sejam virtuais e distantes. É preciso tentar imaginar possibilidades de futuros no agora.

Mas como é possível dar espaço para imaginar possibilidades de futuro frente a uma pandemia?

O verbo imaginar tem sua raiz etimológica na derivação da palavra imagem. A presença das imagens tem sido uma constante nos tempos de pandemia. Elas circulam no celular, no

tablet, na televisão, de maneira que as telas desses aparelhos se constituem em janelas que se abrem para o mundo.

Por certo, o termo imagem é vago e carrega consigo uma variedade de concepções, estudadas em muitos campos do saber. Nesse sentido, ressaltamos que este texto não está interessado em pensar sobre a natureza e as formas das imagens contemporâneas, nem nas dimensões valorativas do uso das imagens e dos dispositivos, muito menos pretende apontar o que, das imagens, capturam os sujeitos. Antes, interessa-nos a potência das imagens que se apresentam nos tempos do agora enquanto possibilidade de criação, nas possibilidades que elas fornecem no sentido de possibilitar a construção imagética de futuros. Não nos referimos às imagens fixadoras que inviabilizam os deslizamentos simbólicos e determinam as relações entre sujeito e objetos. Desde a psicanálise, tomamos a noção de imagem como um terreno arenoso, e, igualmente, o conceito de imaginário introduzido por Lacan no século XX, uma vez que são operadores complexos que não negam sua relação íntima com as palavras. Assumimos a ideia de imagem enquanto um desdobramento da linguagem que enseja que algo surja em um lugar desde o qual o sujeito não espera. Essa é, também, nossa aposta de saúde nos efeitos das artes visuais e da literatura nestes tempos.

Seguindo por este fio, a história do célebre livro de Adolfo Bioy Casares, *A Invenção de Morel*, escrito em 1940, indica-nos algo bem interessante para caminhar no terreno arenoso das imagens. Isso porque, diferentemente do personagem que está exilado numa ilha e é visitado por imagens produzidas por uma engenhosa máquina – imagens que não cessam de se repetir e que o personagem descobre estarem presas num tempo do eterno presente sem existência nos acontecimentos do passado – , o que buscamos tem a ver com aquilo que podemos ensaiar na quarentena. Nesse período de isolamento, perseguimos aquilo que é capaz de revelar experiências, que são territórios de criação, imagens moventes que abrem zonas de horizontes para que possamos quem sabe, imaginar futuros distintos. É importante lembrar que, quando falamos em imaginar possibilidades, não estamos pensando em uma imaginação imersa em um mundo de fábula, no qual se está livre de notícias ruins e de doenças, vivendo sempre como se fosse a primeira vez, sem recordar o que passou (CASARES, 2009). Nesse sentido, é importante recorrer a Monteiro (2020), ao lembrar imagens que se projetam em ininterrupto movimento no livro de Bioy Casares jamais reconhecem uma primeira vez, tampouco há consciência do círculo em que são projetadas pelo perpétuo movimento da máquina. São imagens presas em si mesmas, algo de um testemunho do

que aconteceu, embora não tenham noção do tempo que passa. O personagem, tal como um exilado da experiência, termina o livro se perguntando pelo "céu da consciência", ali onde a imagem projetada poderia, afinal, reagir e, finalmente, reconhecê-lo (MONTEIRO, 2020).

A par de sua relação semântica, é fato que imagem e imaginação têm significados distintos. Imagens produzem imaginação: a imaginação lúcida que não se esquece da experiência do seu presente e do seu passado diante daquilo que está por vir, que não se prende ou se fixa a uma nostalgia do que já foi e tende a se repetir. É nesse sentido que apostamos na operação da arte visual e da literatura: imagens e movimentos de linguagem que imaginam lugares distintos e inventam possibilidades.

Edson Luiz André de Sousa (2007), em *Uma invenção da utopia*, vai justamente nessa direção, quando cita Frederic Jameson, teórico dos estudos utópicos, para dizer que, diante de algumas imagens, podemos imaginar um futuro, mas não um "futuro melhor" (SOUSA, 2007, p. 44), pois a função dessas imagens (utópicas) é a "maneira pela qual ela demonstra nossa completa incapacidade de imaginar tal futuro". Para Sousa (2007), a "imaginação exige liberdade e imprecisão, portanto precisa de sujeitos inexatos" (SOUSA, 2007, p. 45).

Acreditamos que a potência de construir imagens de futuro provém, sobretudo, pela via da arte visual e da literatura, manifestações culturais que se enlaçam com a psicanálise. São elas que nos permitem encontrar imagens que nos tirem da repetição da máquina, da exatidão do mesmo, da fixação dos corpos e das horas contabilizadas. Nesse aspecto, tanto Freud quanto Lacan se valeram da arte e da literatura do seu tempo para produzir conhecimento e leituras acerca da cultura de uma determinada época. E o fizeram na perspectiva de que o artista precede o psicanalista, visto que, para a psicanálise, não está em questão interpretar um mundo ou aplicar determinada teoria. Nessa ordem, é o campo da arte que mobiliza a psicanálise, tirando-a do seu eixo e provocando deslocamentos nos paradigmas teóricos.

Voltamos, agora, para a imagem que abre este texto: resgatada a partir de um conjunto de registros do movimento de arte que ficou conhecido como *APTART* (jogo de letras que brinca com o abreviamento de *Apartment Art* ou remete a *Arte de Apartamento*), a imagem compõe uma série realizada na primeira exposição dentro de um apartamento. O artista, morador da casa, transformou seu lar em um espaço vivo de trabalho, intervindo nos elementos do cotidiano e reintroduzindo-os de um outro jeito, uma espécie de tradução em que modifica a maneira de olhar e

se relacionar com seus próprios objetos.

De uma forma aparentemente simples, através de colagens, desenhos, fotografias, esboços e escrita, vida e obra se misturam, tornando casa e galeria um espaço comum. Assim, rompe-se, de alguma maneira, com fronteiras próprias do campo da arte, fronteiras que determinam um nicho específico de circulação. Ou seja, nicho que regulamenta quais os produtos que fazem parte de uma linguagem específica comercializável, e quem faz parte ou não desse sistema. Parece-nos que a proposta convocada por esses artistas do *APTART* é justamente a de romper com as formas, tanto do campo quanto das limitações institucionais, imaginando outras maneiras de estar com a arte, criando novas possibilidades de linguagem, de maneira que qualquer sujeito possa inventar a partir dos recursos disponíveis do seu cotidiano. É um jeito de arte e vida estarem em sintonia, entrelaçadas, como registra a seguinte imagem:

Imagem da primeira exibição APTART, Moscou, outono de 1982 com Nikita Alekseev.
Foto: Georgy Kiesewalt. Fonte: Morris (2017).

O movimento da *APTART* abrigou ações entre os anos 1970 e 1980 na cidade de Moscou, na antiga União Soviética (URSS). Ele surgiu em um período de isolamento social, marcado pela Guerra Fria e por um governo totalitário, em que muitas pessoas precisavam ficar reclusas em suas casas diante do medo e do horror do que acontecia no país e no mundo. Os artistas que não possuíam o reconhecimento do governo e nem das instituições da época, começaram uma série de ações de valorização da arte dentro dos seus apartamentos, de suas casas, alternativa que ia na

contramão das exibições e exposições em museus, as quais só eram realizadas com a permissão do Estado.

A ações desenvolvidas no movimento da *APTART* pressupunham a mistura de elementos da vida cotidiana com a arte, sem distinção entre vida e trabalho ou casa e galeria. As coisas mais comuns e banais eram usadas por esses artistas, na tentativa de transpor as fronteiras entre o que era considerado produto de arte (obra) e os processos comuns da vida. A dessacralização da imagem do artista, o rompimento entre o público e o privado, a destituição de um mercado da arte que reconhecia e regulamentava um sistema de alguns poucos estavam entre os ideais políticos do *APTART*.

Podemos aproximar aquilo que fundamenta as bases do movimento da *Arte de Apartamento* aos movimentos que surgiram ao redor do mundo no campo das artes visuais desde os anos 1960. Dentre esses movimentos, situamos o que se convencionou chamar de Arte Contextual, uma área específica que compõem as práticas da Arte Contemporânea e que, com o tempo, ganha cada vez mais ressonância.

O que é Arte Contextual?

Em linhas gerais, a Arte Contextual é uma noção que nasce em meados dos anos 1970, quando Jan Świdziński, artista polonês da área da performance, desenvolveu uma teoria da estética, destacando o termo a partir de um manifesto sobre a arte e o espaço público (SWIDZINSKI, 1977). Porém, foi somente nos anos 2000, por meio do historiador e crítico de arte Paul Ardenne, que o conceito ganhou visibilidade, circulando nos meios acadêmicos e artísticos. No livro *Un arte contextual* (2004), o autor sistematiza as práticas artísticas produzidas a partir dos anos 1970, agrupando uma série de intervenções no campo da arte, realizadas com uma conexão direta da arte com os lugares e contextos. Para esse autor, uma arte contextual agrupa as criações que se ancoram nas circunstâncias e se relacionam diretamente com a realidade, sendo uma arte de ação, de presença e de afirmação imediatas, ligada a uma realidade concreta à qual o artista/pesquisador se ata. Na imagem a seguir, os artistas exploram a relação direta entre a vida e a casa, misturam elementos da paisagem em que os próprios elementos viram a obra apresentada. Não há uma separação de qual obra pertence a qual artista, todos dialogam com o contexto que está

armado ali, conversando com o espaço e a realidade.

Exibição APTART, Moscou, outono 1982, com trabalhos do Totart, Mikhail Roshal e SZ.
Fonte: Morris (2017)

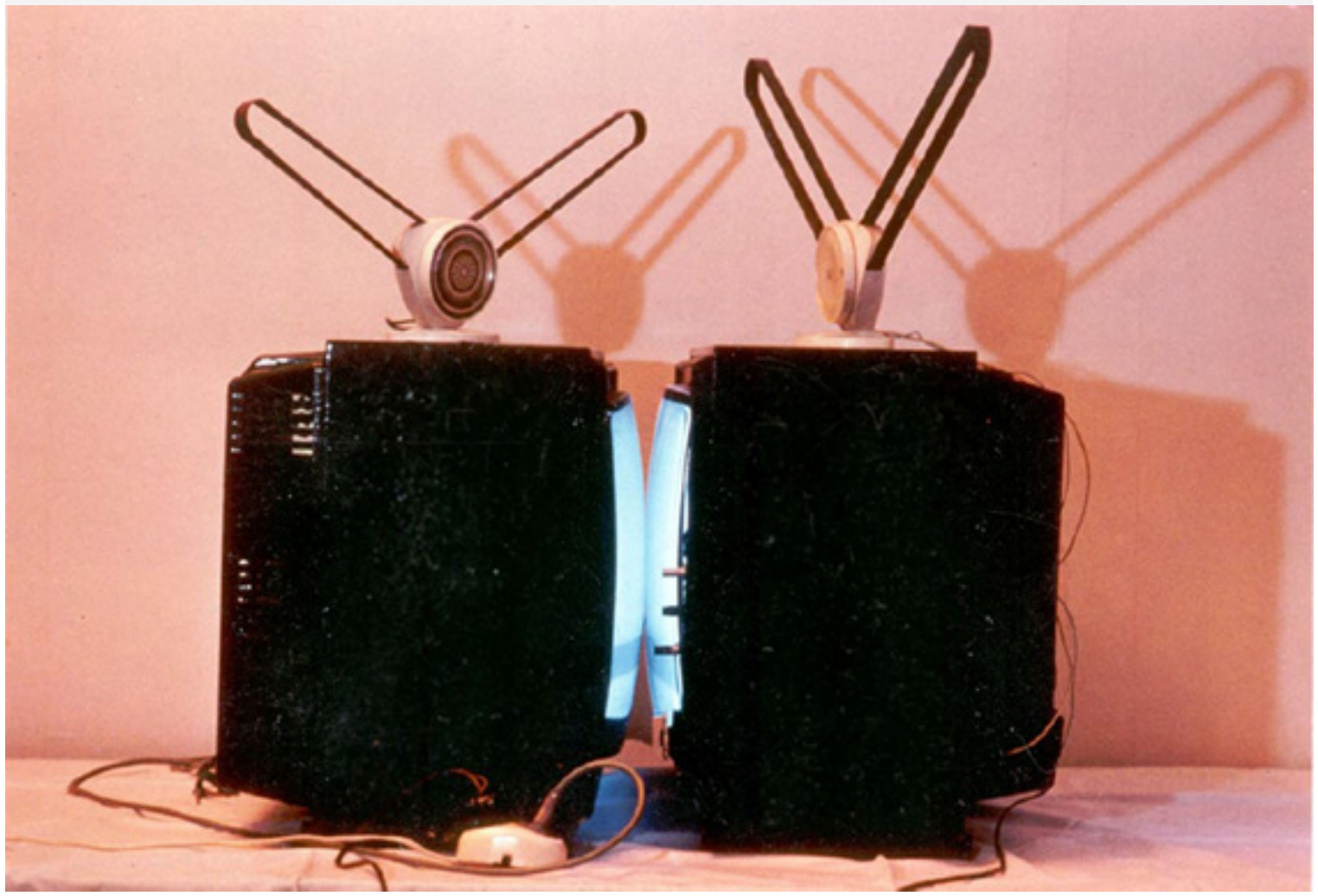
A palavra “contexto” vem do latim *contextus*, de *contextere*, “tecer com”. Para o artista implicado no contexto, trata-se de um “tecer com” o mundo que o cerca, de entrar em contato encarnado com o mundo, com tal intensidade a ponto de ele se nutrir com as circunstâncias que fazem e desfazem a história. Isso significa que sua interação com o contexto empírico implica não apenas uma interação com o espaço, ou sua tradução, mas se torna, também, uma experiência viva, de trocas e transformações efetivas. São práticas em arte que apostam em ações de contato com o cotidiano, no diálogo com os sujeitos e no deslocamento dos modos automáticos de produção. É uma aposta na interação e na invenção, em ações estéticas e lúdicas que nutrem o rigor formal e metodológico que concebe o espaço para a contingência, como sustentáculo do acontecimento. Essas práticas, de cunho colaborativo e de invenção no cotidiano, têm por propósito promover o exercício de uma relação renovada das pessoas com a vida, a ser descoberta e praticada por cada uma delas em seu cotidiano (ARDENNE, 2004).

Em seu trabalho, Ardenne cita, ainda, uma série de artistas que trabalharam a partir do experimentalismo, da colaboração, da intervenção, da participação do público e da disseminação das fronteiras entre arte e vida. Ele dialoga com os exemplos dos brasileiros Lygia Clarck e Hélio Oiticica, com o americano Allan Kaprow (pioneiro dos famosos *happenings*), com o Grupo Fluxos, com o *Artist Placement Group* (APG) e tantos outros que se valiam da arte como campo de experimentação, imaginação e possibilidade de expansão do vivido. Entretanto, a Arte Contextual sistematizada por Ardenne (2004) é compreendida, sobretudo, como urbana, que ocupa os espaços públicos num movimento de co-criação e colaboração, relacionando e intervindo nas comunidades e microrrealidades. Essa possibilidade inexiste, temporariamente, em função da pandemia. A realidade atual exige operações estabelecidas no âmbito privado, dentro das casas, na intimidade de si, da família e do confinamento.

Em tempos de pandemia, a que meios da arte contextual e da literatura podemos recorrer para, desde a dimensão privada, ativar o público?

A palavra contexto, que recolhemos da noção de Arte Contextual, ganha, aqui, mais uma possibilidade de leitura: com-texto, o trabalho com-o-texto. Texto que, para além das palavras/imagens, é o caldo da cultura. Desde a psicanálise freudo-lacaniana, concebemos as palavras, os textos e os discursos como constitutivos do sujeito, como aquilo que se relaciona ao caldo da cultura que nos funda, discursos do mundo, no qual o sujeito é banhado. O inconsciente é estruturado como linguagem, diz o aforisma de Lacan (1998).

Mikhail Roshal, Art for Art's Sake, 1982. Foto: Georgy Kiesewalter.
Fonte: Moris (2017).



Estar conectado com o mundo, relacionar-se com o texto da vida e fazer desse texto leitura possível para atravessar os tempos: esse deve ser nosso objetivo primordial, nosso foco maior, não somente em tempos de isolamento, mas principalmente nestes. A obra do artista Mikhail Roshal pode nos ajudar a entender isso. Na obra, a disposição dos televisores, um de frente para o outro, permite que as telas se beijem. As antenas, como podemos ver, apontam para direções distintas, o que sugere que cada uma busca um sinal diferente. A imagem formada pelas sombras, ao fundo, lembra algo de um desenho: cabeças com grandes orelhas que sintonizam no canal do espaço. Assim, as telas, ao mesmo tempo que estão em contato, projetam-se para o mundo. É uma troca nada simples, e o contato também não se dá por inteiro. Nesse sentido, a imagem, apesar de inspirar uma tentativa de aproximação, ao mesmo tempo sugere certa alienação. O que está muito perto, pode se tornar invisível, impossível de ver e ler. A dança com o contexto se dá por aproximações e distanciamentos, por uma certa conectividade antenada que nutre espaços para

a escuta sem se deixar engolir por tudo o que chega.

Assim, nos parece importante dizer aqui, que os artistas e, sobretudo, os escritores (que são artistas da palavra), traduzem a experiência com o mundo pela via da ficção. É a dança do ir e vir com o contexto, que conquista outras possibilidades de leitura. Seu trabalho solitário ganha o mundo pelos olhos do leitor, que se encontra com o texto e rouba as palavras para si, alargando os efeitos de uma intimidade que se torna compartilhada, na esfera do comum. Algo de singular da escrita que, no primeiro momento, é íntima, e, depois, se torna universal, alcançando diferentes mundos. Nesse movimento de expansão, traz o distante para perto do leitor. Como expressa Bolaño (2015, p. 3), citando Tao Te King, "sem sair de minha casa conheço o mundo". *Literatura e exílio* é o título do texto de Bolaño, que é, também, uma conferência. Nele, o autor, ao tratar da condição do escritor, afirma que "a única pátria do escritor de verdade é sua biblioteca, uma biblioteca que pode estar em estantes ou na memória" (BOLAÑO, 2015, p. 3). Nesse sentido, para ele, o escritor tem o mundo ao seu alcance, seja na materialidade física do livro, seja na substância, na constituição etérea da memória. Assim, reveste-se da possibilidade de inventar e criar mundos sem sair de casa, tornando-se um exilado que, em estado de desterro, é capaz de imaginar – e vivenciar – outras realidades. Ao materializar suas experiências em palavras, compartilha, em um ato de pura generosidade, seu conhecimento com o leitor, de modo a permitir, também a este, experienciar os mundos, transfigurados por meio da fantasia, da imaginação, do devaneio e, assim, elaborar seu próprio sentido em relação a eles.

Em *O poeta e o fantasiar*, que é uma das traduções recentes do texto de Freud, traduzido em outro momento por *Escritores criativos e devaneios*, de 1908, o autor ocupa-se, justamente, em examinar as aproximações e distâncias entre o ato da escrita e a fantasia, de maneira a tomar a criação literária como modelo da atividade psíquica. Para Freud (1908/2015), o poeta, o escritor, o artista, têm, em comum com o devaneador, o fato de também criar um mundo no qual os desejos inconscientes são parcialmente realizados pela via da fantasia. Tal como a criança que brinca, os poetas, os escritores e os artistas inventam um mundo ficcional, mas que possui sua própria realidade, "um mundo de fantasia que leva a sério" (FREUD, 1908/2015, p. 54). Nesse mesmo texto, Freud ainda lembra algo fundamental na arte da criação: a aproximação entre o particular e o universal, o singular e o geral. Para ele,

> o próprio poeta gosta de reduzir a distância entre o que lhe é singular e a essência humana em geral; ele nos assegura, com frequência, que em cada um existe um poeta escondido e que o último poeta deverá morrer com o último homem (FREUD, 2015, p. 53).

As palavras de Freud assinalam o fato de que, em cada um de nós, existe um poeta/escritor/artista escondido. Retomamos, aqui, as imagens que compõem esse texto, representativas do movimento *APTART*. Observemos a imagem que segue, que traduz o convite para a exposição nos apartamentos:

Convite para o "APTART en plein air," maio de 1983.
Fonte: Morris, 2017.

Com a utilização de uma caneta qualquer, os artistas produziram o convite, o qual se caracteriza pelos traços quase infantis e pelas cores contrastantes. O desenho pueril remete a uma brincadeira, a um jogo com as imagens, estratégia que sinaliza a liberdade de criação. É como se

os artistas convidassem as pessoas para uma festa na qual os amigos se reúnem para uma celebração. E era isso mesmo, pois o *APTART* tem origem a partir da organização de um grupo que ficou conhecido como *Collective Artions Group* – um coletivo de pessoas que faziam pequenas e pontuais ações pela cidade e campos isolados da Rússia, de maneira a promover a alegria em tempos de governo totalitário. A imagem do convite lembra o gosto infantil da invenção, como se fosse um chamamento para cada espectador criar junto, de modo a se tornar inventor de espaços e de si mesmo. Tratava-se de uma contribuição simples, que qualquer pessoa poderia ousar a experimentar. O movimento *APTART* indica para essa liberdade de exploração imagética, propõe uma desacomodação com o que se coloca e que tenciona o que já é estabelecido. Ao convidar para uma exibição de arte não oficial, que ocorre em apartamentos privados, com um convite quase infantil que remete a certa indiscernibilidade entre artista e criança, os mobilizadores insistem em uma convergência entre arte e vida.

Em tempos de quarentena, muitos de nós, no exílio (do lar), estamos confrontados com o mundo que nos chega por certas imagens fixadoras que organizam tanto o domínio público quanto o privado. A arte visual, a literatura e a psicanálise são os lugares que nos lembram constantemente que podemos nutrir espaços para a possibilidade de inventar, criar com-os-textos que nos chegam da cultura, brincar com a realidade, provocando fissuras naquilo que de mais real atinge os corpos, uma certa "centelha de subversão do sujeito" (RIVEIRA, 2014, p. 246). Ou, ainda, nas palavras da Silvina Rodrigues Lopes, "trata-se de, através da construção de formas discursivas ou outras, preservar o potencial de mudança" (LOPES, 2012, p.14), uma certa força do pensamento "capaz de, pela sua potência de interrupção, abrir espaços vazios no manto da cultura" (LOPES, 2012, p. 14). Nesses tempos em que a casa se transformou, também, em espaço de trabalho e de convívio, em que as telas se tornaram as janelas para rua – espécies de micro laboratórios de mundos –, a arte visual, a literatura, a psicanálise e a escrita podem ser mecanismos que emulam uma espécie de trampolim para a saúde. Nessa ordem, constituem-se em dispositivos que preservam a sanidade psíquica e o bem estar físico. O trabalho com a escrita e com a arte, por sua conexão com a vida, produz a "invenção do cotidiano" (CERTEAU, 2014), a qual se funda como a chance de, por meio da transformação dos mundos internos e externos, despertar para uma abertura do pensamento. Isso é vital nesses tempos de pandemia. O vírus nos forçou a interromper a vida que levávamos, e fomos forçados a mudar os hábitos, colocar freios nos modos agenciadores do

capitalismo e a navegar com o intenso imprevisto. Estamos diante do que não conhecemos, mas talvez essa suspensão dê margem para a força disruptiva da contingência, para a concepção de outras imagens de futuro.

Para finalizar, recorremos as palavras de Gilles Deleuze quando afirma, na introdução da obra *Crítica e Clínica*, que a "literatura é uma saúde" (DELEUZE, 1997, p. 9) e que "escrever não é certamente impor uma forma (de expressão) a uma matéria vivida, a literatura está, ao invés, do lado do informe, ou do inacabamento" (DELEUZE, 1997, p. 11). Em outras palavras, o trabalho da escrita que estendemos aqui para o campo das artes visuais é o de invenção enquanto devir, palavra-chave para Deleuze. Ela circunscreve justamente o momento de quarentena em que estamos vivendo: "o devir é encontrar uma zona de vizinhança, de indiscernibilidade" (DELEUZE, 1997, p. 11), um estado no "entre" estados, um momento de indefinição que gesta uma possibilidade. Conceber a literatura, a escrita e as artes visuais como saúde e, nas palavras de Deleuze (1997), "saúde como literatura, como escrita, consiste em inventar um povo que falta. Compete à função fabuladora inventar um povo" (1997, p. 14), diríamos, inventar/imaginar um futuro, mesmo que sempre no exílio.

Tomando como exemplo os artistas do *APTART*, da União Soviética, os quais, em outro contexto, encontraram meios para atravessar os tempos criando zonas de indiscernibilidade entre vida e arte, trabalhando com aquilo que era do contexto do cotidiano mais comum e banal das suas casas, abrindo a possibilidade para o novo e para a brincadeira, perguntamos: o que será possível inventar nessa quarentena, em 2020, no interior das nossas casas e na nossa própria intimidade?

É certo que aquilo que vem do mundo, por vezes, pode inibir a possibilidade de ficção, de imaginação. As demandas de trabalho, família e sobrevivência nos colocam no lugar da urgência, fazendo com que não tenhamos um tempo para gestar um futuro. Mesmo assim, precisamos investir em um exercício constante de alargamento das palavras e da ficção, para dar espaços na vida em que a criação seja aquilo que potencialize novos futuros. Na esteira de Freud, lembramos que cada um pode ser um inventor e criador de si mesmo, na mesma medida que repensa seu contexto e o mundo. Com Deleuze, a literatura e a escrita entram como saúde, como um devir que imagina um povo e transita pelas zonas desconhecidas sem se deixar aprisionar. Dessa forma, nosso convite, com essas palavras e com as imagens do inspirador movimento *APTART*, é para o

desafio de tentar imaginar um mundo com aquilo que nos cerca, é levar em conta o com-texto: ter na arte, na literatura, na escrita e na ficção um modo de praticar a saúde, nutrir um jeito de navegar diante dos impossíveis do cotidiano.

Referências

ARDENNE, Paul. **Un art contextuel**. Création artistique en milieu urbain, en situation, d'intervention, de participation. Paris: Flammarion, 2004.

BOLAÑO, Roberto (2000). **Literatura e exílio**. Tradução de Guilherme Freitas. In: Cadernos de Leitura, n. 22, Chão da Feira, 2015. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2015/06/cad22.pdf.

CASARES, Adolfo Bioy. **A invenção de Morel**. Tradução de Samuel Tristan Jr. 3 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22 ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Critica e Clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

FREUD, Sigmund (1908). O poeta e o Fantasiar. In: **Arte, Literatura e os Artistas. Tradução Ernani Chaves**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LOPES, Silvina Rodrigues. **Literatura, defesa do atrito**. Belo Horizonte: Edições Chão de feira, 2021.

MONTEIRO, Pedro Meira. **Heidegger e o iPad**: presença e imagem na pandemia. BVPS: Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social, 2020. Disponível em: https://blogbvps.wordpress.com/2020/04/29/heidegger-e-o-ipad-presenca-e-imagem-na-pandemia-por-pedro-meira-monteiro/. Acesso em 17/05/2020.

MORIS, Davis. **Anti-Shows**. E-flux Journal, n.81, abril 2017. Disponível em: https://www.eflux.com/journal/81/125364/anti-shows/. Acesso em: 13/05/2020.

RIVEIRA, Tânia. **O sujeito está na arte**. In: Cadernos de estética aplicada Revista eletrônica de estética, Revista Viso, nº 15, 2014. Disponível em: http://revistaviso.com.br/issue/15. Acesso em: 16/05/2020.

SOUSA, Edson Luiz André de. **Uma invenção da Utopia**. São Paulo: Lumme Editor, 2007.

ŚWIDZINSKI, Jan. **Art as Contextual Art**. Art Text, editor Henryk Gajewski: Waszawa, Poland. 1977.

Uma inquietude sobre a exposição da classe trabalhadora brasileira na pandemia

Éder Cabral

A sociedade brasileira está vivendo um caos, literalmente, mascarado, devido à pandemia. As máscaras não são apenas estampadas, estilizadas ou únicas, cobrindo os rostos daqueles que têm algum poder aquisitivo para adquiri-las ou mandar fazê-las, bem como aponta Flademir Williges[1] (2020, on-line).

> A recomendação do uso de máscaras – mesmo que não seja de todo conclusivo que nos afaste da praga viral – já está sendo explorada por marcas comerciais. Vendidas a preços extorsivos, ainda assim sua busca "viraliza" na rede. Por outro lado, ao serem estilizadas como únicas [...] apontam para o fato global de que, se não "fizermos" uma boa imagem de nós mesmos para os outros, ou seja, se não formos percebidos midiaticamente e nos destacarmos, quer seja pela marca, pelo valor pago pelo produto ou pelo design diferenciador, por mais bem de saúde que estivermos, podemos ter a sensação de que estamos "mortos" para a sociedade.

A classe trabalhadora está praticamente desprotegida, exposta permanentemente a uma condição de vida nua, isto é, sujeitada a uma vida que se pode matar sem cometer homicídio (Agamben, 2017). Aliás, ironicamente , não é uma vida nua, senão uma vida trajada apenas de máscara. Essa classe, que, para se proteger, está produzindo máscaras caseiras de tecidos variados – nem sempre de tricoline, tecido que é indicado por proteger de modo mais eficaz, por moti-

[1] O excerto acima foi extraído do texto *Imagens, sensações e simbolização da morte em tempos do novo coronavírus*, publicado no site *Psicanalistas pela democracia*, em 10 de maio de 2020.

vos óbvios de valor. Grande quantidade de trabalhadores perderam os seus empregos ou tiveram salários reduzidos e, desafortunadamente, muitas vezes tiveram que escolher entre comprar tecidos para fazer as máscaras, comprá-las feitas ou se alimentar.

Associa-se, desde então, a classe trabalhadora ao *homo sacer*, ou seja, àqueles que estão desprotegidos, destituída de direitos. Em suma, o *homo sacer* é a figura daquele que tem a vida desqualificada e, consequentemente, é aquele que se encontra em uma "esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida de que foi capturada nesta esfera" (AGAMBEN, 2007, p. 91). Esses abandonados pelo sistema político e econômico estão confinados a um espaço de exclusão, geralmente a periferia, gerado pelos mecanismos de poder que os desviam da proteção jurídica, hospitalar, financeira, etc. Esses trabalhadores e trabalhadoras brasileiras estão sob um estado de exceção, no qual podem não apenas ser sacrificados, como também banidos, sem que haja responsáveis. Agamben (2017), quando pensa a vida nua, traz uma citação de Walter Benjamin (1987, p. 226), a qual se encaixa muito bem no que está sendo posto sobre a vida desqualificada no Brasil dos últimos séculos e talvez se enquadre ainda mais na atualidade: "A tradição dos oprimidos nos ensina que o 'estado de 'exceção' em que vivemos é na verdade a regra geral".

Muitos da classe política mascaram a pandemia, realizando decretos e informando a população de modo incerto. Na semana do dia 5 de junho, ouviu-se sobre uma recontagem dos casos e dos óbitos e sobre a implementação de um novo critério de contagem. Mas, afinal, qual é a preocupação dos governos? A recontagem dos casos e mortes é apenas mais uso de um passado recente, para mascarar um futuro incerto. Recontar não é uma estratégia para o combate a Covid-19, mas sim uma tática de instaurar uma nova narrativa para desorientar cidadãos e cidadãs.

Na explícita incapacidade de enfrentar o problema, o governo federal decide mascarar os dados. Nesse mesmo dia 5 de junho, houve muita confusão sobre o tema dos números oficiais e dos seus modos de divulgação, isto é, "resolveu-se", de modo parcial, o problema da Covid-19 de uma maneira muito simples, mas nada eficiente: mascarando-se os números. Nenhuma novidade, pois o Brasil tem uma sociedade que carrega consigo uma incapacidade de reconhecer suas vítimas ao longo da história[2].

[2] No período longo da ditadura militar e com sua aspersão na atualidade, vê-se que o reconhecimento do torturado, por exemplo, não existe em muitas esferas. O número de vítimas da ditadura militar, ainda hoje, é incerto.

É inacreditável que haja abertura do comércio, legitimada e de maneira generalizada, sendo, na prática, conduzida pela classe trabalhadora, quando a maioria dos empresários fica na segurança do seu lar, pouco ou nunca se expondo, enquanto a curva de contágio e os números de mortes se elevam de maneira estridente. O novo coronavírus, no Brasil de Jair Bolsonaro, é uma praga que realça muito bem a posição das classes sociais e desigualdade. Enquanto uns correm sem máscaras nas ruas dos bairros ricos, evitando a aproximação com outras pessoas, circulando pelas cidades em seus carros particulares, outros estão espremidos em transportes públicos, indo ao trabalho, sempre enfrentando filas, ignorando ou sem ter como driblar o distanciamento de outras pessoas, indo e voltando para a casa. Afinal de contas, a defesa da economia parece ser a estratégia do governo federal em relação ao combate a peste. Vão-se os dedos e ficam os anéis, tudo indica que essa seja a lógica do governo de Bolsonaro e dos seus apoiadores.

O isolamento é mascarado, pois, com a sua flexibilização, incentiva a circulação da população e remonta o lindo carnaval de Veneza – aglomeração e máscaras –, porém, como se trata do Brasil de Bolsonaro, essa aproximação com o mais famoso evento da linda cidade italiana mostra não apenas uma cena dantesca, um inferno de contágio, mas também um episódio quijotesco ao revés, pois nela há uma idealização, "uma fantasia", e uma minimização da pandemia, apontando que o vírus "não é isso tudo que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo", palavras do presidente[3], como se o vírus não fosse letal, como se as mortes fossem somente invenção dos jornais, como se a Covid-19 fosse realmente o Rocinante, o cavalo magro e fraco de Dom Quixote e não essa ameaça mortal que se apresenta em todo o globo.

O acompanhamento dos discursos dos governantes, principalmente do presidente do Brasil, funciona como uma possível tomada de consciência crítica de uma sociedade que parece ter construído uma resistência, ou melhor, uma "potencialidade" de ser incapaz de reconhecer as próprias vítimas[4]. Caso se contextualizem essas questões não somente no quadro da atualidade, como também nos anos de autoritarismo, o pobre ou o trabalhador (figuras coincidentes) são vítimas, isto é, um homo sacer de uma modernização estritamente excludente.

Caso a sociedade reconheça todos aqueles que faleceram em função do novo coronaví-

[3] Palavras do presidente Jair Bolsonaro no final do mês de março de 2020.

[4] Diz-se as próprias vítimas e não vítimas do Covid-19, pois a classe trabalhadora e minorias são padecedoras ao longo da história brasileira e não somente no período da pandemia.

rus como vítimas, ficaria evidente a impossibilidade de se manter os privilégios e os privilegiados. Mostra-se um exemplo no meio dessa pandemia: o menino Miguel, no estado do Recife, filho de uma empregada doméstica, a qual teve que trabalhar, no meio da praga, no apartamento dos poderosos patrões em um bairro rico da cidade. A mãe, uma mulher negra, no dia 14 de maio, não tinha com quem deixar seu filho de cinco anos e decidiu levá-lo junto consigo à residência na qual trabalha. Nesse dia, a empregada doméstica levou o cachorro para passear e deixou o filho sob os cuidados da empregadora, primeira-dama da cidade de Tamandaré. Miguel, depois de chorar, foi posto sozinho pela primeira-dama em um elevador para ir ao encontro da mãe, levando consigo sua pequena máscara, mas acabou se perdendo no prédio de luxo e caiu do nono andar. Miguel foi encontrado quase sem vida pela mãe e acabou falecendo. Essa criança negra não foi vítima da Covid-19, porém "sacrificado" pelas mãos de um integrante da elite[5]. A primeira-dama de Tamandaré foi solta após pagar 20 mil reais de fiança, indiciada por homicídio doloso, ou seja, quando não há a intenção de matar e responderá na sua rica liberdade, enquanto a mãe da vítima carrega múltiplas e irreparáveis perdas. Mas, para muitos outros, o caso do menino Miguel é apenas mais uma morte. Nada tão trágico, nem tão simbólico, quanto o episódio triste desse menino. No entanto, é mais uma família exposta a vida nua da pandemia, no qual Miguel figura um *homo sacer*.

A flexibilização do isolamento é mais uma máscara da situação trágica que se vive no Brasil, porque é a flexibilização da morte. Aqui, a curva de contágio subiu a ladeira, proporcionalmente com a abertura do comércio e da implementação da quarentena inteligente, que de *smart* não tem nada.

Há uma máscara de inabilidade em diversos gestores públicos, que infelizmente são bons no *marketing* e péssimos na gestão da coisa pública. Esse vírus foi capaz de desmascará-los, porém, como não usam apenas uma, ficam tentando ajustar as máscaras reservas para não ter queda na aprovação, visando as próximas eleições ou tentando salvar a economia, a qual é um evidente sinônimo para descaso com a vida.

No meio desse caos, apresenta-se um aglomerado de seres em verde-amarelo, os quais usam e se apropriam de símbolos nacionais, apoiando esses políticos. Suas manifestações beiram o ridículo, uma vez que explicitam sua maior vontade: combater o comunismo. Para isso, talvez

[5] Dizer elite branca e rica, seria uma redundância, mas vale ressaltar em nota, pois essa é a realidade do Brasil.

por meio de um tabuleiro *ouija*, devem tentar trazer à tona o fantasma do comunismo, para, assim, posteriormente, exorcizá-lo e expulsá-lo do Brasil. Porém, antes disso, já reivindicaram intervenção militar, fechamento do Supremo Tribunal Federal, etc.

Mais uma vez na história recente do Brasil que gira em falso, convoca-se a classe trabalhadora a não parar. Durante a pandemia, surgem eufemismos tais como serviços essenciais, nos quais a camada mais frágil da população está maioritariamente na linha de frente. Parece que no maior país da América Latina só tem um clichê para momentos críticos atuais: "Não pense em crise, trabalhe". Esse enunciado, que já faz parte do passado, é do ex-presidente interino Michel Temer. Na época, foi impactante e polêmico, proferido na posse dos novos ministros do governo provisório em virtude do afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Foi polêmico, obviamente, pois muitos cidadãos brasileiros o relacionaram com a frase que servia de ornamento nos portões de Auschwitz, "Arbeit macht frei". Esse enunciado soou não como ironia, o que remete não somente ao *lager*[6] mais sombrio, mas também a um excerto de Primo Levi (2004, n. p.), em *O degelo*, relato integrante de *A trégua*:

> [...] fui içado à carroça por Charles e Arthur, junto com uma carga de moribundos, de quem eu não me sentia muito diferente. Chuviscava, e o céu estava baixo e fosco. Enquanto o lento passo dos cavalos de Yankel me conduzia para a tão distante liberdade, desfilavam pela última vez sob os meus olhos os barracões, onde eu sofrera e amadurecera, a praça da convocação, onde ainda se erguiam, lado a lado, a forca e uma gigantesca árvore de Natal, e a porta da escravidão, na qual, agora inúteis, liam-se ainda as três palavras de escárnio: "*Arbeit macht frei*", "Só o trabalho liberta".

As palavras de Temer foram um enunciado que tentou instituir uma norma, uma verdade, conforme Michel Foucault (2010), e explicita que a imposição de regras é o discurso verdadeiro, pois, ao menos em parte, veicula efeitos de poder. Esse enunciado imperativo tenta julgar,

[6] Campo de concentração/extermínio.

condenar, classificar, obrigar a tarefas, destinar os modos de viver da população trabalhadora, ou, atualizado pelo atual presidente: o modo de morrer diante da pandemia. Caso se faça referência à biopolítica foucaultiana, ou seja, a gestão e transformação da vida humana, por meio de dispositivos biopolíticos, tais como regulação da saúde, da higiene, alimentação, natalidade, sexualidade, etc. Esse enunciado, "Não pense em crise, trabalhe", faz parte de um discurso que se quer verdadeiro e tenta trazer consigo efeitos específicos de poder e ainda reverbera na boca de políticos que

a) não usavam uma máscara até o número de mortos chegar a 5 mil;

b) começaram a aparecer em público com máscaras que afastam a possibilidade de contágio viral, quando o número se aproximava da casa de 15 mil mortes – e mesmo assim a usavam penduradas na orelha;

c) deixam de usar máscara e interagem com o público, quando se tem mais de 30 mil mortes.

Aquele que está trabalhando na pandemia é essencial, mas descartável, o que é trágico. Neste ensaio, o trágico é o mal, a violência, a dor extrema, a falta, a ausência, a impossibilidade, etc. E isso é tudo que está acontecendo no cenário brasileiro da pandemia. Vê-se que, aqui no Brasil, de norte a sul, aplaudiram-se os profissionais da saúde em horários combinados, contudo, nem esse estrato está protegido, pois o país continental é o que mais teve casos de contaminados e de mortos nessa categoria. Um dia se aplaude e em outro se agride, pois, no início de maio, um grupo de enfermeiros foi agredido em plena praça dos poderes em Brasília. Cena trágica, pois primeiro se agride e mais adiante, enterra-se.

O presidente Jair Bolsonaro usa uma máscara metaforicamente estampada com 70% e hidroxicloroquina. O mais interessante é que nessa máscara tem uma bula pendurada, mostrando apenas o suposto lado positivo desse medicamento que, na realidade, tem uma lista enorme de efeitos colaterais e reações adversas. Essa porcentagem foi repetida algumas vezes pelo presidente e se refere a 70% da população que será infectada, segundo ele[7]. Se o Brasil é um país com uma população de aproximadamente 211 milhões, 174 milhões serão contaminados. Consequentemente, o número de mortes não será baixo.

Presidente, governadores e prefeitos usam máscaras diferentes. O presidente joga a

[7] Não foram poucas as vezes que o presidente Jair Bolsonaro citou esse número. Para situar o fato, indica-se o texto de Carolina Dantas, Felipe Grandin e Fabio Manzano no portal G1 no dia 12 de maio de 2020.

responsabilidade aos governadores e os prefeitos decretando e "desdecretando", na tentativa de conter a praga e salvar a economia e os empregos. No entanto, no Brasil, na maioria das cidades, as medidas de distanciamento foram abandonadas e, consequentemente, a população também. Quem está no Brasil não está vivendo apenas em uma desordem, mas também em um estado exceção caótico e mascarado.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Bolsonaro diz que 'pequena crise' do coronavírus é 'mais fantasia' e não 'isso tudo' que mídia propaga. G1. Rio de Janeiro, 03 de março de 2020. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml>. Acesso em 05 de jun. 2020.

Bolsonaro repete que 70% pegarão coronavírus; cientistas estimam 1,8 milhão de mortes se isso ocorrer. G1. Rio de Janeiro, 12 de maio de 2020. Bem Estar. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/12/bolsonaro-repete-que-70percent-pegarao-coronavirus-cientistas-estimam-18-milhao-de-mortes-se-isso-ocorrer.ghtml>. Acesso em 05 de jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-9176). São Paulo: Editora WWF Martins Fontes, 2010.

LEVI, Primo. **A trégua**. São Paulo: Planeta de Agostini, 2004. Não paginado.

WILLIGES, Flademir. Imagens, Sensações e Simbolização da Morte em Tempos do Novo Coronavírus. In: **Psicanalistas pela democracia**, 2020. Disponível em: <https://psicanalisedemocracia.com.br/2020/05/imagens-sensacoes-e-simbolizacao-da-morte-em--tempos-do-novo-coronavirus-por-flademir-roberto-williges/>. Acesso em 12 mai. 2020.

Ciência ou ignorância, quem vencerá a pandemia do coronavírus

Mário A. Benedetti

Introdução

O que define a ignorância e a ciência como os articuladores essenciais para vencer a pandemia do novo coronavírus, a Covid-19? Os países com seus aeroportos e suas fronteiras estão fechados. Pessoas estão em casa devido ao apelo de não propagar o vírus, sob orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS). O sistema de saúde global não tem a capacidade suficiente para atender os infectados em uma proporção de grande volume de atendimentos.

No Brasil, há uma polêmica de quem fica ou quem sai de casa e isso gera um questionamento em todos, pois quem pagará para ver o contágio? Muitos governos tendem a buscar soluções, diversas maneiras de enfretamento com um vírus, o qual ainda não se sabe como vencer. Portanto, esse ensaio tem a finalidade de interligar pesquisas, analisar não somente alguns veículos de imprensa, mídias digitais e matérias publicadas em alguns veículos de comunicação, como também algumas falas do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e confrontá-las com as dos especialistas atinentes das áreas da saúde, política, sociologia, filosofia, economia e, assim, estabelecer uma relação com os pensamentos dos intelectuais para comprovar o título deste texto.

Ignorância

No dia 24 de março de 2020, em pronunciamento em rede nacional, que durou aproximadamente 4’37”, a fala do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, colocou a população brasileira em dúvidas sobre o isolamento social horizontal para prevenção à Covid-19, pois, afirmou que era mais uma “gripezinha” ou “resfriadinho”. Portanto, por ter “um histórico de atleta”, supostamente,

nada de tão grave aconteceria:

> [...] Caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão [...] (COTELLA, 2020, on-line).

A afirmação de Jair Bolsonaro era quase que olhar sem lanterna para o quarto escuro, a procura de um gato preto. O desconhecido gera estranhezas, porque, acima de tudo, falar do que não se sabe, tendo como referência a Itália, o epicentro da pandemia, nos meses de fevereiro e março de 2020, mostrava o despreparo do presidente diante do caos que estava para vir ao Brasil.

No entanto, o Presidente do Departamento de Biologia da Universidade de Columbia, professor de neurociência, Stuart Firestein (2019), aponta que "um tipo de ignorância é a estupidez intencional – pior que uma simples estupidez, é uma bisonha indiferença aos fatos e à lógica" (FIRESTEIN, 2019, on-line). Mesmo que, em fevereiro de 2020, Dráuzio Varella tenha dado uma notícia, no *Fantástico*, programa de televisão da rede Globo, sem muita precisão da ameaça que é o novo Coronavírus, o despreparo de Bolsonaro de contrariar a logicidade, de apontar uma certa irresponsabilidade de Dráuzio Varella, negando a letalidade do vírus e apresentando argumentos pessoais, evidencia o fato de não observar outros enfrentamentos de países como a Espanha, Alemanha e inclusive os Estados Unidos, o que torna visível a sua ignorância.

Uma preocupação notória de Yuval Noah Harari, em entrevista para Deutsche Welle, empresa pública de radiodifusão da Alemanha, no dia 26 de fevereiro, diz:

> que o maior perigo não é o vírus em si. A humanidade tem todo o conhecimento e as ferramentas tecnológicas para vencê-lo. O problema realmente grande são nossos demônios interiores, nosso próprio ódio, ganância e ignorância. Temo que não se esteja reagindo a esta crise com solidariedade global, mas com ódio, colocando a culpa em outros países (HARARI, 2020b, n. p.).

No combate a Covid-19, o presidente brasileiro classifica apenas um grupo de pessoas, os idosos e os convalescentes de doenças permanentes, exemplos de câncer, AIDS, diabetes e outros tipos. Como argumento de ação do seu governo na luta contra o coronavírus, o isolamento vertical é o ideal ou a imunização de rebanho, defendido por Osmar Gasparini Terra, médico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e político, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro.

Bolsonaro adota o negacionismo para confrontar a ciência como fonte de causa segura de luta contra a Covid-19, para não perder o controle da economia. Sua ideologia, por ora, é a sua insistência em querer salvá-la. Mas, supostamente, tudo isso se resume em proteger os gastos do cartão presidencial, manter os caprichos da sua família, dando proteção aos filhos e aos amigos contra as acusações de desvio de dinheiro, de participação de milícia, da morte de Marielle Franco e a produção desenfreada de *fake news*.

Sobre o cenário político brasileiro vigente, que transparece ser antidemocrático, por não aceitar os esquerdistas, e com incentivo financeiro *às fakes news*, o Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Boaventura de Sousa Santos (2020, n. p.) confirma que

> as epidemias tendem a ser menos letais em países democráticos devido à livre circulação de informação. Mas como as democracias estão cada vez mais vulneráveis às fake news [...]. Em particular, a política, que devia ser a mediadora entre as ideologias e as necessidades e aspirações dos cidadãos, tem vindo a demitir-se dessa função.

Além disso, o presidente colocou interinamente um paraquedista no lugar de um médico, para acelerar o uso deliberado da cloroquina ou hidroxicloroquina em pacientes no início de contágio, sendo a única solução que o presidente tem, confrontando os médicos, os ex-ministros da Saúde, Nelson Teich e Luiz Henrique Mandetta, que foram contra o fármaco.

Neste contexto, tenho que dar razão ao poeta William Shakespeare, em *Hamlet*, que, na

narrativa, cita a frase, ilustrando algo já sabido, mas que não queremos aceitar: "*há algo de podre no reino da Dinamarca*". Essas características podem estar relacionadas a um tipo de ignorância, em que podemos ver um estado de quem não tem conhecimento, cultura, por falta de estudo, experiência ou prática.

Não ignorando a economia, referente à "estabilidade" da sociedade brasileira, mas o valor de R$ 600 ou R$1200, há o *Coronavoucher*, que é um benefício instituído no Brasil pela Lei de nº 13.982/2020, para os trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social. Essa iniciativa mostra a fragilidade do governo brasileiro e deixa exposta, para o mundo, a vulnerabilidade econômica nacional.

O capital financeiro pode ser o grande influenciador dessa ignorância, fortalecendo a propagação da Covid-19, como aponta o sul coreano e filósofo Byung-Chul Han (2020, n. p.), "en medio de esta sociedad tan debilitada inmunológicamente a causa del capitalismo global irrumpe de pronto el vírus".

Diante dessas circunstâncias, surgem os pensamentos de negação da realidade, movidas por dinheiro, não mais se importando com as vidas, e sim com os dados financeiros e econômicos. Em alusão à realidade brasileira, há um termo francês *négationnisme*, ou seja, os negacionistas – assim chamados no Brasil, causam uma realidade perturbadora referente à vida.

Já em relação às subnotificações, uma matéria publicada por Akemi Nitahara, repórter da Agência Brasil/Rio de Janeiro, no mês de maio, previa que

> as estimativas de subnotificação de casos de covid-19 apontam que o Brasil pode ter até 16 vezes mais casos do que mostra a estatística oficial. Portanto, se no último balanço do Ministério da Saúde, divulgado na noite de ontem (17), o país registrava 241.080 pessoas com covid-19, o número real de infectados pelo novo coronavírus no Brasil pode chegar a 3,6 milhões (NITAHARA, 2020, on-line).

Ao aderir aos discursos de que não há testes suficientes para medição da covid-19 para

todos, dando chance para os assintomáticos de saírem às ruas espalhando a peste, o governo federal pode estar tendo uma posição que será letal para sociedade brasileira. A obstinação da liberação da cloroquina em casos iniciais, demonstra total despreparo de Jair Bolsonaro, pois insiste no uso da medicação, mesmo não tendo comprovação, segundo Firestein (2019),

> uma teimosa devoção a opiniões desinformadas, ignorando ideias, opiniões ou dados contrários. O ignorante desse tipo é desatento, não esclarecido, desinformado, e, o que surpreende, muitas vezes ocupa cargos importantes.

O presidente no dia 29 de março, saiu às ruas em carreatas, cidade de Brasília, junto dos apoiadores classificados atualmente de “bolsonaristas” e não respeitou as orientações da OMS, do distanciamento, das aglomerações e assim por diante. Dado o exposto, podem, quem sabe, segundo Cabral (2020), todos esses adeptos à ideologia bolsonarista serem os espalhadores da peste.

Na era da informação temos muitas perguntas para diversas respostas. Para Firestein (2019, n. p.)

> parece que estamos chegando a uma fase marcada por um apetite voraz por conhecimento, na qual o crescimento da informação é exponencial, e talvez mais importante; sua disponibilidade é mais fácil e mais rápida do que jamais foi. O Google é o símbolo, a insígnia, a conta de armas do mundo moderno da informação.

Afirmar que o valor de hoje são as informações, mas não se importar como elas serão recebidas, é preocupante, porque há muita procura em saber. Segundo Firestein (2019, n. p.), “mais informação é demanda, mais fatos são oferecidos, mais dados são requisitados e mais de tudo isso é entregue, mais rapidamente”. Por intermédios de fontes seguras ou por *fake news*, o resultado dessa busca encontra não somente muitas verdades, mas também muitas mentiras, o que

complica o entendimento do combate ao coronavírus, tanto por parte de quem fica, quanto de quem sai de casa.

A ignorância pode ser diluída e ajudar o ser humano ao se questionar e criticar mais com as informações que encontram no Google. Muitas informações são mais precisas do que podemos imaginar, pois Firestein (2019, n. p.) informa que

> de acordo com o instituto Berkeley, em 2002 foram acrescentados cinco exabytes de informação aos acervos mundiais. Isso representa 1 bilhão de bilhões [1 quintilhão] de bits de dados, o bastante para encher a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos 37 mil vezes. São oitenta megabytes para cada indivíduo no planeta, correspondentes a uma pilha de livros com dez metros de altura. Parece ter aumentado 1 milhão de vezes segundo a última atualização em 2007.

No contratempo desse contexto, a ignorância parece perder força para combater o que podemos chamar de verdade, referente à ciência cognitiva, como bem expõe Harari (2020a, n. p.)

> [...] no último século, cientistas, médicos e enfermeiros ao redor do mundo compartilharam informações e juntos conseguiram compreender tanto o mecanismo por trás das epidemias quanto os modos de combatê-las.

Afinal de contas, estamos enfrentando uma pandemia. Com a maior visibilidade das questões internas sociais, políticas raciais, étnicas e de gênero, as quais hoje muitos têm mais tempo para discuti-la em função da quarentena, porém, neste momento delicado o foco é salvar vidas. As fake news oriundas da insciência, da manipulação, de um egoísmo intencionado de manter o poder político e lucro de empresários, sendo assim

> os motivos para que sejam criadas notícias falsas são diversos; os autores criam manchetes absurdas com o claro intuito de atrair acessos aos sites e, assim, faturar com a publicidade digital (FAKE NEWS, 2020, on-line).

As mortes começaram a aparecer e a sensibilizar a população brasileira e, mesmo assim, não causaram nenhuma comoção ao presidente Jair Bolsonaro, como afirmou na coletiva de imprensa para a Folha de São Paulo, em matéria de Paulo Saldaña, no dia 20 de abril de 2020: "Não sou coveiro, tá?". As discussões do negacionismo diante da Covid-19 ganham força, quando fica em evidência, no dia 28 de abril, no momento em que Bolsonaro, questionado pelas mortes de 5017 pessoas pelo novo Coronavírus, enuncia: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre". Como se a culpa por tanta falácia fosse da imprensa ou de um suposto comunismo invasor, relacionada à teoria da conspiração da política de esquerda – o que excita o discurso de ódio, colocando amigos, parentes, pais e filhos em conflitos entre si, em função do que apoiam, concordam ou discordam. Diante do olhar dos intelectuais brasileiros, tudo isso indica uma histeria para outros países.

No dia 25 de maio, o Brasil contava com 374.989 contaminados, sendo que 25.533 mortes, segundo a matéria dos repórteres Bruno de Lima e Elisa Campos da Revista Época. No site da revista, publicaram a seguinte informação: "O Brasil é hoje o 2° país do mundo mais afetado pela pandemia, atrás apenas dos Estados Unidos, segundo a Universidade Johns Hopkins".

Quem vencerá a luta contra o coronavírus? A ignorância intencionada em função da economia, que não pode parar, mesmo diante de muitas mortes, ou a ignorância do não saber, aquela que indaga a ciência e o conhecimento científico, a qual busca uma vacina ou método de convívio com a covid-19, que seja eficiente para colocar a humanidade de volta à "normalidade". Para Firestein (2019, n. p.)

> o curioso que, à medida que o nosso conhecimento coletivo cresce, nossa ignorância não parece estar encolhendo. Ao contrário,

> sabemos uma fração ainda menor do total, e nossa ignorância individual, em proporção à base do conhecimento, aumenta. Essa gnorância é uma espécie de limitação, e, a meu ver, é um pouco irritante porque a única coisa que você sabe é que há muito mais coisas que você nunca saberá.

Porém, a ciência tem essa relevância, da seguinte forma, Firestein (2019, n. p.)

> a fonte mais importante da qual, nós cientistas, dispomos, e usá-la corretamente é a coisa mais significativa que um cientista faz. James Clerk Maswell, talvez o maior físico entre Newton e Einsten, nos aconselha: “uma ignorância totalmente consciente é o prelúdio a todo avanço geral da ciência”.

Dado o exposto, a ciência é a uma luz para a humanidade, dela poderá vir a resposta mais benéfica em tempos de pandemia e na luta contra o novo Coronavírus.

Ciência

A ciência tem muitas frentes e está agrupada em três ramos: ciências físicas, ciências naturais e ciências sociais. Mas a pertinente deste ensaio é a ciência da consciência, dos estudos científicos que busca uma solução de apaziguar essa angústia causada pela pandemia. Para ilustrar melhor a definição de ciência, citando o filósofo Jean-Jacques Rousseau (2018, n. p.):

> Oh virtude, ciência sublime das almas simples, será preciso então tanto trabalho e tantos aparelhos para te conhecer? Teus princípios não bastariam, para ensinar tuas leis, penetrar em si mesmo e escutar a voz da consciência no silêncio das paixões!

Essas paixões fazem refletir que a ciência é o instrumento que nutre as esperanças no conflito futuro com o vírus. O presidente brasileiro demonstra sérias falhas, ignorando de forma absurda diversos aspectos da pandemia e suas consequências, principalmente, quando ele mesmo nega não apenas proteção aos indígenas da Amazônia, mas também exibe um descaso com a população em geral. É necessário incluir os povos indígenas ao grupo de risco. A jornalista Jennifer Ann Thomas, da *Revista Veja*, publicou no dia 16 de abril, a manchete cujo título é “Cientistas criticam governo Bolsonaro em carta na Revista *Science*’ ”. A crítica dos cientistas é mencionada após o jornal americano de *Washington Post* ter considerado Bolsonaro “o pior líder mundial a comandar uma reação contra a pandemia do novo Coronavírus”. Na carta para a principal revista do mundo, a *Science*, os cientistas relatam que

> o presidente Jair Bolsonaro tem, repetidamente, negado a severidade da pandemia e divulgado informações enganosas e mensagens contraditórias sobre como reagir, advogando pelo uso da hidroxicloroquina e o fim da quarentena no país. Evidências científicas atuais contradizem essas recomendações, e o discurso do presidente coloca a população do Brasil em risco (THOMAS, 2020, on-line).

A ignorância intencionada do presidente brasileiro pode estar certa ou errada? Para Harari (2020[a]), o ser humano tem vencido a batalha contra as epidemias desde a idade da pedra lascada, quando afirma que

> as epidemias matam uma proporção muito menor de pessoas do que em qualquer outra época desde a idade da pedra. A melhor defesa que os humanos têm contra os patógenos não é o isolamento, mas a informação (HARARI, 2020, n. p.).

Está mais que evidente que a informação é uma *commoditie* para ciência, assim como

está para a Ciência Cognitiva, Harari (2020a, n. p.) ainda contribui: "[...] na corrida armamentista entre patógenos e médicos, os patógenos dependem de mutações cegas, ao passo que os médicos se apoiam na análise científica da informação".

Mas entre o certo e o errado, ainda a ignorância movida pela inteligência pode nos dar muitos resultados, jamais vistos se seguirmos as informações do passado, presente e garantir o futuro. Porque o que se vive hoje, ficará para história amanhã. O que instiga a ciência é o que Firestein (2020, n. p.) declara

> um caso do qual não existem dados, ou, mais comumente, do qual os dados existentes não formam um todo coerente, uma explicação clara, e não podem ser usados para prever ou afirmar alguma coisa ou algum evento. Essa é uma ignorância inteligente, perceptiva, plena de insight. Ela nos leva a contextualizar melhor as questões, primeiro passo para obter melhores respostas. É a fonte mais importante da qual nós, cientistas, dispomos, e usá-la corretamente é a coisa mais significativa que um cientista faz.

Com o ritmo acelerado de contágio da pandemia em território nacional, os laboratórios e governos de outros países continuam na corrida na busca da vacina. O jornal o *Tempo*, de Belo Horizonte, publicou em seu site que a Organização Mundial da Saúde divulgou

> que foram disponibilizados no final de maio de 2020, atualmente dez antivirais já estão em fase acelerada de testes, enquanto outros 114 estão em estudo, mas em estágio inicial de desenvolvimento (Qual a previsão, 2020, on-line).

Na corrida, o Brasil passa a ser a cobaia dos testes de vacinas conforme a divulgação da Revista Veja

> [...] a vacina para Covid-19 desenvolvida pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, será testada em brasileiros. A análise terá apoio do Ministério da Saúde e começa ainda neste mês. Serão 2.000 voluntários ao todo, no Rio de Janeiro e em São Paulo. O Brasil fará parte do plano global de desenvolvimento da vacina e é o primeiro país, fora o Reino Unido, a ter acesso ao antídoto (Coronavírus, 2020, on-line).

A ciência é fundamental para o enfrentamento das pandemias, mesmo que ainda exista uma luta externa através da negação, mas o tempo é fundamental para mostrar muito mais sobre os modos de combate.

Pandemia

O que é pandemia? No dia 11 de março, de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que a pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. Comparado à gripe, uma epidemia é uma propagação de vírus em dois ou mais continentes com transmissão mútua de pessoa para pessoa. Sabemos pela história que tivemos outras pandemias, como a peste bubônica ou peste negra, varíola, cólera, a gripe espanhola e não muito forte entre nós a gripe suína – H1N1. Todas elas com suas particularidades. O contágio do Coronavírus ocorre por meio das gotículas respiratórias ou em contato com uma superfície contaminada e os sintomas são de uma gripe: febre, tosse, dor de garganta, calafrio e dor no corpo. Para Harari (2020a, n. p.), é importante manter a quarentena e o toque de recolher são essenciais para interromper a propagação da epidemia.

O isolamento horizontal no Brasil foi a maneira que as autoridades encontraram para erradicar o Coronavírus do território nacional. Porém, os negacionistas criaram muitas discussões, apoiados pelo presidente, mais as falácias de teorias da conspiração, de quem fica ou de quem sai às ruas, contrariando a história e a ciência. Harari (2020a, n. p.) afirma que hoje, “a humanidade enfrenta uma crise aguda não apenas por causa do Coronavírus, mas também pela falta de confiança entre os seres humanos”.

Em relação ao combate ao novo coronavírus, o que fez o Brasil ser diferente do Uruguai e dos países escandinavos, chegando na marca de 20 mil mortos pela Covid-19? No mês de maio de 2020, assumiu a terceira colocação no ranking dos infectados, com o número já expressivo de 312,074 mil pessoas, próximo de ultrapassar a Rússia, que estava no segundo lugar com o número de infectados em 326,448 mil. A diferença entre esses dois países é de 14 mil pessoas, causando preocupação à população brasileira. O Brasil poderá perder muitas vidas nas próximas horas, nos próximos dias e nos próximos meses.

Até agora, o governo brasileiro não encontrou uma forma ou não tem um plano para enfrentar a pandemia. Em meio à turbulência, as questões políticas e econômicas atrapalham no combate. Não se sabe ainda quais as medidas necessárias para vencer o novo coronavírus, mas as orientações da OMS de isolamento horizontal seguem em vigor.

O Uruguai, país vizinho de fronteira, ao sul do Brasil, no mesmo mês de maio, teve 749 uruguaios contaminados, com 20 mortes e o total de recuperados de 594 pessoas. O governo uruguaio adotou a medida de fechar as fronteiras, suspendeu as aulas e não proibiu os seus cidadãos de saírem de casa, mas tratou de respeitar um único propósito: o uso de máscaras, o lavar bem as mãos, manter o distanciamento e evitar as aglomerações.

O modelo sugerido pelos 30% da população orquestrada por Osmar Terra é a imunização de rebanho, quanto mais pessoas se contaminarem, mais rápido será para adquirir os anticorpos, medida adotada pela Suécia que tem aproximadamente 32 mil infectados, com 3.925 mortos e 4.971 recuperados, sendo o maior em número de mortes entre os escandinavos. Com essas intenções, tanto a Suécia, quanto o Brasil, parecem não entender que estamos enfrentando uma pandemia. Trabalhar a consciência nesses casos é importante e Harari (2020a, n. p.) demonstra preocupação: "[...] as pessoas precisam compreender sobre a natureza das epidemias talvez seja que sua propagação em qualquer país põe em risco toda espécie humana".

Há muitas situações complexas e negativas no Brasil, tais como a precariedade no atendimento do SUS, mais os desvios de corrupção em hospitais de emergência. Mesmo que se incluíssem os leitos em hospitais particulares para o atendimento geral da população, não seria o suficiente para atender os infectados. Não bastasse isso, ainda há o apoio dos negacionistas para que as pessoas não usem máscaras. Portanto, mesmo diante dos fatos, um ser humano pode causar estrago, Harari (2020a, n. p.) demostra a importância de se entender

> como um único indivíduo pode hospedar trilhões de partículas virais que se replicam o tempo todo, cada pessoa infectada oferta ao vírus trilhões de novas oportunidades para se adaptar melhor aos humanos.

Além da preocupação, tem a diferença na dimensão geográfica e cultural entre os países vizinhos do Brasil. Além da comparação sociocultural e geográfica, tem a questão econômica da Suécia, que está mais preparada do que a brasileira. No entanto, continuamos as nos perguntar: quem vencerá o Coronavírus no Brasil, a ciência ou a ignorância?

Conclusão

Diante desse contexto, a ignorância intencionada pode causar sérios danos para uma sociedade ou quem sabe até mesmo um alívio para o planeta, em relação a uma hipotética extinção da raça humana, quando não se sabe o real enfrentamento da Covid-19. O que, para os animais, é voltar a viver em seu habitat sem a intervenção dos humanos.

O presidente da república se mostrou despreparado em relação ao combate ao vírus, pois suas falas demonstram que ignora a letalidade, sendo, assim, ele é o motivador dos espalhadores da peste. Por exemplo, quando declarou ao repórter Daniel Carvalho, da Folha de São Paulo: “Já peguei 20 vezes este vírus, talvez, ou ele não quer papo comigo” (CARVALHO, 2020, on-line). Nesse momento, o Brasil registrava 555.383 casos confirmados e 31.199 mortes. Tudo isso, ironicamente, parece até uma “profecia” de Bolsonaro, quando ele mesmo, no início de sua carreira política, disse que morreriam 30 mil pessoas em guerra civil.

A inteligência da ignorância ou a ignorância consciente dá fluidez para que a ciência corra atrás do que realmente precisa. Achar o antídoto que vença a covid-19. Mesmo que muitos não concordem com o governo brasileiro de colocar a sua população como a primeira a testar a vacina, temos que sempre torcer para o que pode dar certo, para, assim, acharmos a luz no fim do túnel em tempos sombrios.

Sobre a pandemia, a história indica que a proteção real vem da troca de informação científica confiável e da solidariedade global. Concordo com Harari (2020a, n. p.) que em uma cooperação global mais estreita, triunfaremos não apenas contra o Coronavírus, mas contra todos os patógenos futuros. Em uma quarentena de peste negra, Isaac Newton descobriu a gravidade, o que reforça que a ciência com certeza vencerá o novo Coronavírus, no seu tempo e não no tempo da economia ou de um governo despreparado.

Referências

CABRAL, Éderson. Os espalhadores da peste. In: GRISA, Gregório; DEMICHEI, Neudy (orgs.). **1º Reflete IFRS/ textos selecionados**. Bento Gonçalves: IFRS, 2020.

CARVALHO. Daniel. **Folha de São Paulo**, 03 de jun. 2020. Disponível em:< https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/ja-peguei-20-vezes-este-virus-talvez- HYPERLINK "https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/ja-peguei-20-vezes-este-virus-talvez-ou-ele-nao-quer-papo-comigo-diz-bolsonaro-sobre-covid-19.shtml"ou-ele-nao-quer-papo-comigo-diz-bolsonaro-sobre-covid-19.shtml>. Acesso em: 3 jun. 2020.

COLETTA, Ricardo Della. Em pronunciamento, Bolsonaro critica fechamento de escolas, ataca governadores e culpa mídia. **Folha de São Paulo**. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/em-pronunciamento-bolsonaro-critica-fechamento-de-escolas-ataca-governadores-e-culpa-midia.shtml>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Coronavírus: Brasil vai começar a testar vacina de Oxford para Covid-19. **Veja**, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/coronavirus-brasil-vai-comecar-a-testar-vacina-de-oxford-para-covid-19/>. Acesso em: 3 jun. 2020.

Fake news. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.c HYPERLINK "https://mundoeducacao.uol.com.br/curiosidades/fake-news.htm"o HYPERLINK "https://mundoeducacao.uol.com.br/curiosidades/fake-news.htm"m.br/curiosidades/fake-news.htm>. Acesso em 25 mai. 2020.

FIRESTEIN, Stuart. **Ignorância: Como Ela Impulsiona a Ciência**. São Paulo: Companhia Das Letras. 2019. Não paginado.

HARARI. Yuval Noah. **Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade**. Brasil. Companhia Das Letras. 2020a. (e-book). Não paginado.

_____. **Deutsche Welle Brasil**, 26 de abr. 2020b. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/yuval-noah-harari-maior-perigo-n%C3%A3o-%C3%A9-o-v%C3%ADrus-mas-%C3%B3dio-gan%C3%A2ncia-e-ignor%C3%A2ncia/a-53232884>. Acesso em abr. 2020. (Entrevista).

HAN. Byung-Chul. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemia. ASPO. 2020. (e-book).

LIMA E CAMPOS. Bruno de e Elisa. **Revista Época**, 25 de mai. 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/05/coronavirus-o-ritmo-de-contagio-no-brasil-estado-25-de-maio.html>. Acesso em: 26 mai. 2020

NITAHARA. Akemi. Formulário digital pesquisa subnotificação da Covid-19 no Rio. **Agência Brasil**, 18 mai. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/formulario-digital-pesquisa-subnotificacao-covid-no-rio> Acesso em: 2 mai. 2020.

SALDAÑA. Paulo. **Site Folha de São Paulo**: Coronavírus [20 de abril, 2020] Internet. Disponível em < https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/nao-sou-coveiro-diz-bolsonaro-sobre-qual-seria-numero-aceitavel-de-mortes-por-coronavirus.shtml > Acesso em mai. 2020.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina. 2020.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. **Discurso Sobre as Ciências e as Artes**. Brasil. Edipro. 2018. E-book. Não paginado.

Qual a previsão para a vacina de Covid-19 ao redor do mundo? **O tempo**, 3 mai. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/coronavirus/qual-a-previsao-para-a-vacina-de-covid-19-ao-redor-do-mundo-1.2345194>. Acesso em: 3 mai. 2020.

THOMAS. Jennifer Ann. **Revista Veja**, 16 de abr. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/cientistas-criticam-governo-bolsonaro-em-carta-na-revista-science/>. Acesso em: 2 mai. 2020

Como gerenciar a felicidade organizacional em tempos de pandemia?

Rosana de Oliveira Freitas Sacchet

Introdução

Este manuscrito propõe uma reflexão sobre a gestão da felicidade organizacional, fundamentada no indicador de Felicidade Interna Bruta (FIB), observando sua contribuição como indicador de desempenho, especialmente em momentos críticos.

A pandemia mundial causada pela dispersão da Covid-19 obrigou muitos países a adotarem a quarentena como medida de contenção do vírus. Pesquisas prévias indicam que pessoas submetidas a quarentenas desenvolvem sintomas psicológicos variados, principalmente, estresse, ansiedade e depressão, devido à privação social e ao confinamento (ZANON *et al.*, 2020). Pressman *et al.* (2005) constataram, em estudos relacionados a esse tema, perda da qualidade e eficiência do sono, assim como elevação de níveis de cortisol na corrente sanguínea. O *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC), dos Estados Unidos, indica que a quarentena pode trazer várias consequências, dentre as quais: ansiedade, medo, irritabilidade, mudanças no apetite, distúrbios no sono e aumento do consumo de álcool, tabaco e drogas ilícitas (CDC, 2020).

Moraes (2020) observa que o estresse decorrente da pandemia citada advém tanto da disseminação do vírus como de medidas que buscam minimizar seus danos. O autor relata cinco fatores: i) o medo de ser infectado ou não ter atendimento médico caso necessário; ii) o estresse causado pela diminuição da renda; iii) o estresse do confinamento; iv) o estresse provocado por informações conflitantes ou imprecisas sobre a pandemia e seu enfrentamento; e v) a ausência de uma estratégia de saída da crise. E acrescenta que este cenário também produz uma diminuição generalizada na quantidade de produtos e serviços ofertados e demandados, levando à diminuição dos níveis de renda e ao aumento do desemprego. Embora isso ocorra em toda a sociedade, alguns grupos são atingidos, proporcionalmente, mais do que outros.

Afora a crise econômica que se agrava nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde

verificou por meio de estudos que a excessiva urbanização e as alterações climáticas tornam mais prementes as pandemias e outros perigos ecológicos. Devemos então nos tornar aptos a essa realidade, em que as organizações, incluindo as empresariais, continuarão a estar naturalmente submetidas. Por isso, justifica-se como oportuno a reflexão quanto ao uso do FIB como indicador de desempenho, também em tempos de crise, bem como a apresentação de um método para gerenciá-lo.

Fundamentos sobre Felicidade e Gestão Estratégica

O FIB (Felicidade Interna Bruta) ou GNH (*Gross National Happiness*) é um indicador sistêmico desenvolvido no Butão, em 1972, proposto pelo rei butanês Jigme Singya Wangchuck. Desde então, com o apoio do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), estudos foram realizados visando colocar esse conceito em prática, atraindo a atenção do mundo sobre a nova fórmula para medir o progresso (URA e GALAY, 2004; PRIESNER, 1999). Ura *et al*. (2012) continuam evoluindo a pesquisa em torno dessa temática e compartilhando seus relevantes achados.

Em 2008 o presidente da França Nicolas Sarkozy, também passou a investir na criação de um indicador novo de desenvolvimento de modo a complementar o PIB (Produto Interno Bruto), por considerá-lo limitado a questão financeira. Para isso, criou uma Comissão para Medir Performance Econômica e Progresso Social, tendo a qualidade de vida, a sustentabilidade e o bem-estar como novo paradigma de desenvolvimento. Essa comissão foi formada por um grupo de pensadores e pesquisadores renomados, entre eles, cinco já laureados com o Prêmio Nobel: Kenneth Arrow, James Heckman, Daniel Kahneman, Joseph Stiglitz e Amartya Sem, conforme (STIGLITZ, SEN e FITOUSSI; 2010) e trouxeram contribuições relevantes que corroboram para a análise da felicidade enquanto bem-estar. O conceito de felicidade no sentido de bem-estar é senso comum nos estudos de Ostrom (1969); Diener, Suh, Lucas e Smith (1999); Kahneman, Diener e Shwarz (1999); Ryan e Deci (2001); Diener, Scollon & Lucas (2003).

Do ponto de vista mercadológico, Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010) apresentam o marketing 3.0: um novo marketing centrado no ser humano, tendo a lucratividade atrelada à responsabilidade social corporativa. Tachizawa (2015) confirma a valorização do humano nas organizações como vantagem competitiva, o que justifica a necessidade emergente de incluir a felicida-

de, seja como bem-estar ou FIB, como indicador de desempenho às empresas.

A importância em gerenciar a felicidade organizacional fundamenta-se no fato de que os indivíduos passam a maior parte de suas vidas no trabalho. Assim, não há como manter a produtividade de uma empresa sem pensar na qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores (TURISCO; KIRSCHNER; 2011).

Em especial, nos momentos de crise, Giustiano *et al*. (2018) observam o quanto a ausência de bem-estar pode influenciar o desempenho dos profissionais. Eles sugerem algumas recomendações aos líderes empresariais para tornar sua gestão mais eficaz. São elas: cultivar relações cooperativas com a equipe; procurar apoio social fora do contexto de trabalho – entre amigos e família, para enfrentar as adversidades com maior vigor e aconchego emocional; assumir suas vulnerabilidades – e solicitar ajuda; ser honesto; manter-se em forma física e psicológica; não se levar completamente a sério, e aproveitar os benefícios de uma vida relaxante e alegre. Os autores concluem que sempre existirão crises, na vida e nos negócios. E o que distingue os líderes eficazes não é a capacidade de evitá-las, e sim, como enfrentá-las.

É interessante observar que as recomendações dos autores supracitados para uma liderança eficaz em tempos de crise se enquadram nas diferentes dimensões que compõem FIB (Felicidade Interna Bruta), como indicador de desempenho nas organizações, em estudos de Sacchet *et al*. (2015), Sacchet *et al*. (2018). São pesquisas focadas na aplicabilidade do FIB com indicador de desempenho nas organizações.

Como gerenciar o FIB Organizacional

Desenvolver uma maneira para mensurar a felicidade organizacional, visando gerenciá-la foi o desafio que inspirou as pesquisas utilizadas como fonte de dados sobre a gestão da felicidade organizacional. O método sobre como medir e analisar o FIB, resultado de diversas pesquisas sob minha autoria, e que teve seu início no Pós-Doutorado em 2014, sob a supervisão do Prof. Dr. Walter Nique, na Escola de Administração da UFRGS, já contabiliza seis anos de estudos.

A métrica é realizada a partir de um questionário com base nas dimensões de bem-estar e do FIB propostas, respectivamente, por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) e Ura *et al*. (2012), que são expoentes nesse tema.

O Quadro 1 demonstra oito dimensões, o que cada uma representa, as quais geraram as perguntas relacionadas para sua avaliação.

Quadro 1: dimensões, conceitos e questões da pesquisa sobre felicidade organizacional

Dimensão	**O que é**
Bem-Estar Psicológico	Avalia a satisfação e o otimismo em relação a própria vida. Analisa autoestima, percepção de competência, stress e atividades espirituais.
Saúde	Mede padrões de comportamento que contribuem para manter a saúde.
Uso do Tempo	Mede a divisão que cada um faz no cotidiano com o tempo, incluindo desde o dedicado a atividades educacionais até o desperdiçado no trânsito.
Vitalidade Comunitária	Examina a sensação de acolhimento, vitalidade dos relacionamentos afetivos, segurança em casa e na comunidade e a prática de doação e voluntariado.
Educação & Cultura	Avalia o estudo formal e informal, envolve-se na educação dos filhos com os valores pessoais. Participa de eventos, oportunidades de desenvolvimento. Discrimina religião, raça ou gênero.
Meio Ambiente	Mede a percepção da qualidade dos recursos naturais como água, ar e áreas verdes. Ajuda a cuidar da natureza.
Governança	Analisa o grau de confiança relacionado às lideranças em geral, seja na empresa onde trabalha no governo. Atribuições de cidadania.
Padrão de Vida	Avalia renda, segurança financeira e nível de endividamento.

Fonte: desenvolvido pela pesquisadora com base em Stiglitz; Sen; Fitoussi (2010) e Ura *et al*. (2012).

Com base no Quadro 1, foi desenvolvida uma ferramenta para a coleta de dados visando medir as dimensões da felicidade. Um questionário acessível a pessoas de diferentes níveis de instrução que transforma cada uma das dimensões em quatro perguntas, traduzindo suas subjetividades em situações cotidianas.

Considerando a importância de otimizar a coleta de dados, optou-se por utilizar uma plataforma digital, na qual cada respondente tem acesso ao seu formulário de modo individual. Essa alternativa, na atual pandemia, garante ausência de contato humano, permitindo a realização da coleta de dados com segurança e agilidade, pois cada entrevistado pode acessá-lo de seu computador ou *smartphone*.

Os dados obtidos permitem ser analisados maneira detalhada, apresentando o diagnóstico da felicidade da organização e retratando individualmente cada um dos atributos que

compuseram as dimensões. Tais informações identificam claramente quais atributos estão aumentando o FIB e quais estão prejudicando de modo a tomar as medidas necessárias para gerenciar a felicidade na empresa.

Método para Diagnóstico do FIB Organizacional

Para atender ao objetivo de mensurar a felicidade organizacional, foi preciso elaborar e testar a aplicabilidade do instrumento de coleta de dados proposto para tal métrica. Para tanto, realizou-se uma pesquisa em duas etapas: a primeira exploratória qualitativa e a segunda descritiva quantitativa. Em marketing, a pesquisa exploratória tem por finalidade encontrar dados iniciais sobre um problema de pesquisa (MALHOTRA, 2001). Já a abordagem descritiva objetiva a descrição das características de determinado fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis existentes no estudo (NIQUE; LADEIRA; 2014).

A fase inicial da pesquisa, com enfoque exploratório qualitativo, visou a elaboração do questionário. O instrumento para medir a felicidade primeiramente compilou as ideias de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) e *Ura et al*. (2012), as quais propõe respectivamente oito e nove dimensões similares para analisar bem-estar e felicidade (FIB). São elas: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária, educação & cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida. Essas foram retratadas a partir perguntas, representando situações cotidianas, de forma que o entrevistado pudesse compreender e avaliar sem dificuldade. Após, foi solicitada a avaliação junto a três pesquisadores experientes, a fim de validar se as questões propostas estavam devidamente relacionadas às suas respectivas dimensões.

Para avaliar a presença das questões relativas ao bem-estar, o questionário utilizou a escala do diferencial semântico de Osgood & Tanenbaum, visando medir o grau de ocorrência dos fatos cotidianos distribuídos em 32 questões, sendo quatro destas, retratando cada uma das dimensões da felicidade e/ou bem-estar na vida dos entrevistados. A escala de Osgood & Tanenbaum é normalmente utilizada com cinco ou sete pontos, tendo objetivos opostos (NIQUE; LADEIRA, 2014). Neste caso, optou-se por uma escala intervalar de cinco pontos tendo por opostos as opções “nunca” e “sempre”.

Conforme já informado, anteriormente, o questionário apresenta 32 questões de forma

acessível a pessoas de diferentes níveis de instrução, pois transformou cada uma das oito dimensões da felicidade ou bem-estar em quatro perguntas, traduzindo suas subjetividades em situações cotidianas. O status de felicidade é medido a partir da pontuação total alcançada na soma das 32 questões do questionário, em que cada uma pode somar de 1 a 5 pontos.

Portanto, o índice de felicidade vai aumentando, proporcionalmente, conforme o nível de presença de cada questão na vida do entrevistado. O somatório total dos pontos obtidos pode alcançar 160 pontos. Conforme a pontuação de cada respondente, varia o status de felicidade.

O Quadro 2 apresenta como os 160 pontos do questionário foram distribuídos para representar os cinco status de felicidade.

Quadro 2: relação entre pontuação e status de felicidade

Somatório da Pontuação no Questionário	**Status de Felicidade**
0-32	Muito Infeliz
33-64	Infeliz
65-96	Satisfatório
97-128	Feliz
129-160	Muito Feliz

Fonte: desenvolvido pela pesquisadora.

Na fase quantitativa o estudo empregou a abordagem do tipo survey. Nique e Ladeira (2014) informam que o método quantitativo tem como característica o tratamento de dados por meio de técnicas estatísticas e dispõe de várias formas para encontrar dados primários.

Após tabulados os dados, realizou-se a análise da coerência interna do instrumento de coleta, através do alfa de Cronbach[1], a qual se confirmou pelo valor de 0,852.

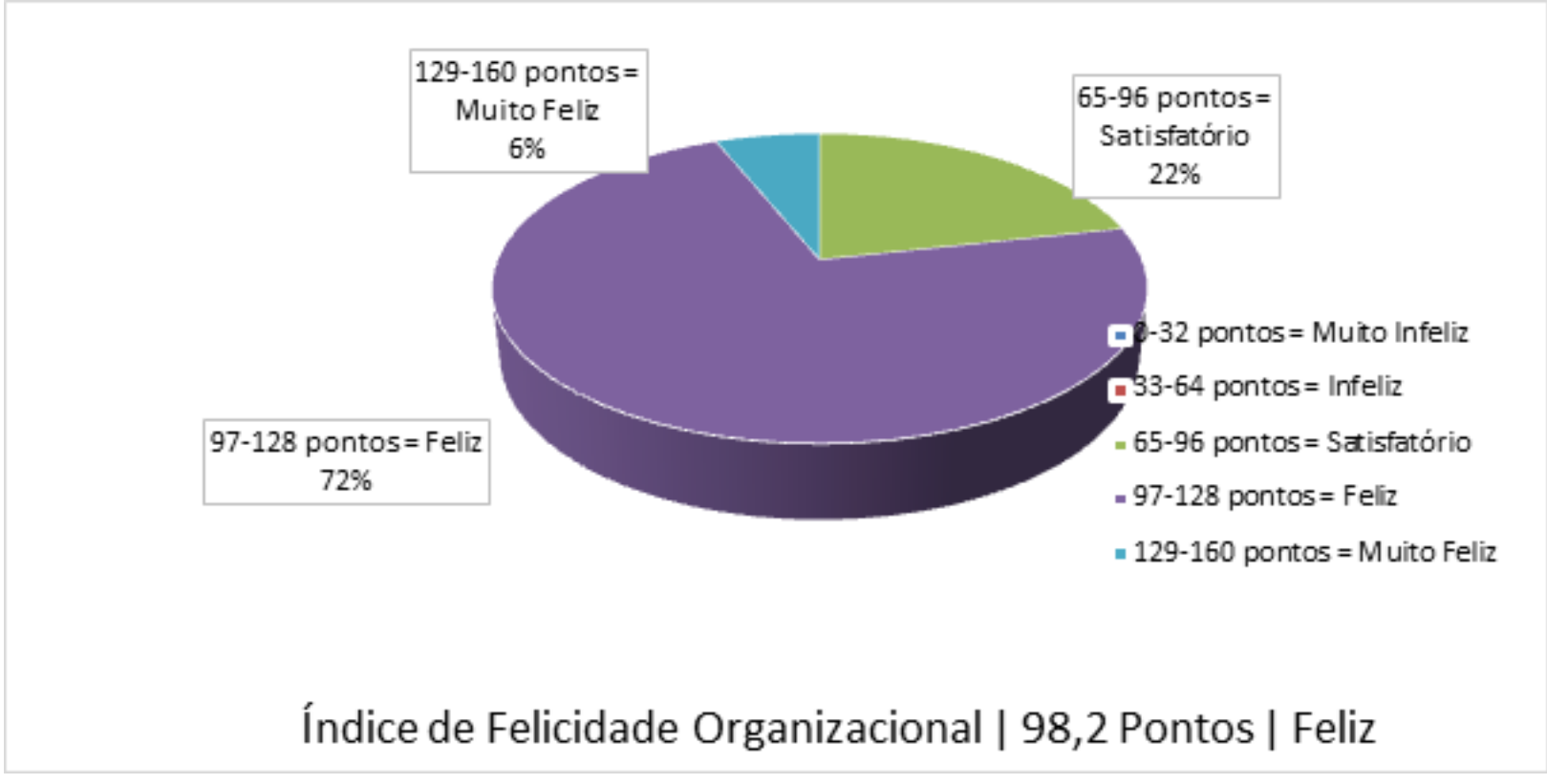
Apresentação do Diagnóstico FIB Organizacional

Esta é uma breve demonstração do perfil de informações que se pode obter com o Diagnóstico do FIB organizacional como ferramenta de gestão, retratado a partir de uma amostra com

1 O coeficiente alfa de Cronbach é um método utilizado para avaliar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa.

65 entrevistados, frente a uma população de 98 empregados contratados na época da coleta de dados caracterizando uma amostragem por conveniência.

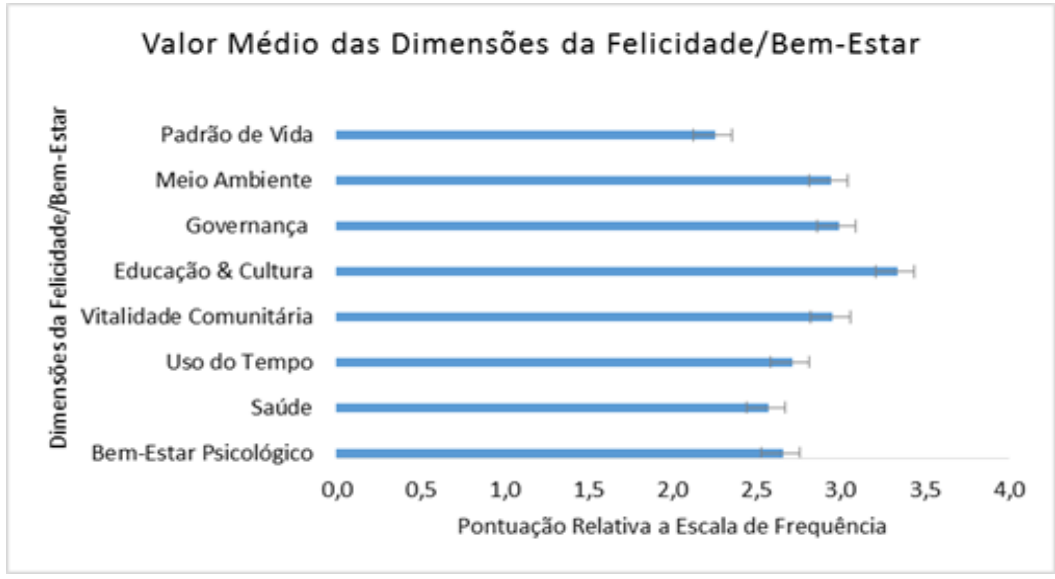
Figura 1: gráfico demonstrativo da felicidade organizacional



Fonte: coleta de dados da pesquisa

Conforme o gráfico apresentado, o índice de Felicidade da Empresa em análise foi de 98,2 pontos, o que lhe confere o status de feliz. Porém é possível verificar no grupo que 22% da amostra corresponde ao status satisfatório de FIB, enquanto os demais estão com níveis mais elevados: Feliz (72%) e Muito Feliz (6%).

Figura 2: demonstrativo das médias relativas a cada dimensão da felicidade organizacional



Fonte: coleta de dados da pesquisa

Nesta organização, a dimensão Educação & Cultura obteve a maior média em pontuação relativa à felicidade, enquanto Padrão de Vida apresentou a menor média.

Em uma análise mais detalhada, sugere-se oferecer à equipe algum aprendizado sobre gestão de despesas pessoais, já que a menor média apresentada destacou a variável 'consegue poupar', na dimensão Padrão de Vida. Também é oportuno empreender uma campanha motivacional, evidenciando o 'respeito a diversidade', que foi a maior média entre todas as questões, situada na dimensão Educação & Cultura. Cada uma das dimensões é formada por quatro variáveis, o que permite identificar o que de fato está influenciando, favoravelmente, e, negativamente, o bem-estar de maior parte da equipe.

Conclusões e recomendações

Este manuscrito atendeu ao objetivo de propor uma reflexão sobre gestão da felicidade em tempos de pandemia. Demonstrou a possibilidade de métrica para o FIB Organizacional por meio de uma pesquisa aplicada em uma instituição com uma amostra de 64 entrevistados dentre os 96 empregados. Descreveu como foi elaborado um instrumento próprio para a coleta de dados com base oito dimensões, de modo que os respondentes fossem capazes de gerar dados para a avaliação de sua felicidade de forma indireta. E comprovou que o questionário proposto demonstra consistência interna adequada, com Alpha de Cronbach de 0,852, o que denota confiabilidade dos dados obtidos para tal métrica.

A análise demonstrou como as dimensões com maior e menor grau de felicidade permitem orientar ações de modo a contribuir com o bem-estar dos profissionais e, por consequência, à felicidade organizacional. Tais informações podem ser úteis ao motivar ações mais assertivas para gestão estratégica de pessoas, de marketing e de comunicação, a partir da identificação de argumentos realmente persuasivos em função de sua pertinência com a realidade do público interno da instituição. O engajamento dos colaboradores é um desafio às lideranças empresariais especialmente em momentos de crise (GIUSTIANO *et al.*, 2018), isso se aplica a pandemia que enfrentamos.

Conforme Leonard (2008), a ciência da felicidade ainda está em estágio inicial, um cam-

po em construção. Do ponto de vista acadêmico esta pesquisa contribui ao demonstrar o quanto a felicidade pode ser útil para a produtividade e sustentabilidade organizacional, alicerçada na relevância do fator humano como elemento estratégico, o que justifica o empenho em investir na felicidade como indicador de desempenho, seja qual for o cenário.

Cabe destacar, como limitação da pesquisa, que o instrumento para medir a felicidade organizacional foi resultado de uma pesquisa exploratória qualitativa e testado em oito empresas do setor de serviços. Recomenda-se que sua aplicabilidade seja realizada em diferentes perfis organizacionais para a identificação de possíveis ajustes visando sua natural evolução.

O estudo em questão trata-se de um avanço módico rumo a ousada intenção de compreender a felicidade nas organizações. Por sua natureza exploratória naturalmente os resultados apresentados são isentos de pretensões conclusivas, pois existe um longo caminho a percorrer com vistas a medir e quiçá gerenciar de fato a felicidade e suas infinitas subjetividades.

Referências

CDC – CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Taking Care of Your Emotional Health. **CDC**, 2020. Disponível em: <https://emergency.cdc.gov/coping/selfcare.asp>.Acesso em 12/05/2020.

DEINER, Ed et al. Subjective well-being: Three decades of progress. **Psychological Bulletin**, v. 125, n. 2, p. 276-302, 1999.

DIENER, Ed; SCOLLON, Christie Napa; LUCAS, Richard E. The evolving concept of subjective well-being: The multifaceted nature of happiness. **Advances in cell aging and gerontology**, v. 15, p. 187-219, 2003.

GIUSTINIANO, L.; CLEGG, S. R.; CUNHA, M. P.; REGO, A. (Eds.). (2018). **Introduction to theories of organizational resilience**. Edward Elgar Publishing.

KAHNEMAN, Daniel; DIENER, Edward; SCHWARZ, Norbert (Ed.). Well-being: Foundations of hedonic psychology. **Russell Sage Foundation**, 1999.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0**: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Elsevier, 2010.

LEONARD, Thomas C. Richard H. Thaler, Cass R. Sunstein, **Nudge**: Improving decisions about health, wealth, and happiness. Constitutional Political Economy, v. 19, n. 4, p. 356-360, 2008.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de Marketing**: Uma Orientação Aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **Prevenindo conflitos sociais violentos em tempos de pandemia**: garantia da renda, manutenção da saúde mental e comunicação efetiva. 2020.

NIQUE W. E LADEIRA W. **Pesquisa de Marketing**: Uma orientação para o mercado brasileiro. São Paulo: Atlas, 2014

OSTROM, Thomas M. The relationship between the affective, behavioral, and cognitive components of attitude. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 5, n. 1, p. 12-30, 1969.

PRESSMAN, Sarah D. et al. Loneliness, Social Network Size, and Immune Response to Influenza Vaccination in College Freshmen. **Health Psychology**, 24(3): 297, 2005.

PRIESNER, Stefan. **Gross national happiness–Bhutan's vision of development and its challenges.Indigeneity and universality in social science**: a South Asian response, p. 212-233, 1999.

RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well-being. **Annual review of psychology**, v. 52, n. 1, p. 141-166, 2001.

SACCHET, R.O.F., NIQUE W.M., ROCHA C.F.P., VERNER L.A. Felicidade organizacional: uma informação estratégica para gestão. **V Congresso IFBAE**, 2015.

SACCHET, R.O.F.; NIQUE W.M.; ROCHA C.F.P.; GEDES A.F.; GUDOLLE L.S. Existem valores pessoais associados à felicidade nas organi-

zações? **Anais X Seminário de Pesquisa da Estácio**. Rio de Janeiro, 2018.
STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya K.; FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress**. Paris: Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2010.
STIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya K.; FITOUSSI, Jean-Paul. **The measurement of economic performance and social progress revisited**: reflections and overview. 2009.
TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão com pessoas**: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. Editora FGV, 2015.
TURISCO, Fabiane Luisi; KIRSCHNER, Ana Maria. A sociologia da empresa e o fib empresarial. **Revista Gestão Organizacional**, v. 4, n. 2, p. 155-163, 2011.
URA, Karma et al. **An extensive analysis of GNH index**. 2012.
URA, Karma; GALAY, Karma. **Gross national happiness and development**. Thimpu: The Centre for Buthan Studies, 2004.
ZANON, Cristian et al. **COVID-19**: Implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia. 2020.

Povos Indígenas no Brasil e o Direito à Saúde: os efeitos da pandemia no contexto indígena, um sobrevoo

Douglas Jacinto da Rosa
Íris Pereira Guedes

Introdução

Em decorrência das intensas mobilizações dos povos indígenas, assim como de movimentos sociais de diversos segmentos da sociedade civil, aos quais o intelectual indígena Ailton Krenak chamou de momento luminoso de nossa história republicana (KRENAK, 2014), o proceso da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, culminou na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 (CRFB/88).

O novo paradigma constitucional que rompeu com séculos de políticas indigenistas marcadamente orientadas por vieses assimilacionistas e tutelares, também possibilitou a internalização de tratados internacionais que dispõem sobre a proteção dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas e recepcionou demandas históricas, a dizer: a pauta pela demarcação das terras indígenas , o direito à educação diferenciada e o direito à saúde de acordo com as especificidades de cada povo , no bojo da autodeterminação.

O presente estudo visa explanar sobre essas mudanças paradigmáticas, em específico quanto ao direito indígena à saúde, no âmbito nacional e internacional; buscando também analisar como se dá parte da estrutura operacional da política indigenista de saúde. Ao considerar a gravidade do atual contexto que tem assolado o país e os povos indígenas pela instauração da pandemia decorrente do SARS-CoV-2, vírus que causa a doença Covid-19, serão analisadas quais medidas o Poder Público tem tomado e em que grau essas dialogam, ou não, com as condições específicas dos povos indígenas . Ainda, serão analisados os dados referentes ao número de pessoas infectadas em seus territórios, fornecidos tanto pelos órgãos governamentais responsáveis, quanto por organizações indígenas e indigenistas.

Os resultados obtidos são parciais, tendo em vista que o espaço temporal de fecha-

mento da presente sistematização ainda se enquadra dentro do período crítico de pandemia por Covid-19. Porém, é possível adiantar uma das conclusões do trabalho: a de que a compreensão das políticas de saúde para os povos indígenas no Brasil é indissociável do reconhecimento das relações entre o Estado brasileiro, em sentido amplo, e as populações originárias. A compreensão dessas relações e dos seus desdobramentos é o fio condutor para análises mais complexas dos encontros e desencontros entre alteridades ontologicamente diversas.

O Direito à saúde dos povos indígenas no Brasil: luta, positivação e desafios

O texto constitucional preceitua o reconhecimento do caráter pluriétnico da sociedade brasileira, os direitos originários dos Povos indígenas às terras tradicionalmente ocupadas, seus usos, costumes, línguas e organização social (artigo 231), assim como o reconhecimento da plena capacidade civil, inclusive para ingressar em juízo em seu favor e de sua comunidade (artigo 232). A positivação do direito à diferença se soma aos demais direitos fundamentais e princípios basilares constitucionais, a exemplo do artigo 5°, que dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e do artigo 6°, que, por sua vez, garante direitos sociais, dentre os quais, o direito à saúde. A saúde passa a ser, então, um direito de todos e dever do Estado, o qual deve garanti-lo “mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (artigo 196, CRFB/88).

A Constituição Federal (1988) também garante que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata” (artigo 5º, § 1º, da CRFB/88), o que importa dizer que não carecem da concretização legislativa para que sejam efetivadas. Ademais, nas palavras do jurista e professor Ingo Sarlet (2007): “parece elementar que uma ordem jurídica constitucional que protege o direito à vida e assegura o direito à integridade física e corporal, evidentemente também protege o direito à saúde”, pois “onde esta não existe e não é assegurada, resta esvaziada a proteção prevista para a vida e integridade física” (SARLET, 2007, p. 2-3).

A partir da previsão constitucional, é publicada a Lei n° 8.080 de 1990 que regulamentou o Sistema Único de Saúde (SUS), determinando as condições para a promoção, proteção e recu-

peração da saúde, assim como, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dando outras providências (BRASIL, 1990). O SUS é então definido como "o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público" (BRASIL, 1990a, artigo 4°).

Importante ressaltar que no texto original da Lei n° 8.080 não havia menção à prestação dos serviços de saúde aos povos indígenas , portanto, essa não era assegurada pelo Sistema Único de Saúde, cabendo à Fundação Serviços de Saúde Pública prestar a assistência de forma articulada com a Fundação Nacional do Índio (BRASIL, 1991a), até que, posteriormente, fosse instituída a Fundação Nacional de Saúde (BRASIL, 1991b).

A jurista Thaís Recoba ressalta que a atuação dos povos indígenas desde 1986, especificamente a partir da I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, e, portanto, antecedendo ao processo da Constituinte em 1987, foi marco decisivo para a propositura da universalização do direito à saúde ao mesmo tempo em que fosse assegurada a prestação específica e diferenciada, envolvendo "as comunidades indígenas em todas as etapas da política de saúde" (RECOBA, 2015, p. 50).

Em 1997, diante das omissões do Governo Federal em implementar uma política adequada de saúde, foram realizadas novas mobilizações das organizações indígenas com o acionamento do Ministério Público Federal para que se manifestasse a respeito. Em novembro do mesmo ano, em audiência pública para tratar da temática, concluiu-se que em decorrência dos avanços constitucionais a responsabilidade "pela atenção à saúde indígena era do Ministério da Saúde no âmbito federal, e que a recusa das instituições ligadas ao SUS em prestar esta assistência configurava ato ilícito passível de ser confrontado nas vias competentes" (CIMI, 2013, p. 11).

Devido ao aumento das pressões, foi editado o Decreto n° 3.156 (BRASIL, 1999a), estabelecendo que a saúde indígena seria prestada no âmbito do SUS. Em ato decorrente, aprovou-se a Lei n° 9.836 (BRASIL, 1999b), também conhecida como "Lei Arouca", que acrescentou o Capítulo V à Lei 8.080 de 1990 e instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena como um componente do SUS (SASI-SUS), seguindo "diretrizes aprovadas na II Conferência Nacional de Saúde Indígena, que estavam engavetadas no Congresso Nacional desde 1994" (CIMI, 2013, p. 11). Assim como o SUS, o Subsistema deverá ser descentralizado, hierarquizado e regionalizado (BRASIL, 1990, artigo

19-G), tendo como base os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), criados pela Portaria 852 de 1999, como forma de aproximar as demandas dos povos indígenas ao órgão governamental.

O funcionamento do Subsistema deve ocorrer de forma integrada, cabendo à União, Estados e Municípios a função de financiá-lo (BRASIL, 1990, artigo 19-E). Ainda, conforme o artigo 19-D, cabe ao SUS promover "a articulação do Subsistema [...] com os órgãos responsáveis pela Política Indígena do País" (BRASIL, 1990), uma vez que deve-se "obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global", contemplando os aspectos como saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras e educação sanitária (BRASIL, 1990, artigo 19-F).

O movimento indígena permaneceu tensionando para que "a gestão da saúde indígena passasse às mãos de uma secretaria específica, diretamente vinculada ao Ministério da Saúde – demanda que foi atendida pela presidência da República no ano de 2010" (ISA. s.d), com a publicação da Lei nº 12.314 (BRASIL, 2010) que autorizou a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), substituindo a atuação da Fundação Nacional de Saúde. O órgão passou a ser responsável pelo processo de gestão do Subsistema e também a coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), instituída em 2002, desenvolvendo "ações de atenção integral à saúde indígena e educação em saúde, [...] observando as práticas de saúde tradicionais e realizando ações de saneamento e edificações de saúde indígena" (inserido pela Lei nº 9.795 de 2019, artigo 40).

Ainda na esfera jurídico-normativa, é importante ressaltar que o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais que versam sobre a proteção do direito à saúde e que são direcionados aos povos indígenas . A Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) garante que o direito à saúde deverá ser uma das prioridades nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões em que estão inseridos, e que para tanto deverá contar com a participação dos povos interessados na "formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente", incluindo melhoria das condições de vida e do nível de saúde (OIT, 1989, artigo 7°). Aos Estados, cabe a adoção de medidas de acordo com as tradições e culturas dos povos inte-

ressados, a fim de lhes proporcionar seus direitos no que se refere à saúde e aos demais direitos derivados da Convenção, promovendo traduções escritas e utilizando os meios de comunicação de massa nas línguas maternas (OIT, 1989, artigos 25 e 30).

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007), por sua vez, destaca a fundamentalidade do direito de todos os povos à autodeterminação, o qual é requisito para o livre desenvolvimento de acordo com seus usos e costumes, e reflete o disposto na Carta das Nações Unidas, no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, assim como na Declaração e no Programa de Ação de Viena. Em seus artigos 21, 23, 24 e 29, a Declaração estipula que os povos indígenas têm direito, livres de qualquer discriminação, à melhora de suas condições econômicas e sociais, especialmente em áreas como a da saúde, sendo incluída a sua participação na elaboração de prioridades e estratégias para o exercício dos seus direitos; cabendo ao Estado signatário adotar medidas eficazes e medidas especiais para assegurar tal melhoria contínua. Também é assegurado o direito dos povos indígenas ao uso de seus medicamentos e de práticas tradicionais, assim como, de terem acesso a todos os serviços sociais e de saúde (ONU, 2007, artigo 24).

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, em seu artigo 12, dispõe ser “direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível possível de saúde física e mental”, sendo de responsabilidade dos Estados Partes atuarem inclusive na prevenção e tratamento de doenças epidêmicas, endêmicas, profissionais e outras, (BRASIL, 1992); já a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial assegura o direito à saúde pública como um direito social, cabendo ao Estado Parte garantir tal direito em igualdade de condições perante a lei, sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica (BRASIL, 1969, artigo 5°, alínea “e”).

Como podemos perceber, a partir das lutas dos povos indígenas em busca da efetivação do direito à saúde universal, atendendo às especificidades de cada povo , o Estado brasileiro promoveu alterações legislativas que se adequassem às demandas, bem como se responsabilizou perante a comunidade internacional. No entanto, as organizações e o movimento social indígena têm apontado negligências, omissões, atos contraditórios e prejudiciais perpetrados pelo atual governo, sinalizando para a possibilidade de instauração de crimes e de violações de direitos.

Povos indígenas no contexto da pandemia, uma aproximação

A primeira notificação de contágio por Covid-19 ocorreu na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China no final do ano de 2019. A doença se espalhou rapidamente e logo atingiu proporções continentais, sendo caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia em 11 de março de 2020 (OPAS, 2020).

No Brasil, o primeiro caso noticiado de Covid-19 ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo, tendo evoluído para 614.941 casos, com estimativa de taxas de letalidade de 5,5 % até a data de fechamento do presente estudo, em 05 de junho de 2020 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020a). Devido ao alto grau de contágio, em apenas quatro meses desde a data da primeira notificação, todos os estados do país confirmaram casos da doença.

No que se refere aos povos , embora a subnotificação seja uma possibilidade, o primeiro caso de contágio por Covid-19 noticiado na data de 01 de abril de 2020 t rata de uma jovem de 20 anos do Povo Kokama no Amazonas, que atua va como Agente Indígena de Saúde e fora contagiada após contato com o médico da equipe multidisciplinar infectado (Agência Brasil, 2020). Por sua vez, o primeiro óbito noticiado entre os povos indígenas data de 09 de abril de 2020. Trata de um jovem de apenas 15 anos de idade do Povo Yanomami em Roraima (EL PAÍS, 2020).

De acordo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), foram registrados 1.737 casos confirmados entre os povos indígenas, acarretando em 70 óbitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020b). No entanto, dados distintos têm sido apresentados por organizações indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)[1], que em seu levantamento apontou o total de 2.390 casos confirmados e 236 óbitos, atingindo 93 povos , chegando a uma taxa de letalidade de 9,7% entre os povos indígenas (QUARENTENA INDÍGENA, 2020).

Em 20 de março de 2020, a APIB, por meio de nota, reivindicou um Plano de Ações Emergenciais por parte do Estado brasileiro (APIB, 2020b). A nota foi categórica ao requerer ações específicas e imediatas para a prevenção à infecção e propagação da pandemia que se espalhava rapidamente no Brasil. A condição atual dos povos indígenas , como segmento vulnerável – historicamente construído – e o perfil epidemiológico afetado drasticamente ao longo dos anos diante de epidemias e doenças infectocontagiosas, confere o tom das preocupações das lideranças, pesquisadores e indigenistas. Cabe destacar que a reivindicação da APIB está em consonância com o

ordenamento jurídico contemporâneo sobre os direitos indígenas, em referência especial aqueles expressos nas diretrizes da Política Nacional de Saúde Indígena (PNASPI) (2002).

A APIB também tem sinalizado para as subnotificações de casos, a falta de testagem, assim como a não contabilização de contágios e óbitos de indígenas que vivem em contexto urbano, o que pode indicar a existência de um número ainda maior de casos. No que se refere aos coletivos indígenas em contexto urbano, "além de sofrerem com o descaso no atendimento, são vítimas de racismo institucional por parte da SESAI" (APIB, 2020a). O discurso institucional ganha, então, roupagens dicotômicas associadas a visão colonial e de senso comum de indígenas aldeados e não aldeados.

Esse tema já longamente debatido e superado no movimento social indígena tem referência normativa na própria Constituição. Ou seja, no que tange aos povos indígenas , a Constituição Federal (1988) tanto ampara (em nome do pluralismo enquanto respeito à diversidade) a atenção específica e diferenciada em saúde, quanto reconhece (em nome do princípio da igualdade) o seu direito de acesso aos serviços de saúde universal. Trata-se aqui tanto do direito à igualdade, quanto do direito à diferença como princípios fundamentais, independente dos contextos fundiário e territorial.

Organizações indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), têm sinalizado que a atual situação de contágio pela Covid-19 entre os povos indígenas e o descaso por parte do Governo Federal devem ensejar a atenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)[2]. De acordo com o CIMI, não bastam medidas pontuais e isolada; a histórica restrição de acesso às diferentes políticas públicas resultou em contextos estruturalmente precários, dificultando a efetivação da PNASPI (2002). Dentre as condições para tal efetivação, tem-se a necessidade de criação de uma rede de serviços nas comunidades, de forma a superar as deficiências das estruturas físicas, logísticas, de cobertura, acesso e recepção plena do SUS para os povos indíge-

[1] A APIB é uma organização que representa os povos indígenas no Brasil, conforme artigo 231 da CRFB/88, formada por representantes de organizações indígenas das cinco regiões do país: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Conselho do Povo Terena, Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL); Grande Assembléia do Povo Guarani (ATY GUASU); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); e, Comissão Guarani Yvyrupa. Ademais das informações coletadas junto às organizações indígenas, a APIB também se utiliza de dados da SESAI.

[2] O Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, portanto, pode ser denunciado perante à CIDH e se submete ao caráter jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos, podendo ser responsabilizado internacionalmente pelas ações ou omissões que violem os direitos dos povos indígenas (Decreto Legislativo n° 89, de 03 de dezembro de 1998).

nas (PNASPI, 2002).

Essas condicionantes estão em diferentes estágios nos diferentes contextos territoriais no Brasil, revelando casos complexos que vão do atendimento médico irregular à falta de saneamento básico nas aldeias e de acesso à água potável. Da falta de Equipamentos de Proteção Individual para as equipes multidisciplinares nas aldeias à insuficiente estrutura organizacional dos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (Dseis) cuja atribuição de atenção básica não lhe confere condições de alta complexidade, de modo que respiradores e leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) não estão imediatamente disponíveis à população indígena, sendo compartilhada com a população regional por meio do SUS, já bastante sobrecarregado. Existem contextos indígenas no Brasil, em especial na Amazônia Legal, em que o leito de UTI mais próximo pode estar à mais de 1.000 quilômetros de distância (INFOAMAZONIA, 2020).

Ademais, faz o contorno da incipiente política indigenista de saúde a falta de políticas públicas socioambientais consistentes que avancem na direção da soberania alimentar e nutricional, de fomento à autossuficiência indígena, especialmente em territórios indígenas não plenamente regularizados (CIMI, 2020). O CIMI menciona ainda, que apesar das medidas protetivas de isolamento social e barreiras sanitárias organizadas pelas lideranças indígenas e suas comunidades, o Ministério da Saúde ainda não apresentou um planejamento de combate contra o coronavírus nas aldeias, como, por exemplo, o atendimento às demandas de construção de hospitais de campanha e de testagens ampliadas (CIMI, 2020).

O organismo também destaca a gravidade do baixo investimento financeiro, considerando que apenas 33% das verbas emergenciais destinadas ao combate da Covid-19 foram aplicadas nas aldeias até o final do mês de maio de 2020, além da omissão por parte dos órgãos responsáveis sobre as queimadas e invasões nas terras indígenas, principalmente por madeireiros e garimpeiros[3], que aumentam a exposição de comunidades indígenas em isolamento e pessoas não indígenas, potencialmente vetores de contaminação (CIMI, 2020).

Além desses desafios, referimos medidas oriundas dos Poderes Legislativo e Executivo, como o Projeto de Lei (PL) n° 2633/2020, que estabelece critérios simplificadores para a regularização fundiária de imóveis de até seis módulos, sem a necessidade prévia para a comprovação de

[3] De acordo com o CIMI: “Na Terra Indígena Yanomami, estimativas do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye’kwana dão conta de que 20 mil garimpeiros seguem operando lavras ilegais no interior do território, sendo hoje os principais vetores da doença entre a população indígena que ainda conta com grupos em situação de isolamento voluntário e secularmente alvo de epidemias levadas de forma deliberada por invasores” (CIMI, 2020b).

ocupação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020), e a Instrução Normativa n° 09 expedida pela FUNAI, que permite que o órgão certifique limites de imóveis "e até mesmo de posses (ocupações sem escritura pública)", dispondo que estas "não se sobrepõem apenas em relação a Terras Indígenas (TIs) homologadas por decreto do Presidente da República" (APIB, 2020c), afetando negativamente os 245 processos de regularização em curso (FUNAI, s.d.) e de mobilizações e reflexões coletivas de luta pela terra que não estão regularizadas completamente.

Observando que ambas as medidas foram expedidas no contexto de pandemia, talvez o momento de maior desafio aos povos originários nos últimos anos, essas intencionalidades desvelam-se como a face do que o pesquisador Silvio Luiz de Almeida apresenta como racismo estrutural, presente em nossas instituições cuja hermenêutica se expressa como parte de um processo social, histórico e político que elabora mecanismos para que pessoas ou grupos sejam sistematicamente alijados (ALMEIDA, 2018), conjugando-se em última instância como práticas etnocidas no contexto indígena.

De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o Brasil comportava uma diversidade de 305 Povos[4] Indígenas falantes de mais de 274 línguas, distribuídos em todas as regiões do território nacional. No mesmo censo, tínhamos 896.917 pessoas declaradas indígenas, cerca de 0,47% da população total do país. Desses, 324.834 viviam em cidades e 572.083 em áreas rurais (IBGE, 2010).

No contexto da região sul do país, território ancestral dos povos originários Kaingang, Laklãnõ Xokleng, Xetá, Charrua, Mbyá Guarani, Guarani Xiripá, Guarani Nhandeva e Avá-Guarani, conforme o IBGE (2010), foram identificadas 74.945 pessoas indígenas, divididas em mais de 70 parcelas territoriais, sendo 32.989 pessoas indígenas no Rio Grande do Sul, 16.041 pessoas indígenas em Santa Catarina e 25.915 pessoas indígenas no Paraná, perfazendo um total de aproximadamente 15 mil famílias.

Esses coletivos indígenas resistiram ao violento processo de extermínio e esbulho territorial vinculados à colonização e se reconhecem em continuidade histórica e cultural com matrizes étnicas pré-colombianas, que em seu protagonismo conquistaram junto ao Estado brasileiro o reconhecimento de parcelas territoriais na forma de TIs. As parcelas territoto-

[4] Importante ressaltar que dados atuais oriundos da SESAI, a partir do Plano Distrital de Saúde Indígena referente ao quadriênio de 2020 a 2023, apontam a existência de 416 etnias, situadas em 6.238 aldeias, as quais são atendidas por 1.199 Unidades Básicas de Saúde Indígena (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020a).

riais reconhecidas pelo Estado brasileiro oficialmente a partir das primeiras décadas do século XX representam a possibilidade de manutenção de seus modos de vida e são referência material e simbólica de sua historicidade, territorialidade e humanidade.

No contexto da Região Sul, se apresentam de formas diminutas, em alguns cenários, com alto grau de degradação ambiental, levados a cabo pelos sucessivos usos coloniais e projetos de desenvolvimento regional, não sendo essas suficientemente capazes de garantirem plenamente a autonomia socioeconômica dos coletivos indígenas, e, estando os territórios nas zonas de fronteiras com cidades, latifúndios, hidrelétricas, rodovias, lavouras e demais elementos do chamado "processo civilizatório", se configurou um intenso e necessário circuito de trocas que extrapolam os limites das TIs. Sejam a partir de atividades vinculadas ao sistema de produção e comercialização do artesanato tradicional ou na prestação de serviços sazonais em colheitas e plantios de diferentes culturas fora das TIs, em trabalhos assalariados na cadeia agroindustrial da carne, entre outros.

Portanto, são inúmeras as atividades que têm na mobilidade e no deslocamento aos centros urbanos e regiões de plantio uma condição colocada pela contingência histórica. Por ocasião da crise sanitária que estamos vivenciando, as diferentes atividades socioeconômicas dos coletivos indígenas foram afetadas, algumas dessas atividades distantes centenas de quilômetros das comunidades e em diversos casos submetidos a péssimas condições de trabalho. Não é por acaso que os primeiros surtos de contágios entre os indígenas na região deram-se a partir de trabalhadores indígenas (ALERGS, 2020).

As circunstâncias estabelecidas em decorrência da pandemia de COVID-19 e as medidas de prevenção e propagação, muito bem executadas pelas lideranças e suas comunidades, embora essenciais, impactam significativamente a circulação de capital e mercadorias dentro das comunidades, implicando na iminência de carência material e situação real de insegurança alimentar e nutricional. Esse cenário é ampliado em relação aos coletivos que se mobilizam pela regularização fundiária.

A morosidade do Estado brasileiro em efetivar o direito territorial, conforme artigo 67 (CRFB/88 – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), configura contextos de extrema exposição aos efeitos da pandemia. Para fins de ilustração, no Rio Grande do Sul, de acordo com o relatório de violência contra os povos indígenas no Brasil, produzido pelo CIMI em 2018, são 38

parcelas territoriais em pleito pelos coletivos indígenas que estão sem qualquer tipo de providência por parte do Estado brasileiro. Esses coletivos estão ocupando diferentes espaços, seja na beira de BRs, áreas públicas, unidades de conservação ou em contextos urbanos etc., com uma tônica em comum na precarização das estruturas habitacionais, sanitárias e restrição de acesso às políticas públicas, tendo reiteradamente seus direitos como povos originários lesados e agora atravessados pela crise sanitária.

No dia 18 de março de 2020, o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI- Interior Sul) manifestou-se através de nota endereçada às lideranças e aos órgãos públicos que se relacionam com a política indigenista, solicitando ações de prevenção à propagação da COVID-19. Entre as orientações para as lideranças estavam o isolamento social, com especial cuidado aos anciãos e às crianças e a construção de barreiras sanitárias nas comunidades indígenas. Ao Poder Público, por sua vez, cobrou-se o incremento orçamentário aos órgãos que executam a política indigenista de saúde e aos órgãos que executam a política indigenista de segurança alimentar e nutricional e assistência social.

O fato da Covid-19 estar se apresentando proporcionalmente mais letal entre os povos indígenas tem trazido uma especial preocupação com os anciões entre as lideranças, uma vez que esses se enquadram no chamado grupo de risco da população em geral. Aos povos indígenas, sobretudo, esse fato se revela catastrófico. Os anciãos representam a esses coletivos, fundamentalmente, a conexão e atualização da sua existência enquanto povos indígenas que se reconhecem como em continuidade com seu passado milenar, princípios e valores como matrizes originárias. Acrescenta-se a esse cenário uma taxa de morbidade elevada associada a doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, pressão alta entre outros fatores de risco que conferem um alto grau de complicação em eventual contágio.

Considerações finais

A partir das reflexões feitas, entende-se que embora tenhamos a sinalização de avanços importantes no âmbito normativo, a realidade demonstra que a efetivação de tais direitos é permeada de desafios e vicissitudes que remontam à colonização, as quais desdobradas se expressam a partir de relações de poderes assimétricas e genocidas, e, no presente, conjugam-se

na forma do que o sociólogo Anibal Quijano denominou de *paradigma da colonialidade* (1992, p. 438-439).

O conceito de colonialidade remete ao fenômeno da subordinação imposto pelo empreendimento colonial, por meio da violência e espoliação de territórios e territorialidades pré-existentes, para muito além das formas de imposição e de dominação política e econômica exercidas pelos atuais estados independentes sobre as populações étnica e culturalmente diferenciadas que resistiram e resistem em seus territórios. Para Quijano, a expressão "colonialidade" encerra o próprio paradigma das relações de dominação constitutivas da modernidade a partir da expansão europeia no século XVI, a qual segue vigente (1992 *in* LACERDA, 2015, p.313).

Dito de outra forma, a colonialidade do poder está se referindo às relações que não estão reduzidas à presença do colonialismo formal, mas que ainda reproduzem relações sociais hierárquicas de exploração e dominação construídas durante a expansão colonial europeia, e que se aprofunda no capitalismo globalizado. Uma perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica, uma vez que coloniza e se sobrepõe às demais, e que tem se mostrado mais profunda e duradoura que o colonialismo (QUIJANO, 2005). Assim, e em forma de violência epistêmica, materializa-se como tentativa de colonizar as diferentes lógicas que fundam outras sociedades e, nesse caso, as alteridades ameríndias – perspectiva corrente na lógica integracionista e racista presente na máxima: "*cada vez mais o índio é um ser humano igual nós*" (G1, 2020, grifo nosso).

Esses aspectos se acirram em períodos críticos, como é o caso da atual crise sanitária em curso, a qual tem evidenciado as mazelas da desigualdade no Brasil e amplificado radicalmente a condição dos povos Indígenas como segmento vulnerável, condição essa, que, construída por meio da violência, apresenta-se como um dos estigmas do processo atroz de invasão.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. "Agente de saúde é a primeira indígena a ter coronavírus confirmado". Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/agente-de-saude-e-primeira-indigena-ter-coronavirus-confirmado>.

ALERGS. "Audiência trata das dificuldades dos povos indígenas durante a pandemia de Covid-19". Disponível em: < http://www.al.rs.gov.br/radioassembleia/Detalhes/tabid/758/Default.aspx?IdMateria=18590>. 2020.

APIB.#15 Mês de abril marcou o crescimento da pandemia entre indígenas no Brasil. **APIB online**. 09 de mai. 2020a. Disponível em: <http://apib.info/2020/05/09/15-mes-de-abril-marcou-o-crescimento-da-pandemia-entre-indigenas-no-brasil/>.

_____. Nota da APIB: Governo deve apresentar plano de prevenção e atendimento para evitar riscos de contaminação de Coronavírus nos territórios indígenas. **APIB online**. 20 de mar. de 2020b. Disponível em: <http://apib.info/2020/03/20/governo-deve-

-apresentar-plano-de-prevencao-e-atendimento-para-evitar-riscos-de-contaminacao-de-coronavirus-nos-territorios-indigenas/>.
_____. Conselho Teresina aciona MPF contra Instrução Normativa n. 9 da Funai. **APIB online**. 29 de mai. de 2020c. Disponível em: <http://apib.info/2020/05/29/conselho-teresina-aciona-mpf-contra-instrucao-normativa-n-9-da-funai/>.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
_____. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>.
_____. Decreto no 23, de 4 de fevereiro de 1991a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-23-4-fevereiro-1991-342597-publicacaooriginal-1-pe.html>.
_____. Decreto n° 100, de 16 de abril de 1991b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0100.htm>.
_____. Decreto n° 591, de 6 de julho de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm>.
_____. Decreto n° 3.156, de 27 de agosto de 1999a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3156.htm>.
_____. Lei n° 9.836, de 23 de setembro de 1999b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9836.htm>.
_____. Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm>.
_____. Lei nº 9.795, de 17 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9795.htm>.
_____. Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html>.
CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n° 2633 de 2020. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2252589>.
CIMI. **A Política de Atenção à Saúde Indígena no Brasil: breve recuperação histórica sobre a política de assistência à saúde nas comunidades indígenas**. 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf>.
_____. Mortes por covid-19 entre indígenas precisam virar assunto para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **CIMI online**. 2020.Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/06/mortes-por-covid-19-entre-indigenas-precisam-virar-assunto-para-a-comissao-interamericana-de-direitos-humanos/>.
EL PAÍS. “Yanomami de 15 anos morre vítima do coronavírus em Roraima”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-10/yanomami-de-15-anos-morre-vitima-do-coronavirus-em-roraima.html>.
FUNAI. Modalidades de Terras Indígenas. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>.
G1. ‘Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós’, diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais. **G1 online**. 24 de jan. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>.
IBGE. Estudos Especiais - Os Indígenas no Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3.html>.
INFOAMAZONIA. “Distantes de UTIs e respiradores, indígenas da Amazônia tentam se blindar do vírus”. Disponível em: <https://infoamazonia.org/pt/2020/05/distantes-de-utis-e-respiradores-indigenas-da-amazonia-tentam-se-blindar-do-virus/#!/story=post-51141&loc=-0.12497150000000676,-407.26204956249995,7>.
ISA. “Quem São?”. 2018. Disponível em: < https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o>.
_____. “Saúde Indígena”. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Sa%C3%BAde_Ind%C3%ADgena>.
KRENAK, Ailton. in: “ÍNDIO CIDADÃO?”. Direção: Rodrigo Siqueira. Brasília-DF. 2014, 52 min.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. “Sobre a SESAI - Plano Distrital de Saúde Indígena - quadriênio de 2020 - 2023”. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/sobre-a-sesai>.
_____. COVID-19 Painel Coronavírus – atualizado em: 05 de jun. de 2020. 2020a. Disponível em: < https://covid.saude.gov.br/>.
_____. Boletim Epidemiológico da SESAI - COVID-19. 2020b. Disponível em:<https://saudeindigena.saude.gov.br/>.
OIT. Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, 07 de junho de 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm>.

ONU. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 13 de setembro de 2007. Disponível: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf>.
OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde – Organização Mundial de Saúde. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=

article&id=6101:covid19&Itemid=875#historico>.
QUARENTENA INDÍGENA. Atualização de Casos Indígena. Disponível em: <http://quarentenaindigena.info/casos-indigenas/>.
RECOBA, Thaís Campodonico. **Povos indígenas: desafios e possibilidades ao direito de participação em políticas de saúde**. 2015. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7647>.
SARLET, Ingo Wolfgang. **Algumas Considerações em Torno do Conteúdo, Eficácia e Efetividade do Direito à Saúde na Constituição de 1988**. Bahia: Rev. Direito do Estado, n° 11, set./out./nov. de 2007.
QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. in: BONILLA, Heraclio (Comp.). **Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Ecuador: Libri Mundi, Tercer Mundo Eds., 1992, p.438-439.
_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina in: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp. 227-278.
LACERDA, Rosane Freire. Pluralismo e descolonização em saúde indígena no Brasil: contribuições e desafios da Convenção n. 169 da OIT. in: **Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais**. Organizadora: Deborah Duprat. - Brasília: ESMPU, 2015, p. 348.

Como conhecer a cidade em tempos de pandemia? A experiência do projeto *Caminhadas Virtuais*

Luciana de Oliveira

I

"Por fim, tenho a honra de apresentar-lhe Porto Alegre", diz Erico Veríssimo à jovem jornalista nordestina que, sem nunca ter estado no Rio Grande do Sul, havia externado suas más impressões da região. O tom acastelhanado do povo, em seus modos de ser e viver, a incomodavam e a levaram a entender que o estado estava muito mais próximo da órbita platina. E, por certo, bem afastado da portuguesa. Veríssimo, querendo que a moça vença seus (pré) conceitos, a convida a visitar a região por onde, então, ele seria "(...) o seu anfitrião e seu guia" (Veríssimo, 1969).

A viagem se concretiza, mas não da forma habitual com que se está acostumado a viajar: ao invés de malas e aviões, os trânsitos e deslocamentos são feitos por meio de palavras. No texto *Um romancista apresenta a sua terra*, Veríssimo não só apresenta o Rio Grande do Sul para sua amiga, como, também, evidencia as especificidades culturais, históricas e geográficas de cada parte que o compõe. Assim, viajam literariamente pela serra, pela campanha, pelo litoral. Alcançam, igualmente, o Alto Uruguai, a região metropolitana e a capital. Ao chegarem a Porto Alegre, fala Erico: "na minha opinião o maior encanto de Porto Alegre vem de sua topografia privilegiada, de seu cenário – dos verdes cerros que a cercam, deste céu lírico, de suas paineiras que rebentam flores rosadas no outono (...)".

Como se percebe, não apenas Veríssimo e sua jovem amiga viajam por esses espaços. Nós, leitores, igualmente nos deixamos levar pelas palavras, paisagens e gentes tão detalhadamente descritas pelo escritor. Os que conhecem os espaços percorridos, muitas vezes se apropriam deles a partir de memórias, experiências e reminiscências. Por sua vez, os que nunca estiveram nas terras mais ao sul do Brasil, a *imaginam*. Por meio das palavras e minúcias apresentadas pelo autor, constroem imagens desses lugares por meio da imaginação.

É interessante pensar que a amiga de Erico Veríssimo, ou qualquer outro viajante literá-

rio, ao fazer esse passeio turístico pelo Rio Grande do Sul, construiu imagens acerca dos diversos locais por onde passou com seu guia. Observou sua gente e seus costumes, sentiu os diferentes climas, provou iguarias, enfim, experienciou o *diferente*. A sua resposta, infelizmente, não temos. Sequer sabemos se ela aceitou o convite de seu anfitrião. Mas o relevante nessa história é pensar o quanto se pode conhecer um lugar mesmo estando distante dele.

Essa experiência, vale dizer, não é novidade. Se voltarmos aos relatos dos viajantes, por exemplo, veremos o quanto se preocupavam em contar os detalhes, as particularidades, as pessoas, as cores e os cheiros dos novos lugares que conheciam. Esses relatos, muitas vezes publicados, eram uma forma de se conhecer lugares longínquos e desconhecidos. Lugares muitas vezes elogiados, outras vezes nem tanto, mas que expressavam, sobretudo, a percepção de quem era tomado pela sensação do estranhamento, do pitoresco.

Ao Rio Grande do Sul, por exemplo, diversos foram os estrangeiros que aqui chegaram e teceram comentários sobre as cidades, especialmente, Porto Alegre. Esse é o caso, por exemplo, dos franceses Nicolau Dreys e Auguste de Saint-Hilaire e do alemão Friedrich Sellow, dentre muitos outros, que passaram pela capital no século XIX e deixaram impressos os seus registros. No século XX, encontramos, ainda, outros que vem ao sul do Brasil e, de formas diversas, contam em suas publicações as curiosidades da região.

É o caso, por exemplo, do jornalista e escritor parnaibano Berilo Neves que, após cinco meses viajando pelo interior do estado, escreve um livro narrando suas experiências e que intitula *Pampas e Cochilhas* – Impressões do Rio Grande do Sul. Neves, da mesma forma que a amiga de Erico Veríssimo, nunca tinha estado na região. E, tal qual, tinha péssimas impressões do povo e da cultura sulina, o que fica claro quando diz "(...) eu sempre imaginei o gaúcho um homem mal encarado, que atirava na gente atôa, atôa..." (NEVES, 1932, p. 114). No entanto, quando aqui chega e transforma suas imagens em experiência, novamente se refere ao gaúcho: "(...) da doçura mystica dos céos, nasceu o homem gaúcho – um gigante de alma de criança, um Titan sentimental e lyrico, (...) que traz numa mão a clava e na outra, uma sanfona" (1932, p. 13).

Relatos sobre experiências vividas e peculiaridades do desconhecido se tornam, assim, o fio condutor da escrita dos viajantes. E são essas mesmas impressões que perpassam tempos e espaços. Tanto aos contemporâneos de Berilo Neves, por exemplo, quanto a nós, leitores do século XXI, somos impelidos, pela leitura, a *imaginar* terras longínquas, gentes e paisagens. Nossa

imaginação nos conduz, então, a essa viagem – seja ela através do tempo ou atravessando fronteiras.

II

Desde que entrei em contato com a obra de diversos viajantes, especialmente a de Berilo Neves, sempre me questionei sobre *imaginar* a cidade e suas diferentes paisagens. Pensar suas diferentes nuances e o que ela dava a ver, de forma pitoresca, aos que aqui chegaram. Ao ler tais obras, somos compelidos a fazer a viagem, o passeio ou o percurso. E confiamos nossas expectativas aos guias que nos conduzem. Foi justamente essa forma de apreender o diferente, seja por necessidade ou curiosidade, que me fez pensar nas diversas formas de se conhecer uma cidade.

Estamos cumprindo as determinações do distanciamento social há aproximadamente três meses, considerando seu início em meados de março. Aos que puderam executar suas tarefas em *home office*, a casa se transformou, além de espaço de trabalho, no único onde é possível o lazer. Aos que tiveram que continuar trabalhando fora de casa, a rua e o espaço público já não eram mais aqueles que possibilitavam caminhadas, cafés e demais atividades. Em síntese, nossa relação com a cidade mudou. E como pensar essa mudança, em meio a tanta adaptação?

Foi problematizando essas questões – e tantas outras, especialmente o fato de ser professora – que um dia me questionei: como podemos apresentar a cidade nesses tempos tão incertos? Como as pessoas gostariam de conhecer sua cidade, quando já não se pode caminhar na rua, sentir seus cheiros, ouvir seus barulhos? Como se poderia levar a história de Porto Alegre, seus monumentos e peculiaridades, àqueles que, por transitarem tão rapidamente por suas ruas, nunca detiveram seu olhar mais demoradamente a um monumento ou prédio?

Foi pensando nessas questões que o projeto *Caminhadas Virtuais* se organizou. E a ideia que serviu de base para sua formulação foi a possibilidade de levar a história, a arte e a cultura da cidade de Porto Alegre, por meio das obras de arte, monumentos e prédios históricos, até a casa das pessoas. Mas ele somente ganhou formas definidas, quando o apresentei como proposta – e variação – do já conhecido e consagrado *Viva Porto Alegre a Pé*. Promovido pelo Centro de Pesquisa Histórica e Coordenação da Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre.

O primeiro episódio realizado, que circulou nas redes sociais da Secretaria de Cultura de

Porto Alegre no último 16 de maio[1], tinha por foco o monumento funerário a Julio de Castilhos, localizado no Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre. Através de um vídeo de cerca de 30 minutos, conduzi os participantes não só pelo Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre como, também, por suas ruas, prédios e peculiaridades.

Esse percurso só foi possível de ser feito, porque sua lógica se inverteu, isto é, o caminhar ao ar livre se transformou em um percorrer imagens e imaginações. Tomemos o exemplo do monumento mortuário a Julio de Castilhos: se marcássemos nossa caminhada *in loco*, lá estaríamos nós, em horário marcado, no Cemitério da Santa Casa, observando um dos túmulos de maior destaque do campo santo. Estando ali, falaríamos sobre o *ilustre morto*, sua trajetória, o impacto da sua morte na Porto Alegre no início do século XX e, por fim, da encomenda e elaboração do monumento. Imaginaríamos todas essas questões em frente ao nosso objeto de curiosidade.

Agora, imaginemos o contrário: queremos conhecer esse monumento e não podemos sair de casa. Como faríamos? Mostrando apenas as fotos do espaço cemiterial e do túmulo de Castilhos? Parece ser uma ideia interessante, mas ela não nos dá a totalidade e amplitude dos elementos que estiveram no entorno da sua elaboração. Assim, pensando sobretudo em *como falar desse monumento não indo até ele*, que me ative, na produção do vídeo do *Caminhadas Virtuais*, em fazer dialogar com diversas fontes históricas. Em fazer os elementos que não são vistos quando estamos frente a um monumento, se tornarem visíveis.

Com isso, então, a *caminhada virtual* iniciou. Partimos do túmulo de Julio de Castilhos e, dele, percorrermos a cidade. Ao problematizar a questão do sepultamento do líder republicano bem como o local escolhido pelo estado para sua inumação, pude referenciar que nem sempre o *Alto da Azenha* era o espaço dos mortos na cidade. Assim, por meio de fotografias e das pinturas do artista viajante Herrmann Rudolf Wendroth, pudemos refletir sobre os cemitérios da cidade, sua remodelação e seu deslocamento final para a *Lomba do Cemitério*, hoje Avenida Oscar Pereira.

Além disso, ao pensar nos *porquês* da construção de túmulo tão imponente no Cemitério da Santa Casa, nos permitimos voltar uns anos atrás e observar os efeitos que a morte de Cas-

[1] O vídeo ainda pode ser assistido, pois ficará online até o final da pandemia. Pode ser acessado através do link: <https://web.facebook.com/secretariadaculturapoa/videos/527643691449860/>.

tilhos tinham causado não só na população, mas, sobretudo, no governo. Através das publicações do jornal *A Federação*, publicação criada pelo próprio Castilhos, se conseguiu acompanhar tanto o seu velório, a comoção geral e as decisões que a Assembleia dos Representantes havia tomado dois dias após o seu falecimento. Visando, sobretudo, a manutenção da memória do líder morto, e seguindo as diretrizes ideológicas do positivismo sintetizada na frase *Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos*, se pôde compreender, então, a encomenda feita pelo governo de dois grandes monumentos ao artista Décio Villares bem como o de um retrato de grandes proporções ao consagrado pintor Pedro Weingärtner.

Ao retornarmos para o cemitério, após acompanhar o cortejo fúnebre de Julio de Castilhos e conhecer outros espaços de memória de Porto Alegre, conseguimos apreender com mais facilidade as razões pelas quais o túmulo foi construído. Ao observarmos seus detalhes e inscrições, compreendemos que, muito além de um túmulo, a obra possui história. E essa história pôde ser conhecida, também, a partir da tessitura de jornais, fotografias, pinturas e, sobretudo, da imaginação daqueles que caminharam virtualmente pela cidade.

A experiência foi muito enriquecedora. Mas também por demais desafiadora. Estamos vivenciando diariamente mudanças de hábitos em nosso cotidiano. Estamos cada vez mais virtualizados. Mas, se podemos contrapor às limitações impostas pela pandemia outros recursos e perspectivas, o mundo digital se apresenta como boa alternativa. Ele aproxima pessoas, distâncias e mundos. Possibilita conhecer e (re)conhecer sua cidade. Observá-la a partir de outra perspectiva e com novas lentes. Tal como faziam os viajantes em suas publicações. Se os leitores dessas obras eram viajantes literários, hoje somos caminhantes virtuais.

Ensino-aprendizagem de línguas: mitos e verdades do ponto de vista cognitivo e social

Diane Blank Bencke
Anderson Dick Smidarle

Em um cenário globalizado, é evidente o papel que as línguas estrangeiras estabelecem em diferentes áreas como o comércio, turismo, ciência, entre outros. Nesse contexto, é reconhecida a importância de aprender uma língua estrangeira, tanto porque estamos em um mundo bilíngue e multilíngue, quanto por todas suas influências nos ambientes acadêmicos, profissionais, familiares, sua presença nas políticas públicas, nas tecnologias e sua intrínseca relação com a cultura.

Nesse ínterim, surge a importância do estudo do bilinguismo, fenômeno que pode ser investigado a partir de pontos de vista culturais, linguísticos, cognitivos, bem como a partir de aspectos como repertórios individuais, processos e contextos de aquisição, critérios de avaliação, causas/visões sobre o bilinguismo, tipologias de bilíngues, etc.

As definições sobre bilinguismo foram se modificando ao longo do tempo. Nessa mudança de forma como o bilinguismo é visto, passou-se a considerar no status bilíngue, aspectos relativos às transformações linguísticas e seu emprego nos diferentes contextos. Um dos expoentes dessa visão é Grosjean (1982), para quem bilinguismo seria a habilidade de emprego de duas (ou mais) línguas cotidianamente e não somente o conhecimento, o desempenho, a fluência ou proficiência. A visão de Grosjean é uma das definições atualmente mais usadas em trabalhos de bilinguismo. Para o autor, há uma progressão contínua do mono ao bilinguismo ou multilinguismo, um *continuum*, passando-se por diferentes estados intermediários de processamento e ativação das línguas (GROSJEAN, 1985).

Apesar de mais da metade da população mundial falar duas ou mais línguas orais e o bilinguismo e o multilinguismo serem realidades cada vez mais frequentes na contemporaneidade, certamente esse é um tema cercado de mitos, de verdades incompletas, tanto mundialmente quanto no Brasil. Assim sendo, pretende-se, neste breve artigo, discutir alguns desses mitos/verdades, especialmente do ponto de vista cognitivo e social.

O Brasil é um país monolíngue.

Mito. O Brasil tem duas línguas oficiais, Português Brasileiro e LIBRAS. Além dessas duas línguas, a estimativa do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instituído a partir do Decreto n° 7387, de 09 de dezembro de 2010, é que, em todo o território brasileiro, sejam faladas mais de 250 línguas minoritárias[1], que compreendem as línguas indígenas e os dialetos falados em cidades colonizadas por imigrantes. Exemplos de dialetos incluem o *Talian* e o *Hunsrik*, encontrados principalmente na região sul do país. Já exemplos de línguas indígenas incluem as línguas *Nahukuá* e *Kalapalo*, encontradas na região do Alto Xingu, em Mato Grosso. Algumas das línguas minoritárias são reconhecidas, inclusive, como referência cultural brasileira[2] [3].

Só é bilíngue quem fala mais de uma língua em casa desde que nasceu.

Mito. Nesse caso, fala-se de um tipo específico de bilíngue, o bilíngue precoce ou infantil (bilinguismo adquirido na infância) (BUTLER; HAKUTA, 2006).

Só é bilíngue quem fala duas línguas orais.

Mito. Dentro da história conceitual do bilinguismo, houve uma gradação de visões mais maximalistas a visões mais minimalistas sobre o bilinguismo. Atualmente, a visão mais aceita postula ser bilíngue aquele que se comunica em duas línguas para atender às suas demandas cotidianas (GROSJEAN, 2012), sendo que essa comunicação não é limitada a um mínimo de habilidades.

Só é possível aprender uma língua estrangeira indo morar no exterior.

Mito. Evidências indicam que diferentes habilidades são desenvolvidas dependendo de

[1] http://portal.iphan.gov.br/indl
[2] http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/T%C3%ADtulo%20INDL%20%20Talian.pdf
[3] http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Titulo%20Asurini_borda.pdf

onde ocorre o processo de aprendizagem. O aprendizado de uma L2 no país de origem do falante pode fortalecer o conhecimento gramatical do falante, enquanto o aprendizado no exterior é associado a uma maior fluência oral (SERRANO *et al.*, 2016). No entanto, uma viagem não garante que haja aprendizado. É necessário um tempo de imersão na língua, de modo que o aprendizado se torne gradual e haja evolução linguística, o que um mero deslocamento físico e permanência em um país falante da língua não garante.

Não é possível aprender uma língua adicional na escola.

Mito. Apesar de, no Brasil, as condições de aprendizado de uma segunda/terceira língua serem altamente questionáveis do ponto de vista pedagógico, decorrente de questões como carga horária baixa, formação profissional dos professores com pouca qualidade, grande quantidade de alunos em uma sala de aula, há sim a possibilidade de aprender uma língua adicional, especialmente em nível instrumental. Relatos de práticas interessantes no ensino público de inglês, principalmente, já foram publicados com o intuito de difundir práticas pedagógicas eficazes no ensino de língua adicional[4].

O objetivo de ensinar língua estrangeira na escola é para ler e compreender textos nessa língua.

Mito. Na escola, objetiva-se desenvolver as quatro habilidades linguísticas. No entanto, devido às condições adversas da maior parte dos contextos, como carga horária reduzida e grande quantidade de alunos, enfoca-se mais a habilidade da compreensão leitora. Alguns dos problemas do ensino de inglês no ensino básico são reportados mais detalhadamente em Pontes e Davel (2016).

[4] http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/21392-yes-e-possivel-aprender-ingles-nas-escolas-publicas-do-brasil

Ser bilíngue causa confusão mental, conflito de identidade e até esquizofrenia.

Mito. Acreditava-se que o bilinguismo "atrapalharia" o cérebro, isso porque alguns estudos iniciais, do final dos séculos 19 e 20, observaram que bilíngues exibiram desempenho inferior em testes de inteligência na comparação com monolíngues (RODRIGUES, 2013). Na crença da época, o bilinguismo também causaria confusão mental, conflito de identidade e até esquizofrenia. Um dos estudos que desmistificou essa visão foi o de Peal e Lambert (1962), que observaram a existência de uma certa vantagem bilíngue sobre falantes monolíngues.

Métodos de ensino baseados em repetição não são confiáveis?

Mito. Uma metodologia baseada unicamente em repetição, como a proposta pelo behaviorista B. F. Skinner (1957), não é eficaz para o processo de aquisição de uma língua adicional. No entanto, a maior parte dos métodos de ensino inclui a repetição como um de seus elementos, uma vez que a repetição é necessária para a consolidação das memórias, parte fundamental do processo de aprendizagem (LARSEN-FREEMAN, 2012).

Atividades prazerosas nas aulas de línguas desviam o foco do importante.

Mito. Segundo Silva (2007), a ludicidade desempenha um papel importante na aprendizagem, mesmo não garantindo sucesso na aprendizagem consciente da língua. Há vários estudos que afirmam que atividades lúdicas e prazerosas, como poesias e jogos, são ferramentas que favorecem o processo de aquisição de língua adicional (deHAAN, 2019; HALL, 2003).

Podemos classificar os estudantes de acordo com sua predominância cerebral, seja do hemisfério esquerdo ou do direito.

Mito. No passado, acreditava-se que o aprendizado de línguas estava localizado especialmente no hemisfério esquerdo, no entanto, hoje se sabe que há regiões no hemisfério direito que também atuam no aprendizado linguístico. Allen e Zwan (2019) mencionam que, apesar de o

mito da dominância hemisférica no aprendizado já ter sido desacreditado há mais de uma década, ainda permanecem algumas visões correlatas como a ideia de que o aprendizado linguístico ocorre especialmente no hemisfério esquerdo, de que há dominância hemisférica no aprendizado e de que isso teria implicações para o aprendizado.

É possível aprender uma língua adicional depois de adulto.

Verdade. Apesar de, por muito tempo, ter se acreditado na janela de aprendizado, em que haveria um certo tempo em que as pessoas aprenderiam um segundo idioma, a maioria dos estudos mais atuais tende a desmistificar uma visão muito rígida. A capacidade de adaptabilidade do cérebro na infância, de fato, é maior. No entanto, em qualquer idade, o cérebro pode aprender coisas novas, incluindo um novo idioma (MARINOVA-TODD *et al*., 2000). Vale ainda ressaltar que, mesmo com a maior adaptabilidade cerebral, não se deve subestimar o esforço para aprender um idioma na infância.

Pessoas fluentes em uma língua adicional devem ter sotaque similar aos nativos.

Mito. Uma pessoa fluente em uma língua adicional jamais falará como um nativo e o seu ideal de aprendizado não deve ser o de um nativo. As visões mais atuais de bilinguismo tendem a rechaçar essa premissa. Segundo Medgyes (1992), é importante que o ensino-aprendizagem de línguas não se paute pela dicotomia de falante nativo, não nativo, bem como que um falante não nativo não aspire a competência linguística de um falante nativo. Com relação ao ensino especificamente, Alghofaili e Elyas (2017) observaram, em seus estudos, que a competência, a experiência e a personalidade desempenham um papel muito mais importante em sala de aula do que o caráter de nativo.

O bilinguismo atrasa o aprendizado de línguas.

Mito. Estudos evidenciam que o aprendizado bilíngue é muito semelhante ao aprendizado monolíngue e pode haver variabilidade individual no processo de aquisição da linguagem;

a existência de atraso e dificuldade na aquisição e desenvolvimento da linguagem, devido ao Distúrbio Específico da Linguagem (*Specific Language Impairment*). É importante destacar que diferenças na velocidade com a qual as crianças atravessam esses processos não necessariamente significam atraso no desenvolvimento linguístico. É observado que as crianças bilíngues tendem a ter um vocabulário menor em cada idioma do que as crianças monolíngues em sua língua (BIALYSTOK, 2017). No entanto, há uma série de vantagens que serão explanadas no próximo item. De forma geral, autores como Bialystok (2017) advogam no sentido do quanto a experiência bilíngue é significativa e tem o poder de influenciar o curso e a eficiência do desenvolvimento das crianças.

O bilinguismo traz vantagens cognitivas.

Verdade. Diversos estudos indicam que pessoas bilíngues apresentam vantagem no desempenho em funções executivas e apresentam um atraso significativo nos sintomas de algumas doenças neurodegenerativas, como a Doença de Alzheimer (CRAIK et al., 2010). Em crianças, Bialystok (2017) menciona o melhor desempenho de bilíngues em testes de inteligência, aspectos do desempenho escolar, consciência metalinguística, inibição, atenção, tanto em tarefas verbais quanto não verbais.

A escola bilíngue é pedagogicamente menos consistente.

Mito. De forma geral, tanto na perspectiva linguística quanto cultural, a escola bilíngue é pedagogicamente mais consistente, pois desenvolve muitas habilidades, além das tradicionais. Pode-se chegar a essa conclusão a partir do resultado de alguns estudos, como o de Abutalebi e Green (2016), que mostra que indivíduos bilíngues possuem maior ativação em certas regiões cerebrais, bem como maior controle de funções executivas. Dessa forma, o resultado de uma educação bilíngue é significativo, pois o aprendizado da língua também desenvolve várias funções mentais e sociais importantes.

Meu(minha) filho(a) aprendeu uma língua adicional apenas assistindo vídeos na Internet.

Mito. Embora hábitos como assistir séries, navegar em sites como o Youtube facilitem o contato do aprendiz com exemplos autênticos da língua adicional, contribuindo, assim, para a aquisição de vocabulário (ARNDT; WOORE, 2018), uma aprendizagem baseada unicamente em atividades dessa natureza não é tão eficaz para a aquisição de uma língua adicional. Uma aquisição efetiva de língua adicional depende também de interação do aprendiz com outros falantes nativos e não nativos para que ele vivencie a língua (WANG; CHEN, 2019).

Se os pais de uma criança não falam a língua adicional em casa, a criança não aprenderá.

Mito. Existem várias maneiras de expor uma criança ao idioma estrangeiro: aulas do idioma em escola infantil, curso ou escola bilíngue, ter contato com um avô ou outra pessoa próxima que fale em um segundo idioma com a criança. Segundo Paradis e colegas (2010), não há evidências de que o uso frequente do segundo idioma no ambiente doméstico seja condição essencial para que a criança aprenda a língua.

É necessário o estudo em uma escola bilíngue para ser bilíngue.

Mito. Em escolas não bilíngues de qualidade e escolas de idiomas qualificadas, é possível desenvolver a comunicação fluente em uma língua adicional. O modelo de educação bilíngue representa uma e não a única possibilidade de aprendizado de línguas.

Algumas línguas são mais fáceis de aprender, o inglês tem uma gramática mais simples que outras línguas, por isso, tantas pessoas o aprendem.

Mito. A literatura não é consensual a respeito do grau de complexidade ou simplicidade das línguas. Enquanto há autores que afirmam que todas as línguas são complexas, há outros que pensam que não, principalmente baseados em estudos comparativos sobre algum aspecto da língua como léxico, conjugação verbal, pronúncia, entre outros. De fato, há estudos que afirmam

que a gramática do inglês é mais simples do que de outras línguas, mas essa premissa depende do aspecto linguístico que estamos analisando, a pronúncia do inglês, por exemplo, é considerada mais difícil em relação a várias outras línguas. Além disso, existem motivos históricos, geopolíticos e sociológicos sobre a posição do inglês como "língua universal" e, portanto, a "mais aprendida".

Você precisa ter talento para línguas para conseguir aprender duas línguas ao mesmo tempo.

Mito. Embora cada indivíduo possua habilidades diferentes (alguns mais voltados para números, outros para línguas, entre outros), a existência da vocação é um conceito altamente questionável nos estudos de ensino-aprendizagem de línguas. Todos são capazes de aprender duas ou mais línguas. O fator de maior influência no processo de aquisição de língua adicional, principalmente na aquisição tardia, é a motivação. Estudos mostram que quando a aquisição de língua adicional é motivada por questões intrínsecas (afinidade com a língua, vontade de morar fora), o aprendiz desenvolve um domínio maior sobre a língua e suas nuances do que quando a aquisição é motivada por questões extrínsecas (mercado de trabalho, exigência acadêmica) (KREISHAN; Al-DHAIMAT, 2013).

Após essa reflexão sobre mitos e verdades sobre a aquisição de línguas adicionais, listamos abaixo sugestões para o ensino-aprendizagem de línguas, especialmente na língua inglesa, utilizando suportes digitais. Infelizmente, em 2020, o mundo tem vivido a pandemia provocada pela Covid-19. Devido ao alto grau de contágio e à gravidade dos sintomas do vírus, que tem dizimado milhares de vidas até o momento, medidas de isolamento social foram impostas ao redor do mundo em uma tentativa de conter o número de novos casos. Uma das medidas mais adotadas é a de quarentena, na qual os indivíduos são orientados a ficar em casa e sair apenas para atividades essenciais, como idas ao supermercado e ao médico. Com a quarentena, muitos indivíduos têm buscado atividades para preencher o tempo extra que estão passando em casa. As sugestões abaixo possibilitam que as pessoas possam aprender novos idiomas de forma prática e segura durante a pandemia. As ferramentas listadas abaixo foram divididas em categorias de acordo com sua tipologia. É importante salientar, no entanto, que algumas das ferramentas citadas podem ser enquadradas em mais de uma categoria. Nesses casos, a divisão foi definida considerando o meio

principal de utilização da ferramenta.

Sites

BBC Learning English[5]: site da *British Broadcasting Corporation*, uma corporação pública de rádio e televisão do Reino Unido. Voltado para a aprendizagem de línguas, esse site contém links de tutoriais, vídeos interativos, sessões de aprendizado de inglês voltados a diferentes grupos de aprendizes, como crianças e adultos.

British Council[6]: o British Council é uma instituição pública do Reino Unido cuja missão é difundir o conhecimento da língua inglesa e sua cultura através de relações culturais e oportunidades educacionais. Entre os materiais apresentados no site é possível encontrar testes de proficiência e vários documentos sobre o ensino de línguas. O site do British Council possui ainda versões específicas para países parceiros, nas quais são apresentadas as atividades exercidas pela instituição.

English Experts[7]: o English Experts é um site que traz dicas de inglês e de aquisição de língua adicional, guias de vocabulário e de gramática da língua inglesa. Além disso, o site oferece materiais como vídeos e podcasts que abordam curiosidades da língua inglesa e aspectos relacionados ao ensino de inglês. Além dessas ferramentas, o site conta com um curso online focado nas quatro habilidades básicas (compreensão oral e escrita e produção oral e escrita) e com um fórum que possibilita aos aprendizes resolverem dúvidas sobre aspectos gerais relacionados à língua inglesa.

Tecla Sap[8]: Criado pelo professor e tradutor Ulisses de Carvalho, o *Tecla Sap* oferece dicas de inglês, como falsos cognatos, gírias, expressões e erros comuns. O site também conta com análise de vídeos e entrevistas com o intuito de desenvolver a compreensão oral e o vocabulário do aprendiz.

[5] https://www.bbc.co.uk/learningenglish/
[6] https://www.britishcouncil.org.br/
[7] https://www.englishexperts.com.br/
[8] https://www.teclasap.com.br/

Cursos

My English Online[9]: o My English Online é um curso gratuito que oferece cinco níveis de aprendizado de Inglês, sendo o último um preparatório para os exames de proficiência Cambridge English Advanced (CAE), Cambridge English First (FCE) e TOEFL. O curso foi vinculado ao programa Idiomas sem Fronteiras, do Ministério da Educação.

Curso de Inglês do IFRS[10]: Curso de Inglês online e gratuito de três níveis que abrange temáticas básicas como rotina e hábitos no meio acadêmico; alimentação e lista de supermercado; vestuário; clima; atividades de lazer e esportes; moradia e permissões.

Dicionários

Oxford Learner's Dictionaries[11]: o Oxford Learner's Dictionaries é um dicionário organizado pela Oxford University Press, sendo considerado um dos mais conceituados dicionários da língua inglesa. Em sua versão *web*, é possível encontrar a definição das palavras e suas pronúncias em inglês americano e britânico. O dicionário disponibiliza ainda listas de palavras e expressões consideradas essenciais para diferentes situações, como o uso diário e o uso acadêmico.

Thesaurus[12]: o Thesaurus é um dicionário específico sobre sinônimos e antônimos das palavras. Ele é especialmente indicado para a redação de textos, facilitando na escrita de um texto com menos repetições de vocabulário.

Canais do YouTube

English in Brazil[13]: criado pela Doutora em Linguística pela USP e professora de inglês Carina Fragozo, o canal oferece os mais variados conteúdos relacionados à aprendizagem de inglês. No canal podem ser encontradas dicas sobre pronúncia, gramática, vocabulário e cultura

[9] http://isf.mec.gov.br/
[10] https://moodle.ifrs.edu.br/
[11] https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/
[12] https://www.thesaurus.com/
[13] https://www.youtube.com/user/carinafragozo

relacionadas à língua inglesa.

SmallAdvantages[14]: criado pelo americano Gavin Roy, o canal oferece dicas sobre a aprendizagem e o uso da língua inglesa pela perspectiva de um falante nativo. No canal, também são abordadas curiosidades como os diferentes sotaques pertencentes à língua inglesa e as palavras consideradas mais difíceis de serem pronunciadas. Por falar português, Gavin também produz vídeos reagindo a aspectos da cultura popular brasileira do ponto de vista de um estrangeiro.

Ask Jackie[15]: Jackie é uma professora americana natural de Chicago. É casada com um brasileiro e mora no Brasil desde 2009. Fundou uma escola de inglês junto com seu marido e dá várias dicas sobre aprendizagem de inglês.

Aplicativos

Duolingo[16]: o Duolingo é uma plataforma gratuita que oferece lições em diferentes idiomas. A plataforma utiliza o método de aprendizado implícito, visando estimular os usuários a absorverem os padrões dos idiomas sem precisarem pensar explicitamente nas regras gramaticais, em um processo similar ao de aquisição de primeira língua por uma criança. A plataforma é bastante interativa. Além das lições, oferece dicas de pronúncia e de gramática. Está disponível para navegadores e para smartphones Android e iOS.

Busuu[17]: Busuu é uma rede social e plataforma comunitária para o aprendizado de línguas. Os usuários podem ajudar uns aos outros para melhorar suas habilidades de linguagem. Está disponível para navegadores e para smartphones Android e iOS.

Memrise[18]: o Memrise é bastante similar ao Busuu, tanto na usabilidade quanto no formato que mistura aulas gratuitas até certo ponto e uma versão paga para quem quiser se aprofundar no idioma. A diversão é o ponto forte do app, que permite que o usuário assista a vídeos ou ouça áudios de forma a fixar o conteúdo explicado durante as lições.

Grammarly[19]: o software *Grammarly* é um verificador textual que detecta erros grama-

[14] https://www.youtube.com/channel/UCskEPRzGlsYHs_a5SJyCXag
[15] https://www.youtube.com/channel/UCsI67ypZHHVoatvxzLBiNvg
[16] https://www.duolingo.com/
[17] https://www.busuu.com/pt
[18] https://www.memrise.com/pt-br/
[19] https://www.grammarly.com/

ticais, ortográficos e de estilo na escrita em inglês. O que o difere de um corretor comum é a sua habilidade de analisar se o estilo da escrita está adequado ao formato do texto, analisando fatores como a formalidade e a escolha lexical do texto. Com uma versão gratuita e uma paga através de taxa mensal ou anual, o Grammarly pode ser utilizado no navegador por meio de um plugin que habilita a análise em redes sociais, serviços de e-mail e editores de texto online, como o Google Docs. Também está disponível como um plugin para editores de texto como o Microsoft Word e como um aplicativo para smartphones Android e iOS.

ProWritingAid[20]: bastante similar ao Grammarly, o *ProWritingAid* auxilia na escrita de textos através da verificação da ortografia e do estilo empregado no texto. A principal diferença entre os dois verificadores é que o *ProWritingAid* possui, além das versões gratuitas e mensais, uma versão vitalícia, na qual o usuário paga uma taxa única e possui acesso à ferramenta por tempo indeterminado. Está disponível como um plugin para navegadores, com integração a redes sociais, serviços de e-mail e editores de texto online, e como um plugin para o Microsoft Word.

Além das sugestões listadas acima, há uma série de conteúdos presentes na internet que podem ser utilizados como ferramentas de aprendizagem de língua adicional voltados a interesses específicos. É possível, por exemplo, utilizar canais de culinária como ferramenta para adquirir vocabulário referente a alimentos, ou vídeos de experimentos científicos para aprender termos relacionados à ciência. Como essas ferramentas apelam ao gosto particular de cada indivíduo, elas proporcionam um aprendizado mais estimulante e, por consequência, mais eficaz. Para quem deseja praticar suas habilidades de produção de língua adicional, também existe uma série de ferramentas disponíveis, como fóruns e salas de bate-papo internacionais. Nesses ambientes, o aprendiz pode praticar suas habilidades comunicativas e autoavaliar seu nível de proficiência na língua adicional.

Aprender uma língua adicional desenvolve capacidades como o pensamento crítico, a resolução de problemas, a memória, a concentração, a comunicação não verbal, a criatividade e a flexibilidade mental (BIALYSTOK, 2010; PEAL; LAMBERT, 1962). Aprender uma língua adicional também modifica a perspectiva sobre o mundo, acrescenta uma nova faceta à identidade humana.

[20] https://prowritingaid.com/

Além disso, saber pelo menos mais uma língua além da nativa é indispensável para muitas vagas no mercado de trabalho. Sendo assim, do ponto de vista cognitivo, social e profissional, aproveitar o tempo livre para aprender uma língua adicional é uma maneira bastante eficaz de encarar o período da quarentena.

Referências

ABUTALEBI, Jubin; GREEN, David W. Neuroimaging of language control in bilinguals: neural adaptation and reserve. **Bilingualism: Language and Cognition**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 689–698, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1366728916000225>.

ALGHOFAILI, Noor Motlaq; ELYAS, Tariq. Decoding the Myths of the Native and Non-Native English Speakers Teachers (NESTs & NNESTs) on Saudi EFL Tertiary Students. **English Language Teaching**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5539/elt.v10n6p1>.

ALLEN, Kelly-Ann; ZWAN, Rick van der. The Myth of Left- vs Right-Brain Learning. **International Journal of Innovation, Creativity and Change**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 189–200, 2019.

ARNDT, Henriette L.; WOORE, Robert. Vocabulary learning from watching YouTube videos and reading blog posts. **Language Learning & Technology**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 124–142, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10125/44660>.

BIALYSTOK, Ellen. Bilingualism. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 559–572, 2010. Disponível em: < https://doi.org/10.1002/wcs.43>.

BIALYSTOK, Ellen. Second-Language Acquisition and Bilingualism at an Early Age and the Impact on Early Cognitive Development. In: TREMBLAY, R. E.; BOIVIN, M.; PETERS, R. D. V. (org.). **Encyclopedia on Early Childhood Development** [online]. [S. l.: s. n.]. E-book.

BUTLER, Yuko Goto; HAKUTA, Kenji. Cognitive Factors in Children's L1 and L2 Reading. **Academic Exchange Quarterly**, [S. l.], n. Spring, p. 23–27, 2006.

CRAIK, Fergus I. M.; BIALYSTOK, Ellen; FREEDMAN, Morris. Delaying the onset of Alzheimer disease: Bilingualism as a form of cognitive reserve. **Neurology**, [S. l.], v. 75, n. 19, p. 1726–1729, 2010. Disponível em:< https://doi.org/10.1212/WNL.0b013e3181fc2a1c>.

DEHAAN, Jonathan. Teaching Language and Literacy with Games: What? How? Why? **Ludic Language Pedagogy**, [S. l.], v. 1, p. 1–57, 2019.

GROSJEAN, François. **Life with Two Languages: An Introduction to Bilingualism**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1982. E-book.

_____. The bilingual as a competent but specific speaker‐hearer. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 467–477, 1985. Disponível em: < https://doi.org/10.1080/01434632.1985.9994221>.

_____. Bilingualism: A Short Introduction. In: GROSJEAN, François; LI, Ping (org.). **The Psycholinguistics of Bilingualism**. Hoboke, New Jersey: John Wiley & Sons, Ltd, 2012. p. 5–25. E-book.

HALL, Geoff. Poetry, Pleasure, and Second Language Learning Classrooms. **Applied Linguistics**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 395–399, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/applin/24.3.395>.

KREISHAN, Lana J.; AL-DHAIMAT, Yahya. Intrinsic and Extrinsic Motivation, Orientation and Achievements in L2 of Arab Learners of English, French and German: A Study from Jordan. **International Education Studies**, [S. l.], v. 6, n. 12, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5539/ies.v6n12p52>.

LARSEN-FREEMAN, Diane. On the roles of repetition in language teaching and learning. **Applied Linguistics Review**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 195–210, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/applirev-2012-0009>.

MARINOVA-TODD, Stefka H.; MARSHALL, D. Bradford; SNOW, Catherine E. Three Misconceptions about Age and L2 Learning. **TESOL Quarterly**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 9, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3588095>.

MEDGYES, P. Native or non-native: who's worth more? **ELT Journal**, [S. l.], v. 46, n. 4, p. 340–349, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/elt/46.4.340>.

PARADIS, Johanne; GENESEE, Fred; CRAGO, Martha B. (org.). **Dual Language Development & Disorders: A Handbook on Bilingualism & Second Language Learning**. 2. ed. Baltimore, Mayland: Paul H. Brookes Publishing Co., 2010. E-book.

PEAL, Elizabeth; LAMBERT, Wallace E. The relation of bilingualism to intelligence. **Psychological Monographs: General and Applied**, [S. l.], v. 76, n. 27, p. 1–23, 1962. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/h0093840>.

PONTES, Vanessa Freitas; DAVEL, Marcos Alede Nunes. O INGLÊS NA ESCOLA REGULAR: UM DESAFIO PARA O PROFESSOR. **Revista X**, [S. l.], v. 1, n. 0.2016, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rvx.v1i0.2016.32055>.

RODRIGUES, Lisandra Rutkoski. **Cognitive differences between monolinguals and bi/multilinguals: executive functions boosted by code-switching?** 2013. - Universidade Católica de Pelotas, [s. l.], 2013.
SERRANO, Raquel; LLANES, Àngels; TRAGANT, Elsa. Examining L2 development in two short-term intensive programs for teenagers: Study abroad vs. “at home”. **System**, [S. l.], v. 57, p. 43–54, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.system.2016.01.003>.
SILVA, Soraya Fernandes da. **The Use of Playful Activities in the English Language Classroom: What Difference does it Make?** 2007. - Universidade Federal de Alagoas, [s. l.], 2007.
WANG, Hung-chun; CHEN, Cheryl Wei-yu. Learning English from YouTubers: English L2 learners’ self-regulated language learning on YouTube. **Innovation in Language Learning and Teaching**, [S. l.], p. 1–14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17501229.2019.1607356>.

Jogos para o aprendizado de línguas: novos desafios do PROPEL em tempos de pandemia

Cláudia Silva Estima
Kauana Karolina Dias Henriques da Silva

Introdução

O Programa Permanente do Ensino de Línguas, Literaturas e demais Assuntos Culturais (PROPEL) é um programa de extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS – Campus Porto Alegre), criado em 2011, o qual oferece, entre as suas atividades, ações que envolvem o aprendizado de línguas, seja a nativa ou as estrangeiras, com o intuito de produzir subsídios didáticos de apoio ao aprendizado de seus estudantes. Dessa forma, o PROPEL tem desenvolvido, por meio de seus bolsistas PIBEX e discentes voluntários, desde o ano de 2017, jogos para comporem um acervo compartilhado de uso dos professores promotores das ações em suas atividades de sala de aula. Inicialmente, os jogos propostos visaram o desenvolvimento da competência linguísticas dos alunos, entre eles, jogos caracterizados por baralhos para a formação de frases na língua inglesa, de correção ortográfica na língua portuguesa e de vocabulário em LIBRAS.

Com o propósito de ampliar as habilidades linguísticas, pensamos em elaborar um jogo que desenvolvesse a competência comunicativa do aluno, especificamente, as suas condições argumentativas, a fim de proporcionar desafios que levassem seus participantes a pensarem criticamente a respeito de seu entorno e sobre si mesmos, colaborando, desse modo, com uma formação mais abrangente. A produção de materiais lúdicos para a utilização em sala de aula ganha um papel importante, pois se apresenta como um meio que colabora de forma significativa no aprendizado dos estudantes, motivando-os e os levando a despertar para novos caminhos de aprendizado.

Para atingir esse propósito, incluímos elementos provocativos de reflexão para seus jogadores, colocando-os envolvidos em questões conflitantes do dia a dia, a fim de criar situações de alteridade, de tomada de decisões para que se posicionem frente suas consequências pesso-

ais, sociais, ecológicas, planetárias, enfim, humanas. Identificada essa necessidade, elaboramos a presente proposta que tem por objetivo apresentar o jogo *Pense e responda*: jogo de argumentação (autoria nossa), bem como discutir os preceitos teóricos e pedagógicos que o embasam.

Dessa forma, dissertamos, nas próximas seções, inicialmente, pesquisas envolvendo jogos, as suas características e feitos em seus jogadores e, posteriormente, tratamos da metodologia utilizada para a elaboração do jogo. Na sequência, apresentamos o jogo desenvolvido, relacionando a teoria estudada com a prática dos aspectos identificados no jogo. Para finalizar, realizamos uma análise dos resultados produzidos, assim como as expectativas em relação à sua futura aplicabilidade dentro e fora da sala de aula.

Fundamentação Teórica

O aprendizado de uma língua estrangeira requer a proposição de novas abordagens ao longo das diversas etapas de seu desenvolvimento. O cérebro de um aprendiz é estimulado pela curiosidade a cada caminho novo ou desafio que lhe é oferecido. Assim, na prática da docência, torna-se importante a busca de recursos que promovam essa trajetória para que a evolução seja contínua.

As atividades lúdicas, entre elas, os jogos, apresentam-se como meios que proporcionam resultados de aprendizagem significativos, uma vez que, naturalmente, despertam o interesse de um indivíduo desde as suas primeiras interações, entre o bebê sua mãe/pai/cuidador/a. A indústria de jogos identificou o nicho de divertimento e investe as suas vendas, introduzindo, recorrentemente, meios de proporcionar novidades nessa modalidade. Nas abordagens de ensino para o aprendizado de línguas estrangeiras, entre elas, a comunicativa, a baseada em tarefas e a abordagem por meio das sequências didáticas, os jogos constituem atividades motivadoras e importantes nas vidas dos alunos.

Para compreender o panorama dos jogos e seus usos no dia a dia, bem como no ambiente escolar, este estudo propõe pesquisar os traços que caracterizam os jogos (ALVES; HOSTINS, 2019), os aspectos cognitivos envolvidos (RAMOS; FRONZA; CARDOSO, 2018, PRENSKY, 2012, DIAMOND; LEE, 2011, GREEN; BEVANLIER, 2003, RIVERO et al., 2012) e seus efeitos comportamentais identificados em aspectos (RAMOS; FRONZA; CARDOSO, 2018, PRENSKY, 2012, DIAMOND; LEE,

2011, GREEN; BEVANLIER, 2003, RIVERO et al., 2012), os quais serão tratados a seguir.

Design de jogos

Os jogos pressupõem uma soma de elementos que vêm a caracterizá-los como tais, os quais geram situações planejadas ou decorrentes dos ambientes criados, conforme tratam Alves e Hostins (2019).

Em seus estudos, Alves e Hostins (2019), identificam os elementos que compõem o conceito do jogo. Inicialmente, tratam da necessidade da definição do público alvo para o qual o jogo se destina, bem como, a motivação que o jogo deverá despertar e o momento em que vai ser jogado. Deve constar de um título, de objetivos, podendo incluir personagens, inimigos, obstáculos, interface e uma funcionalidade especial (ALVES; HOSTINS, 2019).

Concernente ao design de jogos, Alves e Hostins (2019) sugerem que esse esteja centrado no aluno, visando compreender as suas necessidades e que siga uma linha de abordagem de aprendizado. Desse modo, deverá despertar o interesse de seus participantes, o qual pode ser obtido ao se considerar a diversidade dos possíveis participantes desse jogo e incluir aspectos que os instiguem, como por exemplo, incluir situações que proporcionem o crescimento como seu desafio. Em relação à linha de produção do jogo, os autores apontam como importantes as diferentes etapas que compõem a pré-produção, a prototipação, a produção e a pós-produção. Os autores também afirmam a necessidade de incluir na concepção do jogo as premissas para a realização de um trabalho coletivo, envolvendo situações que promovam as ações de aprender a negociar, discutir ideias, respeitar os colegas e estimular o pensamento em conjunto a fim de encontrar soluções para problemas de forma colaborativa, podendo ser necessário redesenhar etapas e negociar sentidos, estimulando processos de criação e protagonismo. Assim, afirmam Alves e Hostins (2019), o jogo deve levar o participante a refletir sobre a experiência vivida, estimular construir novos conceitos, empregar diferentes linguagens, exercitar a liberdade e respeito ao outro.

Aspectos cognitivos e o uso de jogos

Quando se faz o uso de jogos, os modos como os saberes são ativados, traz à luz conhecimentos a respeito dos caminhos de raciocínio traçados frente aos desafios colocados nos jogos, dos níveis de atenção requeridos, do modo como planejam ou do quanto suas decisões precisam ser flexíveis.

Em relação à transcendência cognitiva, Ramos, Fronza e Cardoso (2018) afirmam que os jogos demandam de seus jogadores a utilização de recursos como a rapidez de raciocínio, que é decorrente do manuseio de variáveis, as quais se apresentam em termos de demandas simultâneas ou sequenciais. Outro aspecto identificado, o qual envolve a ativação da cognição, é a existência da proposição de desafios que podem ser configurados sob formas concretas e/ou abstratas, por meio do uso de comandos e os que exigem a aplicação de estratégias de controle. Os jogadores devem tratar, simultaneamente, de aspectos, como a tomada de decisões (mover ou não uma peça) e seus efeitos, a resolução de problemas e a tomada de riscos, como também, os elementos estruturais como regras, metas ou objetivos, resultados, *feedback* imediato, conflito, competição ou oposição, interação e representação ou enredo (Prensky, 2012). Ramos, Fronza e Cardoso (2018) ainda afirmam que compõem as operações cognitivas a flexibilidade e o planejamento cognitivo (que se contrapõem às respostas impulsivas), a capacidade de autorregulação dos processos mentais e comportamentais.

Ramos, Fronza e Cardoso (2018) destacam também o requisito da atenção[1], como um aspecto importante envolvido na utilização de jogos, a qual concerne concentrar os processos mentais em uma tarefa principal, inibindo as demais, demandando um estado de sensibilização e alerta e a focalização desse estado para certos processos mentais que podem ser divididos (partilhamento de recursos da atenção para coordenação do desempenho em mais de uma tarefa realizada ao mesmo tempo) e seletivos (escolha do foco em alguns estímulos). A atenção é mobilizada para resolver problemas para atingir um objetivo, que possui um estado inicial (situação anterior à resolução), um estado meta (objetivo) e obstáculos (referentes às restrições e dificuldades). Ramos, Fronza e Cardoso (2018) verificaram, entre os jogadores, uma melhora significativa

[1] Diamond e Lee (2011) utilizam “manutenção do foco”.

da atenção, dos processos visuais e espaciais, das funções executivas (memória operacional), das habilidades de atenção visual, da capacidade de alocação atencional através do espaço e da resolução temporal da atenção (GREEN; BEVANLIER, 2003, RIVERO et al., 2012).

Aspectos psicossociais

Os comportamentos identificados em usuários de jogos revelam que esses são afetados nas ordens psíquicas e sociais, as quais acabam por influenciar na sua formação, como sujeitos e a colaborar para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, tal como apontam as pesquisas de Prensky (2012), Christie (1991) e Pereira (2016) sobre esses assuntos.

Prensky (2012) verificou que os jogos provocam impactos psíquicos e sociais em seus jogadores por meio de estímulos, como cores e movimentos que capturam facilmente o usuário, os quais, em seus *feedbacks* constantes e imediatos, indicam reforçar a falta de paciência frequentemente identificada entre os jogadores. Ramos, Fronza e Cardoso (2018) também analisam esse aspecto emocional gerado, destacando o traço característico de os jogadores não desistirem facilmente de um desafio, aspecto que pode indicar um baixo nível de tolerância e de frustração.

Prensky (2012) destaca que os jogos, ao instigarem o pensamento a situações hipotéticas, desenvolvem o raciocínio, pois têm a sua competência representacional melhorada. Essa competência envolve i) a leitura de imagens visuais, ii) o trato com representações espaciais tridimensionais, iii) a capacidade de criar mapas mentais, iv) a habilidades lógica indutiva de realizar observações, formular hipóteses e descobrir as regras de determinado comportamento ou fato e v) a atenção difusa, como capacidade de focar várias coisas ao mesmo tempo e responder rapidamente a estímulos inesperados.

Christie (1991) ressalta que o jogo contribui na socialização, na interação com colegas de forma mais espontânea, por exemplo, pois permite se expressarem com mais liberdade. Desse modo, desperta interesse e curiosidade, podendo colaborar na formação do sujeito ao propiciar uma atividade a qual oportunizará a diminuição da ansiedade e insegurança.

Pereira (2016) afirma que os jogos são instrumentos facilitadores de integração, de sociabilidade, do despertar educativo e principalmente de aprendizado. Envolvidos emocionalmente na ação, os jogos educacionais estão baseados no lazer e na diversão motivando o acesso ao

conhecimento de forma mais prazerosa, que têm funções lúdica e educativa.

No ambiente instrucional, Legey et al. (2012) apresentam em seu estudo que os jogos educativos são ferramentas que podem servir para organizar e inter-relacionar conhecimentos específicos, pois dessa forma estimulam o exercício da criatividade e do senso crítico, uma vez que possibilitam um espaço de discussão, transcendendo, assim, o papel primeiro de proporcionar prazer. Conforme Legey et al. (2012), os jogos favorecem a motivação interna, o desenvolvimento do raciocínio, promovendo a argumentação e criando situações para a interação aluno-professor. Além disso, os jogos levam a questionamentos como a possibilidade de mais de uma resposta aos desafios levantados nos jogos e de aventar questões como por que escolher uma resposta em vez de outra. Desse modo, exercem a argumentação e organização do pensamento por meio de indagações, as quais os desafiam a formular hipóteses e a refletir sobre elas. Para os autores, esse contexto leva os participantes dos jogos educativos à formação do cidadão, estimulando nele/a as condições pessoais necessárias para o exercício ativo e responsável como membro da sociedade.

Em relação ao modo de abordagem do jogo, Coll e Monereo (2010) identificam que muitos jogadores não precisam de uma explicação a respeito do jogo ou consultar manuais, pois eles descobrem as regras jogando, deduzindo-as a partir da manipulação e da observação dos fatos. Dessa forma, lidam com sistemas complexos a partir da experimentação pela tentativa e erro, exercendo um raciocínio complexo para criar estratégias bem sucedidas, que superem desafios e obstáculos (PRENSKY, 2012). Para Coll e Monereo (2010, p. 15), os jogos promovem “novas maneiras de trabalhar, de comunicar-se, de relacionar-se, de aprender, de pensar, em suma de viver”.

Metodologia

A elaboração da presente proposta surgiu por um estudo inicial da fundamentação teórica que envolve o assunto em torno de jogos e suas implicações que compreendem o design e perfil de seus jogadores, os aspectos cognitivos e psicossociais e as habilidades envolvidas. Paralelamente, foram realizadas reuniões para discussões a respeito da proposta entre a proponente da pesquisa e uma discente voluntária (ambas autoras deste artigo) em torno de uma compreensão dos conhecimentos já adquiridos sobre o assunto e das lacunas que deviam ser preenchidas por meio das leituras e trocas de ideias.

Foi identificada a necessidade da elaboração de um jogo que levasse os seus participantes a debaterem ideias, exporem argumentos de forma a levá-los a incrementarem as suas habilidades comunicativas. Textos como os de H.P. Grice (1975) e A. Schopenhauer (2014) serviram como bases iniciais para a estruturação de um jogo que suscitasse as situações de debate desejadas.

Após essa etapa, passamos para a elaboração do jogo propriamente dita, criado, especialmente pela discente voluntária, enquanto a redação do texto da pesquisa avançava com a coordenadora do projeto. Assim, nas próximas seções, apresentamos trechos do diário de elaboração do jogo e o protótipo do jogo confeccionado, o qual pode ser acessado na íntegra por meio dos anexos. Na sequência, discutem-se os aspectos pretendidos na proposta resultante.

A proposta: o jogo – fase de elaboração

Como resultado das leituras realizadas e discussões entre pesquisadora e discente voluntária foram traçadas algumas premissas para a elaboração do jogo, envolvendo o público alvo, o seu tempo de duração, os materiais/peças do jogo e enfoque desejado.

Com base nessas diretrizes, imaginamos ter trazido ao jogo um traço de contemporaneidade, pois esse foi elaborado a partir da perspectiva de uma jovem, a discente voluntária, com as suas leituras e as suas interpretações. A discente trouxe a sua experiência em jogos, assim como sua experiência vivencial, que se pretendeu, dessa forma, ter atingido com mais precisão o público alvo do jogo e, portanto, ter conseguido ir ao encontro das ideias de Alves e Hostins (2019) que consideram importante que o jogo esteja centrado no aluno, visando compreender as suas necessidades.

Para conhecer esse processo, a discente voluntária realizou a escrita de um diário, fazendo um registro de seu processo de elaboração. Ela descreve que, inicialmente, a proposta lhe parecia confusa e que o planejamento do processo não estava se desenvolvendo bem. Ela diz:

> Após ler alguns dos materiais de *game design*, de narrativa e de arquitetura de jogos, iniciou-se um planejamento e algumas simulações do que poderia ser feito com o tema e as ideias aponta-

> das. Feito isso, a produção fluiu muito bem, com melhores noções de como colocar em prática o que foi pensado (SILVA, diário de anotações de pesquisa).

No desenvolvimento do processo, a discente voluntária realizou pesquisas, conforme coloca:

> Com o planejamento feito, iniciou-se a produção. Primeiramente, foram estudadas algumas referências e ferramentas para realizar a confecção das peças. As ferramentas utilizadas para montar o mapa, as cartas e ícones foram point.net e o photoshop CS6. Também, foram usados ícones livres encontrados no google e modificados para facilitar a associação dos desenhos com suas funções no jogo. O tabuleiro é totalmente autoral.
> A criação das regras e mecânicas de jogo se deu através de experiências pessoais com outros jogos de tabuleiro, debates com a orientadora, conversas com pessoas da área de jogos e materiais de pesquisa. Para a elaboração das questões abordadas no jogo, foram utilizados diversos sites com notícias da atualidade (SILVA, diário de anotações de pesquisa).

Ao longo de seis meses, foram trocadas ideias e o projeto evoluiu. Em um dado momento, surgiu a proposta de mudar uma variável em razão do contexto que se apresentou. Decidimos por contextualizar o jogo na situação em que estávamos vivenciando: a pandemia do vírus Covid-19. A partir desse momento, as perguntas que constituem o jogo, foram elaboradas a partir de situações muito novas que o mundo, neste ano de 2020, enfrenta: o confinamento, a incerteza do futuro, os novos comportamentos necessários. Como se posicionar, então? Pensamos que essa configuração traria um desafio interessante para o jogo, pois o mundo se depara com situações novas, impensadas para uma realidade tão presente.

O objetivo foi elaborar um jogo para alunos do IFRS (e comunidade externa), envolvendo pessoas em maturidade cognitiva para debater e utilizar habilidades argumen-

tativas, de uma duração média de 30 a 60 minutos, com três jogadores no mínimo, material que inclui um mapa/tabuleiro, cartas de um baralho próprio, lista de perguntas e peças para deslocamento na trilha do mapa/tabuleiro[2]. O enfoque foi de elaborar um jogo para desenvolver ou aprimorar as habilidades comunicativas dos alunos, em especial, as habilidades retóricas da argumentação, à luz dos aspectos apontados por Ramos, Fronza e Cardoso (2018) no que tange jogos e suas influências no raciocínio, na atenção, no manuseio de variáveis que se apresentam em termos de demandas simultâneas ou sequenciais, bem como no confronto de desafios que podem ser configurados sob formas concretas e/ou abstratas.

Dessa forma, são apresentados, na sequência, o jogo, estrutura e proposta de forma resumida, sendo possível acessá-lo, integralmente e imprimi-lo, nos Anexos I, II, III, IV e V deste texto.

Concretização da proposta – apresentação do jogo

Entre os objetivos do jogo, foram destacados: estimular a criatividade e reflexão dos jogadores sobre assuntos atuais que impactam direta ou indiretamente o indivíduo ou o meio onde ele está inserido e fazer com que os jogadores exponham e formem opiniões, desenvolvendo senso crítico e argumentação fundamentada. Essas premissas vão ao encontro dos fundamentos tratados anteriormente e suas implicações (PRENSKY, 2012, CHRISTIE, 1991, PEREIRA, 2016), os quais se referem ao âmbito do desenvolvimento cognitivo e psicossocial, aspectos como integração, socialização, interação com colegas e maior liberdade de expressão.

Sumariamente, em relação à mecânica do jogo, foram traçados os seguintes procedimentos: o jogo está estruturado para participarem três pessoas, no mínimo, compreendendo, um avaliador e pelo menos dois jogadores. Inicia-se pela disposição do mapa/tabuleiro em uma mesa e os pinos, conforme o número de jogadores na posição inicial, que devem responder a perguntas (Anexo V) sorteadas, a partir de um saco ou caixa, com os números das respectivas perguntas e se deslocarem no mapa/tabuleiro conforme as diretrizes de cartas tiradas de um baralho de cartas (Anexo III). Os jogadores avançam no mapa/tabuleiro conforme as respostas que são dadas. Essas são avaliadas e é atribuída uma pontuação segundo a tabela de referência (Anexo IV). Caso a res-

[2] Tanto o tabuleiro quanto o baralho podem ser impressos e as peças de deslocamento podem ser tampas de garrafa pet, a nossa sugestão, ou qualquer outro material que desempenhe o papel de pino de movimentação.

posta seja aprovada pelo avaliador, o jogador ou equipe avança no mapa/tabuleiro, se a resposta não for válida, é considerado como não respondida e estará sujeito a uma pena. O jogo termina quando o primeiro jogador chegar ao final do mapa/tabuleiro e ganha quem tiver o melhor desempenho pela melhor pontuação.

Entre as peças do jogo, constam um mapa/tabuleiro (Anexo I), 30 perguntas que podem ser impressas no formato de cartas (Anexo V) e dois pinos para a movimentação no tabuleiro em plástico (feitas com tampas recicladas de garrafas pet), um saco em tecido (que pode ser de um retalho reaproveitado) ou caixa, contendo 30 fichas (ou números de 1 a 30 escritas em pedaços de papel dobrados) com as perguntas e um manual com os detalhes do jogo (Anexo V).

Resultados e Conclusão

O estudo realizado se propôs a desenvolver um jogo a fim de ampliar a competência comunicativa dos alunos, especificamente, as suas condições argumentativas para levá-los a pensarem criticamente a respeito de seu entorno e sobre si mesmos. Acreditamos ter atingido esse objetivo, pelo formato de jogo criado, que tem por intuito instigar os seus jogadores a fundamentarem suas respostas e obterem êxito nas suas explanações. Pensamos que seja importante que conceitos como argumentação, narração e descrição sejam trabalhados, anteriormente, e, ciclicamente, retomados, para que os estudantes tenham condições de aprimorar as suas habilidades retóricas.

Também, sugerimos que as perguntas sejam estudadas previamente pelo/a professor/a, selecionando-as ou adaptando-as conforme o perfil de seus estudantes e o contexto de preferência.

Um aspecto a ressaltar é que o jogo que foi projetado para estudantes do IFRS e pode ser utilizado também pela comunidade externa ou em outros ambientes escolares, pois somente é preciso imprimir o mapa/tabuleiro e utilizar peças de movimentação de qualquer tipo, como tampas de garrafa *pet*, como sugerimos.

O resultado da pesquisa instigou a ampliação desta proposta, pois pretendemos apresentá-lo em formato remoto, aproveitando, especialmente, a área de formação que a discente está cursando, Sistemas para Internet, e, possivelmente, adaptado para outras línguas estrangeiras.

Por fim, esperamos que o jogo proposto possa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade de indivíduos críticos com capacidades para pensarem livremente e que se tornem agentes transformadores de suas realidades, colaborando, assim, para uma sociedade mais plural e igualitária.

Referências

ALVES, A.G.; R.C.L. HOSTINS. Desenvolvimento da Imaginação e da Criatividade por meio de Design de Games por Crianças na Escola Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 25 (1). Bauru Jan./Mar. 2019.

AMADEU-SABINO, M. et al. Jogos didático-pedagógicos como ferramentas para o ensino de línguas estrangeiras. **Revista Eletrônica dos Núcleos de Ensino da Unesp (PROGRAD)**. 1a.ed.São Paulo / SP: Cultura Acadêmica Editora/Pró-Reitoria de Graduação da Unesp, 2007, p. 668-681.

CANI, J.B., PINHEIRO, I.Q.; SANTIAGO,M.E.V.; SOARES, G.M. Análise de jogos digitais em dispositivos móveis para aprendizagem de línguas estrangeiras. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 17 (3), 455-481, 2017.

GRICE, H. P. **Logic and conversation**. Syntax and Semantics 3: Speech Acts, Eds P. Cole and J. J. Morgan. New York, NY: Academic Press, 41–58, 1975.

LEGEY, A.P., A.C. de A; MÓL, J.V. BARBORSA; C.M.L.M. COUTINHO. **Desenvolvimento de jogos educativos como ferramenta didática: um olhar voltado à formação de futuros docentes de ciências**. Alexandria, 3. Ed. da UFSC: Florianópolis, 2012.

PEREIRA, F.S.F. Uso de jogos educativos como aliado no processo de ensino aprendizagem de química. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, 1. Ed. da UFCG: Cajazeiras 2016.

RAMOS, D.K., FRONZA, C.A.O.; CARDOSO, F.L. **Jogos eletrônicos e funções executivas de universitários**. Estudos em Psicologia, 35 (2), 217-228, 2018.

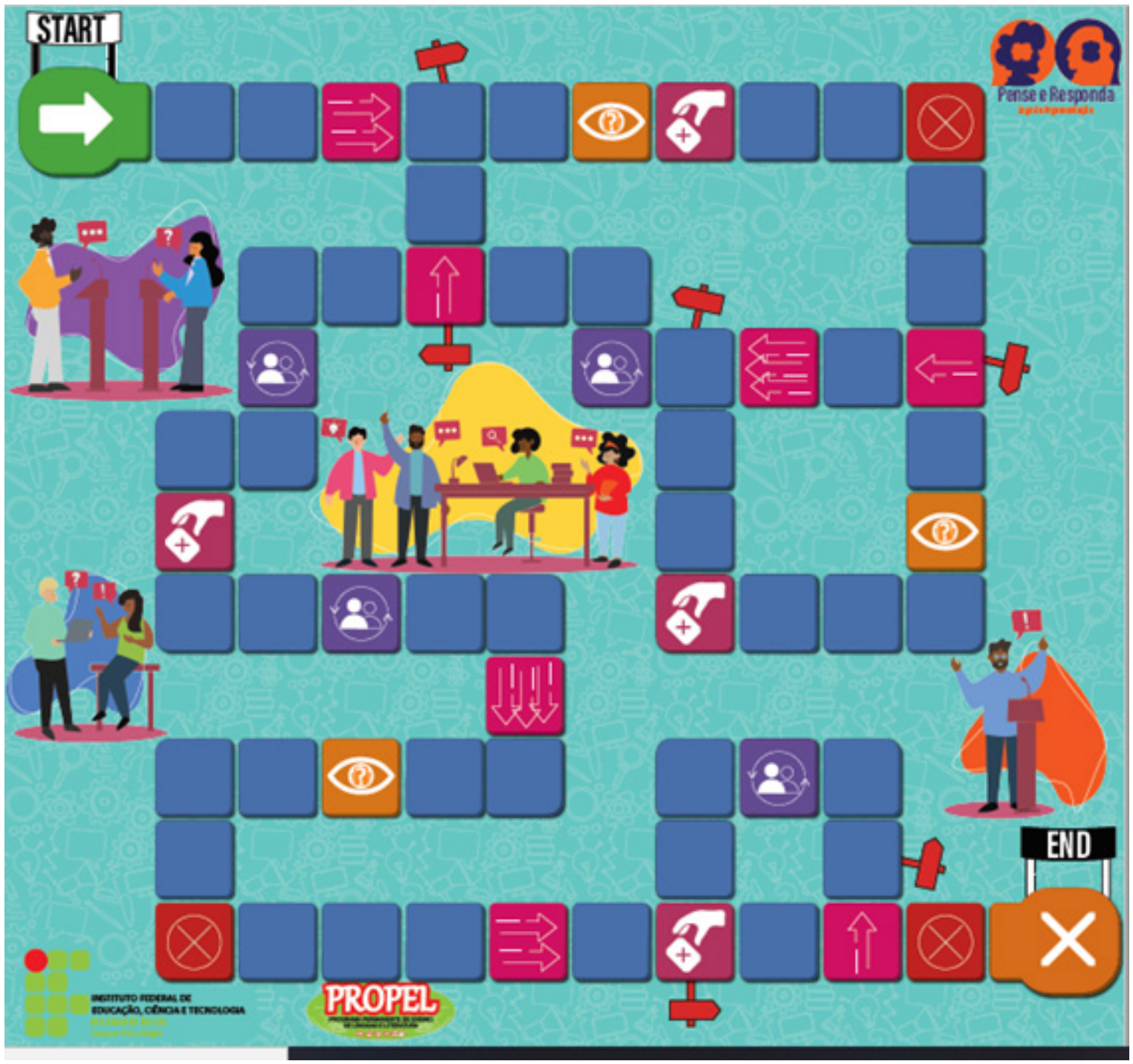
_____; F.A. GARCIA. Jogos Digitais e Aprimoramento do Controle Inibitório: um Estudo com Crianças do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial, 25** (1), 27-34, 2019.

SARMET, M. M. e R. PILATI. The no-effect of player role in digital games on prossocial behavior. **Temas em Psicologia**, 25 (4), 4-16, 2017.

SCHOPENHAUER, A. **38 Estratégias para vencer qualquer debate**. São Paulo: Faro Editorial. 2014.

SILVA, K. K. D.H. Diário de anotações de pesquisa.

ANEXO I – Caixa do Jogo/Mapa/tabuleiro



ANEXO II – Ações do mapa/tabuleiro

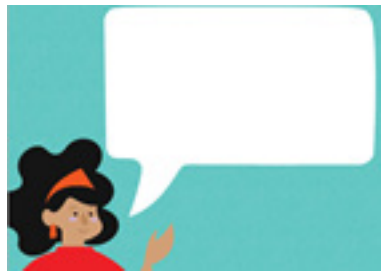
Ações do mapa/tabuleiro:

Verso da carta

Frente das cartas

Avança o número de setas desenhado na casa	Cancela mão	Olho que tudo vê
Reviravolta	Cancela	Direciona para qual lado as peças devem se movimentar

ANEXO III – Cartas de perguntas e cartas de ações



Cartas de ações:

Move 1	Move2	Move	Retorna	Curinga
Cancela a carta	Troca posição	Escolha aleatória	Limitar mão	

ANEXO IV – Informações gerais

Objetivo

O principal objetivo do jogo é que os jogadores aprimorem sua argumentação, tendo contato com diversas opiniões, alinhadas e conflitantes às suas. Estimulando a criatividade e reflexão dos jogadores sobre assuntos atuais que impactam direta ou indiretamente o indivíduo ou o meio onde ele está inserido. Fazer com que os jogadores exponham e formem opiniões, desenvolvendo senso crítico e argumentação fundamentada.

Mapa/Tabuleiro

O mapa/tabuleiro possui sessenta e duas posições, entre o caminho principal e caminhos alternativos, existem casas comuns, que estão vazias e as casas com ação que possuem ícones indicando o que deve ser feito quando se para nela. O mapa/tabuleiro possui setas apontando para o caminho principal, mas no decorrer do jogo esses caminhos podem mudar.

Casas com ações

Existem casas com efeitos no tabuleiro. Estes efeitos são ativos toda vez que o jogador para em cima da respectiva casa.

Avança 1: Representado por uma seta na direção do final do mapa/tabuleiro, dá ao jogador o direito de andar mais uma casa além da sua jogada.

Volta 1: Representado por uma seta apontando para o ponto de partida, o jogador é obrigado a voltar uma casa.

Avança 2: Representado por duas setas apontando para a direção do final do mapa/tabuleiro, dá ao jogador o direito de andar mais duas posições além da sua jogada.

Avança 3: Representado por três setas apontando para a direção do final do mapa/tabuleiro, dá ao jogador o direito de andar mais três posições além da sua jogada.

Reviravolta: Representado por duas setas formando um círculo e um ícone no centro, exige que os jogadores troquem de posição no mapa/tabuleiro.

Olho que tudo vê: Representado por um olho, exige que o jogador mostre as cartas que tem na mão.

Cancela: Representada por um x dentro de um círculo, cancela a última jogada, inclusive os pontos adquiridos na mesma.

Cancela mão: Representado por uma mão largando uma carta com um x, exige que todas as cartas da mão sejam descartadas, possui penalização por mão vazia.

Quantidade de cartas

São 30 cartas/perguntas ao todo, podendo ser embaralhadas novamente se necessário para a conclusão da partida.

Cartas e suas funções

Move 1: 12 cartas, jogada padrão, o jogador pode andar uma casa e responder uma pergunta correspondente ao número indicado na casa onde parou.

Move 2: 6 cartas, o jogador tem o direito mover duas posições em uma rodada.

Move 3: 4 cartas, o jogador tem o direito de mover três posições em uma rodada.

Cancela carta: 3 cartas, pode ser utilizada como contra-jogada, para anular a última carta utilizada pelo adversário, pode ser lançada a qualquer momento.

Trocar posições: 3 cartas, pode escolher trocar de posição no mapa/tabuleiro com adversário.

Retorna: 3 cartas, faz com que o adversário volte uma posição no mapa/tabuleiro.

Escolha aleatória: 3 cartas, dá o direito de escolher a próxima carta de ação do adversário de forma aleatória.

Limitar mão: 3 cartas, limita a quantidade de cartas do adversário por 3 rodadas.

Curinga: 3 cartas, permite uma consulta de 3 minutos à internet após a pergunta realizada. Pode ser lançada a qualquer momento.

Ações por rodada

Cada jogador tem direito a três ações por rodada, dentre essas ações ele pode escolher comprar uma nova carta, podendo ser comprada apenas uma carta por rodada e não sendo permitido exceder a quantidade de três cartas ao mesmo tempo, o jogador também não pode ficar sem cartas, sujeito à pena. Pode andar pelo tabuleiro após responder uma questão ou executar alguma das ações das cartas especiais. Pode ser respondida uma questão por rodada.

Pontuação

As respostas devem priorizar o uso do recurso da argumentação. Porém, serão aceitas também respostas contento narração e descrição, as quais tem uma pontuação inferior e que poderão ser utilizados até no máximo 3 descrições e não seguidas ao longo do jogo.

Resposta narrativa	+ 1pt.
Resposta descritiva	+ 1,5pt
Resposta representada por desenho:	+ 1,5pts
Resposta argumentativa	+ 3pts.
Deixar de responder (reposta não válida)	0 pts.
Mão vazia	- 2pts.
Exceder o tempo de resposta	- 0,5pts.
Terminar o percurso primeiro	+ 5pt.

Tempo

Tempo estimado de cada partida	Entre 30 e 60 minutos por partida.
Tempo para cada resposta	3 minutos (Exceder esse tempo gera punição).
Tempo de pesquisa quando acionado o curinga	+2 minutos além do tempo de resposta (Exceder esse tempo gera punição).

Perguntas

As perguntas serão sorteadas pelo avaliador no turno de cada jogador, a resposta é uma ação obrigatória por rodada. Não responder à questão sorteada vai gerar uma pena de desconto de pontos.

Os jogadores deverão privilegiar respostas que tenham um embasamento argumentativo, fazendo uso de uma linha de raciocínio mínima de causa e efeito, utilizando estudos e estatísticas e a referência de seus dados. Deverão trazer mais de uma referência, manter o bom uso do método científico pelo distanciamento entre pesquisador e objeto, manter o decoro (não se exaltar, levantar a voz, não insultar o adversário – de forma implícita ou explícita), fazer uso da norma culta. Falácias e sofismas invalidarão a resposta.

Jogadores

Os jogadores ou equipes vão ser simbolizados por um pino que vai percorrer o tabuleiro. Pode ser jogado por dois jogadores ou duas equipes de até 3 pessoas, as equipes devem sempre ter o mesmo número de integrantes. São permitidos até dois avaliadores, que precisam entrar em consenso sobre a pontuação das respostas e do resultado final do jogo.

Avaliador

Pode haver até dois avaliadores. A função do avaliador e enquadrar as respostas em al-

guma das modalidades e decidir se a resposta é válida ou não. Também fica a critério do avaliador anotar os pontos ganhos e perdidos de cada jogador, garantir que as regras sejam seguidas e o tempo de resposta não seja excedido.

Fim de jogo

A partida termina quando o primeiro jogador acaba o percurso do mapa/tabuleiro. Ao final da partida os pontos são calculados, vence o jogador que acumular mais pontos ao longo do trajeto.

Respostas

Respostas válidas: Respostas que se enquadram em alguma das categorias, respondendo ao que foi perguntado. Respostas não válidas: Respostas que fujam do tema, desrespeitem algo ou alguém, não consigam explicar com clareza o que está sendo dito.

As perguntas podem ser respondidas oralmente, podendo fazer uso da expressão gráfica (desenhos) para complementarem suas ideias.

Banco de Questões

Questões Covid19

1. O distanciamento social foi uma medida tomada ao redor do mundo, a fim de controlar o contágio pelo novo Corona vírus. Qual sua importância para o combate à pandemia e quais as possíveis consequências da não tomada dessa medida?

2. O isolamento social tem causado impactos psicológicos em quem o pratica, apesar de ser uma medida necessária. Na sua opinião, como essa mudança repentina tem refletido na vida das pessoas e em suas relações como sociedade?

3. Foi levantada a possibilidade de quarentena intermitente até 2022 a fim de minimizar o quanto for possível os impactos do covid-19 no sistema de saúde e principalmente na vida das pessoas. Como funciona uma quarentena intermitente?

4. O SUS (Sistema Único de Saúde) é duramente criticado por muitos e realmente sofre grande deficiência de recursos, mas acaba sendo a única opção de grande parte da população brasileira, que não tem plano de saúde ou acesso à rede privada. Qual a importância de um sistema público de saúde e quais os impactos de sua ausência?

5. Desde o início da pandemia do covid-19 vem se comentando muito sobre o possível colapso no sistema de saúde, que seria uma situação onde os hospitais não dariam conta de atender a demanda de doentes. Quais as possíveis consequências de um colapso no sistema de saúde de um país?

6. Medidas para a contenção da transmissão do covid-19 se mostraram eficazes quando tomadas cedo. Quais medidas o governo poderia tomar/ter tomado para achatar a curva de contágio do covid-19?

7. Desde que começaram os primeiros casos de covid-19 em dezembro de 2019 em Wuhan, na China, pessoas ao redor do mundo vem rotulando o novo vírus de peste/gripe chinesa. Qual o seu ponto de vista diante desta situação?

8. Em abril de 2020, a influenciadora Gabriela Pugliesi quebrou a quarentena com

uma pequena comemoração entre amigos. Esse evento ocasionou grande revolta do público e consequente linchamento virtual, porém pessoas também se sentem encorajadas a tomar diversas atitudes por influência de quem seguem. Em sua opinião, como atitudes de influenciadores com grandes quantidades de seguidores impactam na forma de pensar e agir do público?

9. Os direitos humanos são princípios internacionais que servem para proteger os seres humanos e foram criados através de lutas para garantir liberdade e vida digna aos serres humanos. Quais são esses direitos e por que eles se fazem necessários?

10. Muito tem se falado sobre o impacto do afastamento social na economia mundial e os possíveis cenários caso a quarentena se mantenha durante muito tempo. Cite algumas prováveis consequências econômicas de uma quarentena prolongada.

11. Durante o período de afastamento social alguns grupos fizeram protestos presenciais contra a medida, pedindo que as atividades voltassem à normalidade. Quais os possíveis desfechos de ações como essas?

12. Durante a pandemia a Organização Mundial da Saúde se tornou um dos assuntos mais falados no mundo todo. Qual o papel da OMS e por que ela se faz tão necessária em momentos de crise na saúde?

13. O ministério da saúde tem a missão de oferecer condições para promoção, proteção e recuperação da saúde da população, quais medidas possibilitam que essas atribuições sejam cumpridas?

14. Quais são as medidas individuais que podem ser tomadas para evitar o contágio por covid-19?

15. Comunidades carentes em geral têm condições sanitárias e de higiene pessoal abaixo do necessário, facilitando assim a proliferação de doenças e parasitas. Quais podem ser os principais impactos de uma pandemia nessas comunidades?

16. Impeachment é o processo de destituição instaurado por denúncia no Congresso para investigar a responsabilidade de detentores de cargos de alta categoria, como governadores, presidente, prefeitos, servidores públicos elegíveis, entre outros, em função de delitos graves ou má conduta no desempenho das suas funções, passando pela esfera legislativa e sendo julgada pelo judiciário, ao qual aplicar a pena de destituição. Quais tipos de delitos podem levar a consumação da destituição?

17. Em diversas situações de crise pelo mundo, civis se revoltaram contra o sistema e acabaram tomando atitudes extremas. Quais são os prováveis impactos sociais causados pela insatisfação das pessoas com atitudes do governo?

18. O auxílio emergencial ou renda mínima é um valor que o governo se responsabiliza a pagar para cidadãos que podem estar em situação de vulnerabilidade por estarem impedidos de trabalhar. Qual a importância desta distribuição de renda?

19. Com a quarentena diversas empresas acabaram tendo que reduzir as atividades ou até mesmo fechar as portas, com isso diversas pessoas acabaram perdendo o emprego. Faça uma relação entre essa situação e um provável aumento da miséria no Brasil.

20. Durante a pandemia do covid-19 algumas medidas foram tomadas para frear a propagação acelerada do vírus, entre elas, o afastamento social (ampliado e seletivo)/lockdown e a quarentena. Cite algumas diferenças entre eles.

21. Desde o início da quarentena e de outras medidas tomadas para conter a pandemia algumas mudanças no meio ambiente foram notadas. Cite algumas dessas mudanças.

22. Muito tem se falado sobre mudanças após a pandemia e como as pessoas não serão mais as mesmas depois esse período conturbado e de grande reflexão. Como o período de isolamento durante uma pandemia pode mudar o comportamento, a forma de pensar e enxergar o mundo?

23. Com as aulas presencias da rede pública e privada foram suspensas em função das medidas para prevenir o contágio pelo novo coronavírus foi levantado um protesto a favor do adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio. Considerando a grande desigualdade social presente no Brasil, por que se faz necessário o adiamento do exame?

24. O presidente da câmara Rodrigo Maia (DEM) falou em “orçamento de guerra” ao se referir aos possíveis gastos com o combate a pandemia. Quais consequências são comuns entre a pandemia e guerra armada?

25. Pesquisas apontam que atividades não presenciais podem ser mais cansativas e menos proveitosas para estudantes e professores que tem enfrentado grandes desafios para conseguir realizar as aulas nesta modalidade. Quais as prováveis causas dessa maior dificuldade?

26. Estudos comprovam que a ingestão de carnes de animais silvestres por humanos pode transmitir doenças ou até originar novas. Qual seria a melhor forma de prevenir essa situa-

ção?

27. Há diversos relatos de pessoas que durante a pandemia e isolamento tem tido cada vez mais dificuldade de manter contatos interpessoais. Como o distanciamento social pode influenciar na forma de se relacionar das pessoas?

28. Diversas empresas ajudaram no combate ao novo coronavírus, enquanto outras estiveram indiferentes ou prejudicaram de alguma forma o andamento das medidas de contenção do novo vírus. Como grandes empresas podem contribuir para o controle de crises e quais medidas podem piorar as crises?

29. Quais as principais diferenças entre endemia (enfermidade sazional), epidemia, pandemia e surto de uma doença?

Questões Socioeconômicas, políticas e educacionais

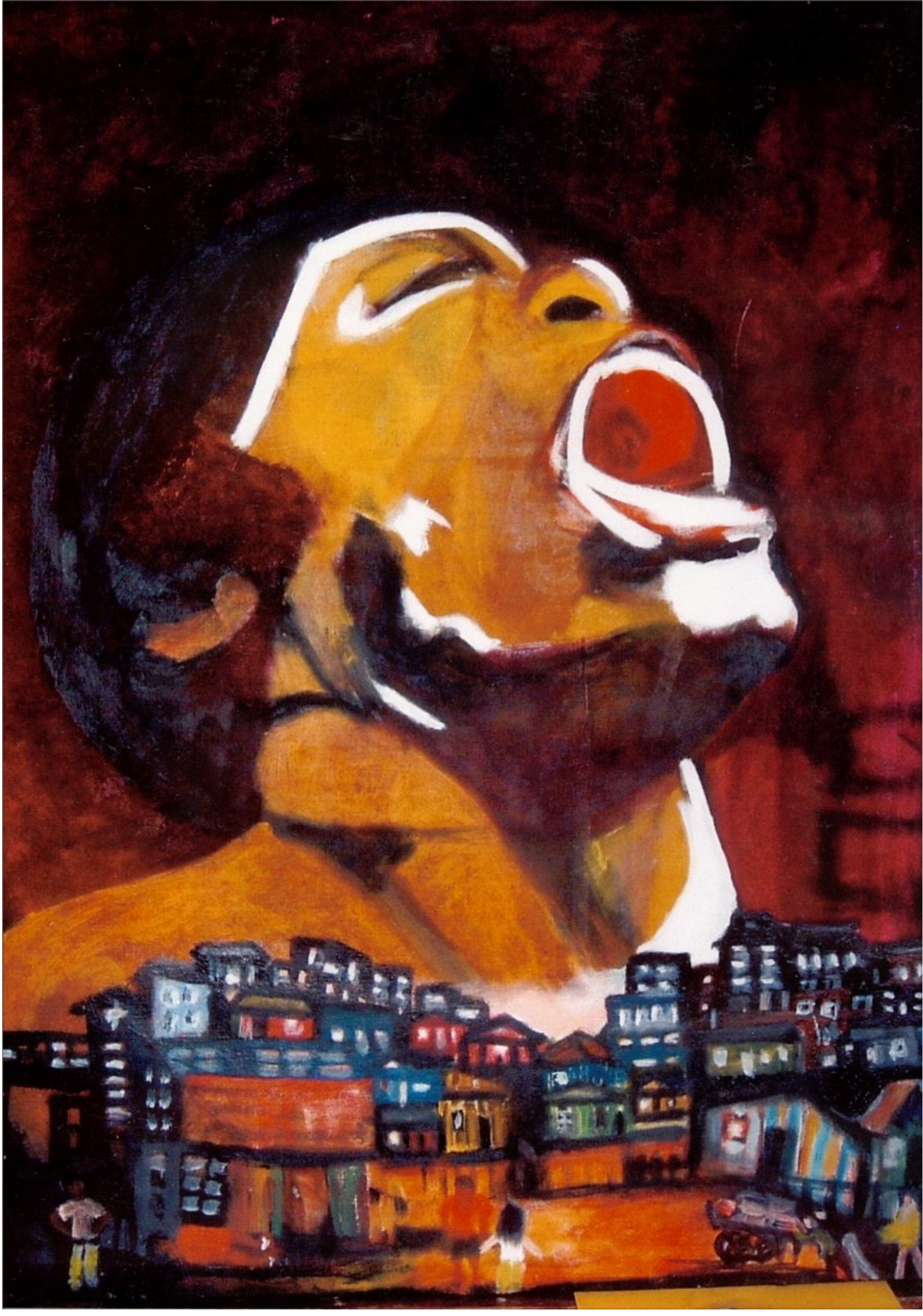
https://drive.google.com/file/d/1K4jv71Wh55ZSZBndHw0GnwPG37SItfRC/view?usp=sharing

Vidas negras importam

Paulo Correa

.

Vidas negras importam



Vidas negras importam

Vidas negras importam

Vidas negras importam

Vidas negras importam

Vidas negras importam

Se você quer encontrar

Pablo Chang

Se você quer encontrar
a felicidade permanente,
é só firmar a aspiração correta
e continuar seguindo em frente.

Há muitas, muitas coisas que deseja buscar?
É realmente tão, tão importante para você?
É realmente necessário para si?
Vamos, juntos, procurar onde está a felicidade!

https://www.youtube.com/watch?v=Ex3WBrHEVKA&fbclid=IwAR3JNORnm3hDxrcQl90G-ZjSTIYHT8pdu7sCS5APDVh-vUnv7YG0_30IOEaxM

Um sentimento muito misterioso,
sempre escondido em seu coração.
A situação difícil que se encontra agora,
é um recurso para o seu crescimento.

O maior milagre deste século
é conhecer a si mesmo.

Onde está?
Onde está?
Tenha calma, vamos pensar!

Tudo tem os seus dois lados,
olhe mais pelo lado bom.
A felicidade não está no mundo material.

A alegria que depende do exterior,
é como bolhas das ondas do mar,
que desaparecem em um instante.
Então onde está seu coração
para se alegrar a todo momento?

A todo momento.

Se dentro de um pote
encher de conchas grandes,
então haveria bastante espaço
para conchas pequenas.

Mas se no pote
encher de conchas pequenas,
então não haveria mais espaço
para conchas grandes.

Então quais são as “conchas grandes” em sua vida?
Então quais são as “conchas pequenas” em sua vida?

Mude seus hábitos
e tenha confiança em dizer a si mesmo:
“Se deseja ter sucesso,
o mais importante
é colocar em prática os princípios!”

Ei, concentre-se na sua respiração!
Ative um coração puro
para tornar sua vida mais bela.

Todos os dias fica preocupado
em ganhar o que deseja.
Mas quando finalmente o consegue,
ainda se preocupa
se um dia irá perder.

Sempre ter um coração de agradecimento
e ajudar os outros a melhorarem a si mesmos.
A vida, dessa forma,
não se tornaria mais significativa?

Onde está a felicidade?
Está em conhecer melhor a si mesmo
após superar cada dificuldade.

Onde está a felicidade?
Tendo bons hábitos,
é que se pode ter um bom destino.

Então onde está?
Então onde está?
Então onde está seu coração
para se alegrar a todo momento?

Posfácio

O que restou dizer sobre a pandemia?

Geisa Cássia Romani de Abreu

> “A minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história”.
>
> Ailton Krenak

Dois mil e vinte certamente vai entrar para a história como o ano que dispersou para o planeta uma grande aflição: a pandemia do novo coronavírus. Uma epidemia respiratória aguda num mundo globalizado, conectado, tecnologicamente avançado, mas que ficou asfixiado diante dessa ameaça.

Frente a tal situação, os danos não se limitaram aos surpreendentemente escassos recursos médicos. Para além do constrangimento de testemunhar a fragilidade dos sistemas de saúde mundiais – uns privados, outros públicos, mas, todos insuficientes – vimos uma espécie de tsunami avançando sobre todos os pilares da sociedade contemporânea: o sistema financeiro, o sistema de ensino, a vida doméstica, as relações de trabalho, os vínculos afetivos, tudo deteriorando rapidamente enquanto a doença avançava.

Estaríamos sofrendo os impactos de uma crise imprevisível? Não, imprevisível mesmo não era. Especialistas em epidemiologia já mencionavam estudos sobre potenciais ameaças de vírus encontrados em animais de regiões longínquas, cuja capacidade de mutação e dispersão tendiam à catástrofe. Até cunharam o termo *spillover*, uma espécie de inundação de contágios (QUAMMEN, 2013). De fato, até filmes já havia (*Epidemia*, 1995; *Vírus*, de 2009, *Contágio*, de 2011, *infectados*, de 2013, *93 dias*, de 2016, entre tantos outros títulos assustares).

Mas, nós, humanos somos criaturas estranhas. Divertimo-nos com filmes de enigmas insolúveis, de catástrofes. Com livros de Edgar Allan Poe a Stephen King, filmes de terror na telinha da TV ou na telona do cinema. Adoramos a ficção. Adoramos principalmente porque a ficção nos

coloca a uma distância segura da realidade. Talvez os livros de história, eles próprios, nos causem esse efeito curioso. A peste bubônica, a varíola, a gripe espanhola, o ebola; essas e outras doenças nos soam agora como histórias fantásticas se olhamos com a lupa do tempo.

> Em meio a tanta aflição e a tanta miséria da nossa cidade (Florença) a reverenda autoridade das leis, tanto divinas como humanas, caia e dissolvia-se. Os ministros e executores das leis, assim como os outros homens estavam todos mortos, ou enfermos ou tinham perdido os seus familiares, de modo que não podiam desempenhar função alguma. Por decorrência deste estado, era lícito a todos fazer o que bem lhes agradasse (BOCCACCIO apud BARATA, 1987, p. 10).

Eis que, de repente, como de uma página bolorenta do passado, uma epidemia invade nossas vidas. A SARS-Cov-2 é nova, mas, a história é antiga: mortes dolorosas, inexistência de diagnóstico e medicamentos, corpos se acumulando, enterrados sem o devido rito final. Uma história que nunca terminou bem nem nos filmes nem nos livros, mas, agora é realidade – a nossa realidade –, e sequer sabemos como isso vai terminar.

Entre o susto e a necessidade, desenvolvemos um frágil protocolo de ação para conter o contágio por perdigotos dispersados no ar. Mas, para atendê-lo, não temos as máscaras adequadas, nem luvas, nem testagem massiva; não temos hospitais e equipe de atendimento suficientes. E como num fractal, o caos vai revelando outros espectros ainda mais dramáticos, desnudando a fragilidade da sociedade brasileira: desabrigados, famintos, trabalhadores precarizados, exclusão digital, queimadas, genocídio dos povos originários, corrupção e maniqueísmo. A pandemia avança pelo planeta e o mundo não tem um herói para comandar o *war room* no pentágono, como vimos em tantos filmes. Pelo contrário, em 2020, a grande águia com sua bandeira estrelada também está sendo fortemente abatida pelos golpes do novo coronavírus. E os russos parecem já ter uma vacina...

São páginas de nosso tempo, a história sendo escrita diante de nossos olhos. Intrinsicamente, cada “praga” traz consigo mudanças sobre a sociedade. São registros de uma época, e são

também um legado. Dúvidas, medo, ansiedade, como contar para as gerações futuras o que estamos vivendo em 2020? Visões múltiplas se fazem necessárias, senão urgentes, para sobrevivermos a estes dias, mantendo-nos coesos enquanto humanidade. Mais que isso: visões diversas legitimam a sociedade diversa na qual vivemos.

***Saindo do Senso Comum* - volume II, 2020 - Em tempos de quarentena** chegou na primavera, trazendo um compilado de visões sobre a pandemia do novo coronavírus numa profusão de formatos e ideias. Tivemos o privilégio de ler neste volume textos que questionam, contestam, propõem e dão seguimento à vida. Em meio a essa pluralidade, tivemos a oportunidade de apreciar a elasticidade do pensamento de seus autores, com eixos de saberes e interesses diversos, mas que se entrelaçam em diálogo no conjunto desta publicação. Enfim, são textos de pessoas que, por meio da linguagem, encontram a salvaguarda para sua subjetividade, sob a égide das palavras, para onde sempre desaguamos em busca dos sentidos. Ou, como melhor diria Mikhail Bakhtin (2003), toda manifestação estética é, antes de tudo, expressão de algum estado interior, sendo essa a natureza intrínseca de todo ato humano. Lançados no mar da consciência, os autores que por aqui passaram conheceram mais de si mesmos justamente por estarem entre outros, numa relação permanentemente dialógica.

> [...] a consciência depende da linguagem para formar-se e manifestar-se. E como a linguagem se acha imersa no mundo, a consciência não é uma instância que imponha suas categorias ao mundo, precisando, em vez disso, desse mundo para se constituir, ao tempo que também se 'constrói' (SOBRAL, 2005, p. 107).

Dito de outra forma, através da produção textual que experimentamos aqui, assim como fazem as outras artes, nos ocupamos da elaboração da consciência sobre nossa existência e nosso tempo, numa dialética entre o racionalismo apolíneo e corajosa loucura dionisíaca. Manejamos as rédeas das palavras para chegarmos até aqui, ao final desta edição, fugindo da pandemia e, ao mesmo tempo, indo ao seu encontro com textos que se articulam uns com os outros e dentro de si mesmos.

Por fim, recorro a uma frase atribuída a Friedrich Nietzsche para encerrar esta minha

breve participação neste oceano: a arte existe para que a realidade não nos destrua[1].

E o que restou dizer sobre a pandemia? Pois vos digo: precisamos dizê-la! Precisamos urgentemente falar sobre ela, escrever sobre ela, pintá-la com as cores que quisermos, recitá-la em prosa e verso. Precisamos respirar a subjetividade porque é disso que somos feitos, essencialmente. Precisamos *nos dizer* neste ano de 2020, para que ele não nos devore.

Deixo as palavras do ambientalista e líder indígena Ailton Krenak ecoarem:

> Nós não nos esquecemos quem nós somos [...] mesmo tendo tirado a floresta daquele lugar, nós ainda invocamos ou evocamos os seres daquela floresta como nossos aliados. Mesmo quando nós somos discriminados pela ação do Estado, nós seguimos sabendo que nós temos uma potência de habitarmos também outros lugares também, além daqueles lugares depredados ou estragados, nós habitamos outros lugares. Esses lugares são criados pela nossa subjetividade, pela nossa memória, pela nossa capacidade de narrar, de contar história [...] de cantar e dançar e suspender o céu. Um coletivo, um povo que é capaz de produzir esses mundos, ele tem uma possibilidade de sobreviver ao desastre muito maior do que aqueles que já perderam sua subjetividade e estão chapados nesta realidade cotidiana, achando que a única coisa que existe é isso. Essa realidade cotidiana e essa narrativa abrangente do mundo que inclui a gente, mas, de uma maneira negativa, não criativa, é de uma maneira pra menos. [...] Acho que nós temos a capacidade de despertar a nossa memória sobre quem nós somos e fazer dessa memória um importante impulso para a realização do que sejam projeto coletivos. A tragédia é que nós vivemos um tempo em que a maioria das pessoas cultiva uma ideia de si muito egoísta, individualista, e a potência do sujeito coletivo fica diminuída [...]. A ideia de uma sociedade que só prestigia vencedores é exatamente a sociedade que produz uma grande quantidade de perdedores (KRENAK).

[1] A citação dessa frase tem em seu pano de fundo um fragmento do pensamento de Nietzsche: “Wir haben die kunst, damit wir nicht an der wahrheit zugrunde gehen” (Nachgelassene Fragmente 1887-1889, 16 [49]), o qual a tradução literal seria: “A verdade é feia, temos a arte para não morrermos da verdade”.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARATA, R. C. B. **Epidemias**. Caderno de Saúde Pública, RJ, jan./fev. 1987.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. (e-book).

_____. **Espiral dos Afetos** – Ideias para adiar o fim do mundo. Conferência Centro de Artes UFF, Universidade Federal Fluminense, RJ. 26 de março de 2020: https://www.youtube.com/watch?v=NUhCKS_UezM. Acessado em 05/10/20.

NIETZCHE, F. **O Nascimento da Tragédia, ou Helenismo e Pessimismo**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

QUAMMEN, David. **Spillover:** animal infeccion and the next human pandemic. W.W. Norton and Company, 2013.

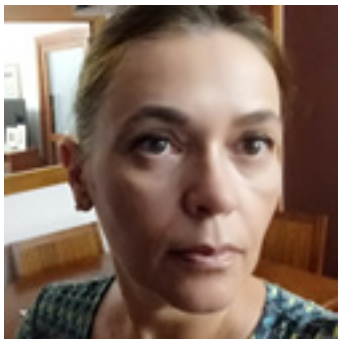
SOBRAL, Adail. Ético e estético na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin:** conceitos-chave. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Sobre os autores, organizadores e grupo de trabalho do e-book

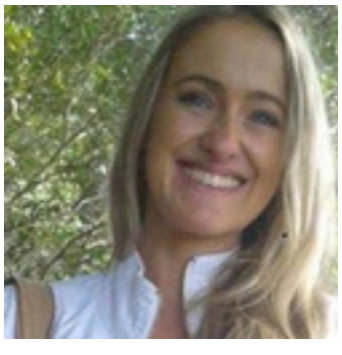
Alessia Di Eugenio é atualmente pesquisadora no Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas da Universidade de Bolonha e trabalha sobre memória e escrita das mulheres sobre a ditadura militar brasileira. Doutora em Estudos Literários e Culturais, com uma tese sobre a teoria da Antropofagia e suas repercussões contemporâneas na interseção entre Filosofia, Literatura e Estudos Culturais. Mestra em Filosofia, com uma dissertação intitulada *La teoria dell'Antropofagia di Oswald de Andrade. Divorando il pensiero occidentale da una modernità periferica*. Realizou períodos de estudo e estágios de pesquisa na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne e na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Anderson Smidarle é licenciado em Letras – Inglês e Respectivas Literaturas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Linguística e doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos em Neurolinguística e Psicolinguística (GENP), da Escola de Humanidades da PUCRS. Atua na área de Neuropsicolinguística, com ênfase nos estudos sobre o processamento semântico e discursivo de população idosa saudável e com comprometimentos neurológicos, como Doença de Alzheimer e Afasia. Possui experiência em desenvolvimento de tarefas neuropsicológicas para a avaliação da linguagem e em realização de exames de neuroimagem funcional e estrutural para fins de pesquisa.

Brenda Franco é designer e atua na área de experiência do usuário. É discente do curso de Sistemas de Informação da Universidade Federal Fluminense e possui experiência com design para produtos digitais, no planejamento de interfaces e na diagramação de layouts para diversas plataformas e dispositivos.



Cláudia Silva Estima é mestre em Língua Inglesa e respectiva Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. É professora de Língua Inglesa do Instituto Federal do Rio Grande do Sul/Campus Porto Alegre e coordenadora do Programa Permanente do Ensino de Línguas, Literaturas e demais Assuntos Culturais (PROPEL) – um programa de extensão do IFRS. Trabalha nas linhas de pesquisa em leitura e aquisição de língua estrangeira e integra como líder o grupo de pesquisa Diferença, Linguagem e o Mundo do Trabalho do IFRS/Campus Porto Alegre.



Denise Mallmann Vallerius é professora de língua portuguesa e espanhola e respectivas literaturas no IFRS/Campus Porto Alegre. Possui graduação em Letras (Português/Espanhol) e doutorado em Literatura Comparada pela UFRGS, tendo realizado estágio de doutorado junto à Universidade Livre de Berlim. É pós-doutora em Estudos de Tradução junto à Universidade de Filologia da Universidade de Barcelona. Foi docente do Instituto de Letras da UFRGS e da rede particular de ensino de Porto Alegre, além de atuar como revisora e consultora linguística. É autora do *livro Borges em nova tradução*, publicado pela Editora da UFRGS (2010).

Diane Blank Bencke é doutora em Letras pela PUCRS/CAPES, tendo realizado o Doutorado Sanduiche na University of California, Berkeley. Professora da área de Linguagens do IFRS/Campus Alvorada. Possui Graduação em Letras Português–Inglês e respectivas Literaturas e mestrado em Letras pela UNISC. Atua na área de psicolinguística, com ênfase nos estudos sobre metacognição, compreensão e proficiência leitoras, bilinguismo e funções executivas.

Douglas Rosa é bacharel em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Interculturalidade e Diversidade/LAID/UFPR, ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais/NIT/UFRGS e ao Núcleo de Antropologia Visual/NAVISUAL/UFRGS. Membro titular do Conselho Nacional de Política Indigenista/CNPI, pelo estado do Rio Grande do Sul, atuando mais diretamente na Câmara Temática; territorialidade, proteção e gestão territorial, do Conselho Estadual dos Povos Indígenas/CEPI/RS e do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica/CERBMA/RS. Atua nos campos da gestão ambiental e territorial, antropologia, etnologia, direitos humanos, direitos indígenas, territoriais, legislação ambiental e indigenista.

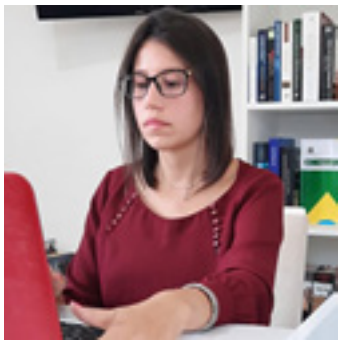
Éder de Oliveira Cabral é doutor em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE, com período sanduíche na Universidade de Bolonha - UNIBO (Itália), mestre em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, especialista em Língua Espanhola pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS; licenciado em Letras-Português/Espanhol pela UNISINOS. Possui experiência no ensino de Língua Espanhola, Língua Portuguesa e respectivas literaturas.

Ernani Mügge é doutor em Letras (UFRGS), com pós-doutorado em Cultura e Literatura (PNPD/CAPES). Pesquisador e professor no curso de Letras e no Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais (Universidade Feevale). Coordena o projeto de pesquisa “Literatura brasileira contemporânea: espaço de ressonância da cultura”. Tem inúmeros artigos científicos e capítulos de livros publicados, a maioria voltada para a prática docente no âmbito da leitura e da literatura. Além disso, organizou vários livros em coautoria, dentre os quais destacam-se *Literatura na escola*: propostas para o ensino fundamental (2006) e *Texto literário*: resposta ao desafio da formação de leitores (2017). Tem três obras ficcionais publicadas: *Percalços* (2000), *Instantes* (2004) e *Pretérito (re) visitado* (2017).

Flademir Roberto Williges é natural de Dois Lajeados (RS). Licenciado em Filosofia pela UFSM, especialista em Psicanálise na Cultura: Saber e Ética pela UNIJUÍ; mestre e doutor em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS. Atualmente é professor de filosofia do IFRS/Campus Porto Alegre. Seu tema de pesquisa versa sobre as transformações subjetivas na era microeletrônica. Colabora com o PROPEL desde sua criação.

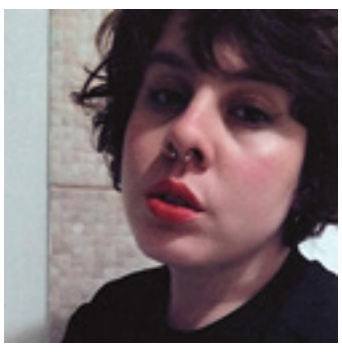
Francesco Benozzo é poeta, músico, filólogo. É considerado um dos intérpretes contemporâneos mais originais da harpa celta e recebeu o título de Bardo Honorário pela Assembleia da Tradição Lusitana (Portugal). Tocou nos mais importantes teatros italianos e europeus e nos principais festivais de música étnica e mundial da Europa. Desde 2015, é candidato permanente ao Prêmio Nobel de Literatura, tem onze álbuns e mais de 700 publicações. Como filólogo-linguista, ele é o criador da Etnofilologia e é conhecido por ter formulado a teoria revolucionária de que a linguagem humana nasceu há 3 milhões de anos. Como intelectual anarquista, trabalha para a difusão das ideias expressas por meio do que chama de “Quarto humanismo”, fundamentado em princípios libertários e antiautoritários.

Geisa Abreu é mestra em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, com estudos sobre linguagem e trabalho; Especialista em Língua Inglesa e Licenciada em Letras – Português, Inglês e respectivas literaturas pelo Centro Universitário La Salle. Também cursou Ciências da Comunicação, com ênfase em Jornalismo, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS.



Íris Guedes é advogada. Mestre em Direito. Possui graduação no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Professora Universitária. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Administração Pública – UFRGS. Atua no Núcleo de Assessoria Jurídica a Povos Indígenas – UFRGS. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Educação, Diversidade Étnico Racial e Direitos Humanos – UERGS. Integra a Comissão Especial da Igualdade Racial e o Grupo de Trabalho sobre os Povos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul (OAB/RS). Atua na área do Direito, com ênfase nas temáticas sobre Democracia, Direitos Humanos e Fundamentais, Direito Indigenista, Constitucional, Internacional, Administrativo, Ambiental e da Antidiscriminação e transita nas áreas da Sociologia e História.

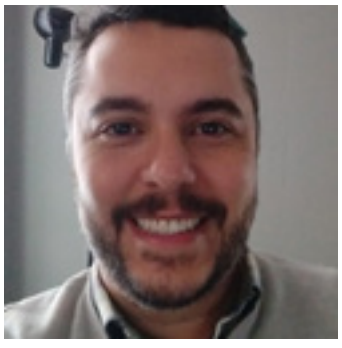
Janniny G. Kierniew é psicóloga e psicanalista. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de pesquisa Arte, Linguagem e Currículo. Integrante do Coletivo *A Carroça*, do Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura (NUPPEC), da Rede Graphias e da Rede Hilo-Fio. Atua em práticas colaborativas de intervenção urbana e projetos em parceria com o Setor de Dor e Cuidados Paliativos de um hospital. Tem sua pesquisa voltada para arte, narrativas, ficção, transmissão, memória e escuta sensível.



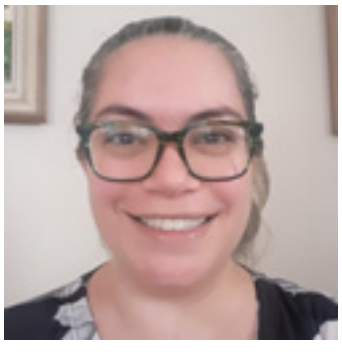
Kauana Karolina Dias Henrique da Silva é discente do curso de Tecnologia em Sistemas para Internet do IFRS/Campus Porto Alegre. Discente voluntária no Programa Permanente de Ensino de Línguas e Literatura ao longo dos anos de 2019 e 2020. Participante da Orion Services (Desenvolvimento de plataforma para apoiar cenários de atividades educacionais em grupo à distância, configuráveis e extensíveis.).

Lelei Teixeira é jornalista. Integra a equipe da Gira Produção e Conteúdo e assina o blog *Isso não é comum* (https://giraconteudo.com.br/blog/), onde compartilha reflexões no sentido de pensar coletivamente sobre o cotidiano de pessoas excluídas. Dedica-se à produção e revisão de artigos e livros. Trabalhou nos jornais Zero Hora e Correio do Povo, TV Guaíba, TVE e rádio Pampa e foi sócia da Pauta Assessoria. Integrou a equipe que escreveu e editou *Pato – uma criança de 50 anos* (Porto Alegre/2017), que conta a trajetória da escola de educação infantil Pato e a equipe que revisou o *Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense* (Fructos do Paiz/Pelotas/2019), do escritor Aldyr Garcia Schlee, fontes de muito aprendizado. Acabou de escrever o livro *E fomos ser gauche na vida* (Pubblicato Editora), sob a perspectiva do nanismo. Trabalha com o Duo Abreu & Spinelli (Geisa Abreu, cantora, e Jonathan Spinelli, violonista clássico) no projeto do CD *The Food of Love, as músicas do teatro shakespeariano*.

Luciana de Oliveira é doutora em História pela PUCRS. Atualmente é pós-doutoranda em História pela Unisinos, onde desenvolve a pesquisa *O que restou do gaúcho? Problematizações acerca da imagem construída do gaúcho argentino, uruguaio e brasileiro nas produções artísticas contemporâneas*. Faz parte da coordenação do GT Acervos: História, Memória e Patrimônio (ANPUH/RS) e é membro do NEFA (Núcleo de Estudos em Fontes Artísticas/Unisinos). Desenvolve pesquisas na área de História, História da Arte, Acervos e Educação Patrimonial.



Mário Américo Ferreira Benedetti é graduado em Comunicação Social / Bacharel em Jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Em sua produção profissional e acadêmica, tem buscado a interdisciplinaridade, percorrendo as áreas da tecnologia, informação e cultura.



Natasha Jorge Freitas possui graduação em Letras pela PUCRS, especialização em estudos linguísticos pela UFRGS e mestrado em Linguística e Letras pela PUCRS. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando tanto no ambiente corporativo quanto no educacional. Atualmente, é professora substituta da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Florianópolis.

Pablo Chang nasceu em Foz do Iguaçu e é formado em Licenciatura em Matemática pela UTFPR, mestre em Engenharia de Energia na Agricultura. Filho de pais taiwaneses, aprendeu o mandarim como língua materna e tomou o gosto pela língua portuguesa por meio da literatura.

Paulo Corrêa (Pelotas, 1965) atualmente é Secretário-geral da Associação dos Escultores do RS (AEERGS) (2018-2022). É mestre em Culturas Populares do Brasil pelo Ministério da Cultura (2018) e conquistou o prêmio Carlos Santos, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (2019). Integrou a equipe do projeto Arqueologia do Caminho, desenvolvido pelo artista Leandro Machado no Uruguai e na França. Foi contemplado na bolsa Décio de Freitas do Fumproarte/Secretaria Municipal de Cultura, desenvolvendo pesquisa sobre a presença da arte negra nas 17 regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre (2014). Participou da equipe do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre (2013-2016). Foi premiado no 1º. Salão de Arte Afro do RS (2005) e fundou o grupo de artistas Quilombos Urbanos, em Pelotas (1995).

Rosana Coelho é psicanalista. Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicanálise – Clínica e Cultura/UFRGS. Doutora em Psicanálise – Clínica e Pesquisa/UERJ. Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. Professora em cursos de Graduação e Pós-graduação em Psicologia. Membro do NUPPEC – Núcleo de Pesquisa em Psicanálise, Educação e Cultura/UFRGS e do LAPCIP Laboratório de Psicanálise, Processos Criativos e Interações Políticas/UFSC.

Rosana Sacchet é idealizadora da Be Happy, Ferramenta de Gestão da Felicidade Empresarial e com ampla experiência na área de marketing e comunicação estratégica. De 1997 a 2002 atuou como executiva de marketing em empresas de porte nacional. De 2003 a 2011 foi sócia-diretora de duas agências de publicidade. A partir de 2012, passou a atuar de forma independente como consultora empresarial. Dedica-se também ao meio acadêmico desde 2002, como pesquisadora e professora. Pós-Doutora e Bacharel em Administração, doutora em Comunicação Persuasiva, mestre e especialista em Marketing, certificada pela Behavioral Coaching Institute e Sociedade Brasileira de Coaching. Possui publicações acadêmicas em nível nacional e internacional. E já contribuiu, como orientadora, com mais de duzentos trabalhos de conclusão de curso em nível de graduação e pós-graduação.